



PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA

CRECHE

NECESSIDADES E INTERESSES DE FAMÍLIAS E CRIANÇAS



FUNDAÇÃO
MÁRIA CECÍLIA
SOUTO VIDIGAL
PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

IBOPE
inteligência



PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA

CRECHE

NECESSIDADES E INTERESSES DE FAMÍLIAS E CRIANÇAS

SÃO PAULO (SP) – 2017



IBOPE
inteligência

Primeiríssima Infância – Creche:

necessidades e interesses de famílias e crianças

é uma publicação da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Ela foi elaborada a partir da análise de uma pesquisa realizada em 2016 pela Fundação Maria Cecília, em parceria com o Ibope Inteligência.

Direitos e permissões

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citadas a fonte e a autoria.

Realização

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
www.fmcsv.org.br

Diretor-presidente

Eduardo de Campos Queiroz

Gerente de conhecimento aplicado

Eduardo Marino

Equipe de conhecimento aplicado

Karine Bueno
Karina Fasson
Priscila Testa

Consultores técnicos para elaboração da publicação

Ana Lucia D'Império Lima
Anna Maria Chiesa
Claudia Costin
Cleuza Rodrigues Repulho
Daniel Domingues dos Santos
Vital Didonet
Zilma de Moraes Ramos de Oliveira

As opiniões dos consultores expressas nesta publicação são independentes e autônomas e não refletem, necessariamente, a opinião da Fundação Maria Cecília.

DA OBRA

Coordenação editorial e edição

Sandra Mara Costa

Reportagem e redação

Lucila Rupp
Sandra Mara Costa

Pesquisa complementar

Luciana Lino

Revisão

Mariângela de Almeida
Rosângela S. de Almeida

Projeto gráfico e editoração

Naru Design

CTP e impressão

Centrográfica Editora & Grafica Ltda

Tiragem

1 mil exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F981p

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.
Primeiríssima infância: creche: necessidades e interesses de famílias e crianças / Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; coordenação Sandra Mara Costa. – São Paulo (SP): FMCSV, 2017.
21 x 24 cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-61897-21-5

1. Creches. 2. Crianças - Desenvolvimento. 3. Escolas maternas
I. Costa, Sandra Mara. II. Título.

CDD-372.21



Criada em 1965, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal atua na promoção do desenvolvimento na primeira infância, período que vai do nascimento aos 6 anos de idade. Cumpre sua missão por meio de atividades de conscientização da sociedade, mobilização de lideranças, apoio à qualificação da educação infantil e programas de fortalecimento da família e adultos de referência. A organização mantém projetos como intervenção social em municípios, incentivo a pesquisas, realização de cursos e simpósios e elaboração de publicações, entre outras ações, para expandir o conhecimento sobre a importância do desenvolvimento na primeira infância.

MISSÃO

Gerar e disseminar conhecimento para o desenvolvimento pleno da criança na primeira infância.

VISÃO

Desenvolver a criança para desenvolver a sociedade.

APRESENTAÇÃO

CRECHE. É DISSO QUE ESTAMOS FALANDO

A linguagem verbal é um elemento central dentro de qualquer cultura. Fruto de construção histórica, ela reflete conceitos e valores e espelha, em grande medida, a evolução de um grupo de pessoas. Assim, quando a sociedade muda, muda também a conotação de certas palavras. No Brasil, o termo “creche” é uma dessas palavras cujo significado parece estar em transição.

Objetivamente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei Nº 9.394, de 1996) situa a creche como o programa da educação infantil responsável por atender crianças durante o que chamamos de primeiríssima infância, a faixa etária que vai de 0 a 3 anos e 11 meses de idade. As creches constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e, ao mesmo tempo, cuidam das crianças.

No imaginário de algumas pessoas, todavia, a palavra creche carrega outros sentidos. Ela é vista como um serviço de assistência social imbuído de oferecer proteção e segurança à criança pequena durante o dia, para que as mães possam trabalhar. Sua função como promotora do desenvolvimento da criança, complementando a ação da família e da comunidade, fica esquecida.

Na Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, elegemos a qualidade na educação infantil como uma de nossas prioridades. Em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), vemos o acesso à boa creche, aquela de fato capaz de contribuir para o desenvolvimento integral, como um direito das

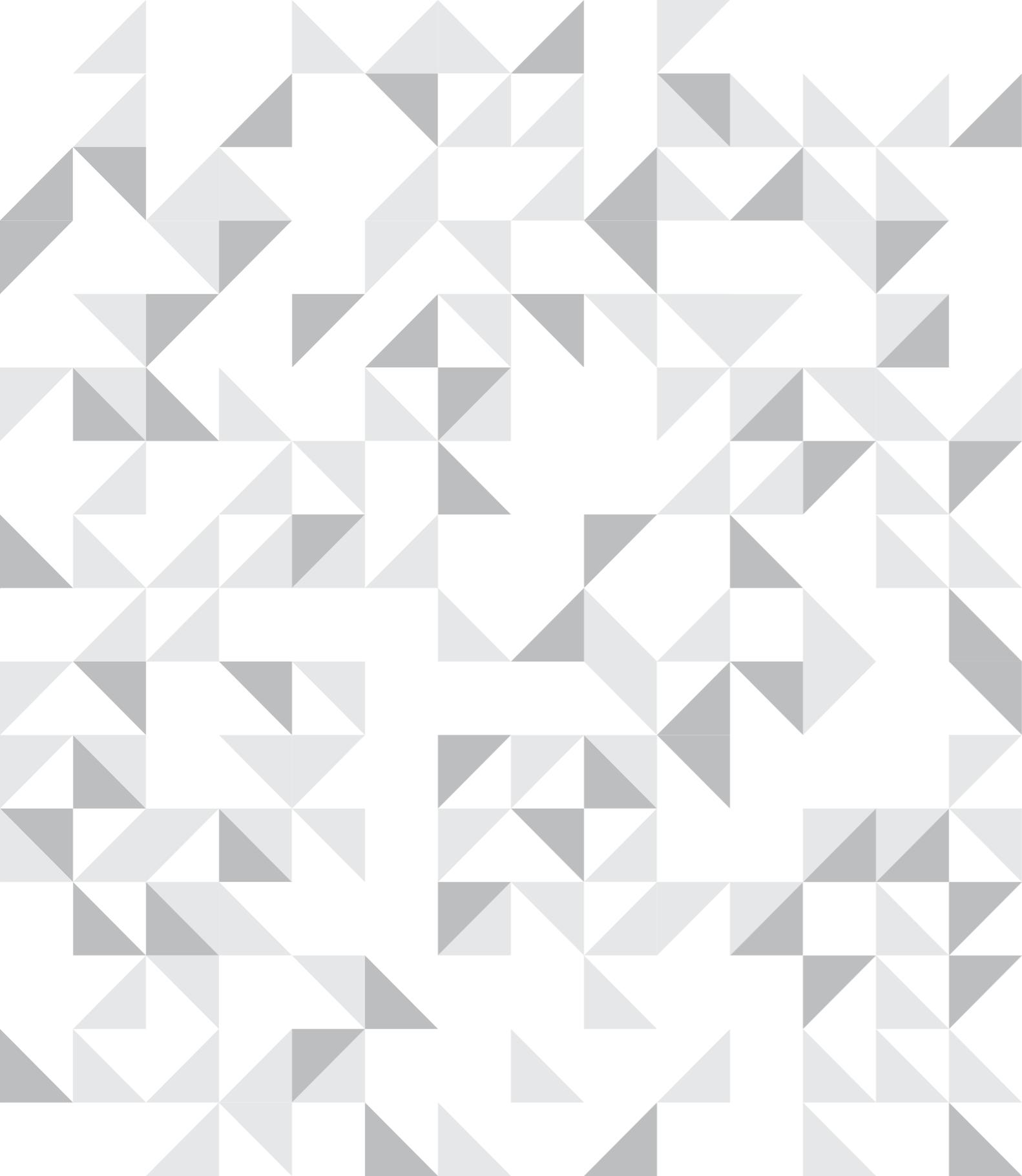
crianças e das famílias. Foi dentro dessa proposta que realizamos, em 2016, a pesquisa Primeiríssima Infância – Creche. Elaborada em parceria com o Ibope Inteligência, a pesquisa mapeia as necessidades e os interesses das famílias brasileiras em relação ao atendimento educacional para as crianças de 0 a 3 anos.

Nossa pesquisa diz muito sobre as expectativas das famílias e o propósito da creche em diferentes contextos, trazendo apontamentos valiosos para quem pensa e implementa políticas públicas de educação infantil no Brasil. Esta publicação compartilha os resultados do estudo e também os aprofunda, pois agrega a visão de um time de especialistas convidados a refletir sobre os achados mais importantes à luz de boas práticas e evidências científicas.

Gerar e disseminar conhecimento faz parte da nossa missão e nos alegra saber que estamos avançando neste sentido. Se queremos trabalhar pelo reconhecimento do valor social da creche perante a opinião pública e os governantes, é bom que o façamos com base em informações e saberes atualizados. E, também, no princípio da equidade, observando critérios de igualdade e justiça como traços fundamentais de uma sociedade acolhedora, respeitosa e responsável por suas crianças.

Eduardo de Campos Queiroz

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL.



INTRODUÇÃO

JUNTA DE SABERES



Esta publicação apresenta os principais resultados da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche, a partir da visão de um conjunto de especialistas nos temas educação infantil, desenvolvimento infantil, direitos da criança e políticas públicas para a educação. Eles foram convidados a participar de debates sobre a pesquisa, organizados pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em São Paulo (SP), entre os meses de junho e julho de 2017.

Eduardo Marino, gerente de conhecimento aplicado da Fundação Maria Cecília, e Karine Bueno, coordenadora de conhecimento aplicado, lideraram a iniciativa. A economista Ana Lucia D'Império Lima assessorou no desenho da pesquisa, apresentou o estudo aos especialistas e facilitou os debates. Os especialistas analisaram os dados e refletiram em torno de questões levantadas por eles mesmos e pelas jornalistas Sandra Mara Costa e Lucila Rupp. A dupla de jornalistas se incumbiu, posteriormente, de sistematizar as discussões.

Por fim, também serviu como insumo desta publicação uma série de análises sobre a pesquisa, produzidas para a Fundação Maria Cecília pela equipe do economista Daniel Domingues dos Santos, do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Economia Social (Lepes). O Lepes integra o *campus* Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). A fim de enriquecer ainda mais as reflexões, a equipe do Lepes propôs novos cruzamentos a partir da base de dados da pesquisa e os relacionou a outros estudos socioeconômicos de abrangência nacional.

Conheça, a seguir, os especialistas envolvidos.

FACILITADORA

▲ **Ana Lucia D'Império Lima, ECONOMISTA**

Iniciou sua carreira na área de pesquisa na Itália e, em 1987, ingressou no Ibope em São Paulo. Na coordenação das atividades de pesquisa de mídia, Ana ocupou-se da expansão das operações do Ibope para 12 países da América Latina. Em 2000, participou da concepção e fundação do Instituto Paulo Montenegro, que conduzia as ações de investimento social do grupo Ibope, com foco em projetos de educação e mobilização comunitária. Foi diretora executiva do Instituto Paulo Montenegro até 2015. Criou e dirige a consultoria Conhecimento Social – Estratégia e Gestão, especializada na produção de conhecimento no campo social, com foco em investidores sociais, implementadores de programas e gestão pública.

ESPECIALISTA

▲ **Anna Maria Chiesa, ENFERMEIRA**

Enfermeira com experiência nas áreas de promoção da saúde, desenvolvimento infantil, saúde da família, saúde da criança e educação em saúde, atua como consultora técnica da Fundação Maria Cecilia. É mestre e doutora em saúde pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), e livre-docente em enfermagem em saúde coletiva pela USP. Possui pós-doutoramento pela Florence Nightingale School of Nursing and Midwifery, ligada ao King's College London (Inglaterra). É professora associada do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da USP e integra o Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI).

ESPECIALISTA

▲ **Claudia Costin, GESTORA PÚBLICA**

Formada em administração pública pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV/SP), possui mestrado em economia aplicada à administração e doutorado em administração pela mesma instituição. Como gestora pública, ocupou várias funções, tendo sido ministra da Administração e Reforma do Estado, secretária estadual de Cultura de São Paulo e secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro (RJ). Mais recentemente, foi diretora global de educação do Banco Mundial. É professora visitante na Faculdade de Educação da Universidade de Harvard e lidera o Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe), ligado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (Ebape/FGV). O Ceipe visa contribuir para a pesquisa aplicada e a implementação de políticas educacionais inovadoras e efetivas e tem a primeira infância entre seus focos de atuação.

ESPECIALISTA

▲ **Cleuza Rodrigues Repulho, PEDAGOGA**

Especialista em orientação educacional e mestre em Educação de Jovens e Adultos (EJA), foi secretária municipal de Educação de Santo André (SP) e de São Bernardo do Campo (SP). Presidiu por três vezes a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e foi diretora de fortalecimento institucional e gestão educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC). Seu campo de experiência na área educacional abrange, ainda, orçamento participativo, financiamento, avaliação, formação de professores, pacto federativo e organizações sociais.

ESPECIALISTA

▲ **Daniel Domingues dos Santos, ECONOMISTA**

Professor de economia da USP no *campus* Ribeirão Preto, é coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Economia Social (Lepes). Fez doutorado em economia na Universidade de Chicago (Estados Unidos), sob orientação do pesquisador James Heckman, que se notabilizou como Prêmio Nobel em Ciências Econômicas, em 2000, e por seus estudos relacionando educação, desenvolvimento social e primeira infância. Santos estuda o impacto de políticas públicas voltadas à primeira infância e o desenvolvimento socioemocional no ambiente escolar. É membro do Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), vice-coordenador do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Neurodesenvolvimento e Saúde Mental da USP e membro do conselho científico do Edulab 21.

ESPECIALISTA

▲ **Vital Didonet, EDUCADOR**

Licenciado em filosofia e em pedagogia, é mestre em educação e professor especialista em educação infantil. Defensor dos direitos da criança, contribui reiteradamente para a formulação de políticas públicas para a primeira infância, como o recém-criado Marco Legal da Primeira Infância (Lei Nº 13.257/2016). Participa de diversas organizações em defesa da criança e foi consultor de organismos internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, na sigla em inglês) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês). Foi presidente nacional e vice-presidente mundial da Organização Mundial para Educação Pré-Escolar (Omep), coordenador de educação pré-escolar do MEC e consultor legislativo da Câmara dos Deputados. É cofundador e assessor legislativo da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI).

ESPECIALISTA

▲ **Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, PEDAGOGA**

Especialista em psicologia do desenvolvimento humano, atua principalmente nos temas da educação infantil, creche, formação de professores, desenvolvimento infantil e currículo para a educação infantil. É mestre em psicologia da educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutora em psicologia experimental pelo Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP), ligada à USP. Possui, ainda, título de livre-docente em psicologia do desenvolvimento pela FFCLRP-USP, onde é professora associada. Zilma é consultora do MEC, além de coordenadora do curso de pós-graduação *lato sensu* em gestão pedagógica e formação em educação infantil do Instituto Superior de Educação Vera Cruz (ISE), de São Paulo.



Sumário

- 1** PESQUISA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA – CRECHE
PÁGINA 12
 - 2** QUATRO BRASIS
PÁGINA 20
 - 3** CRECHE E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA
PÁGINA 28
 - 4** ROTINA QUE PRENDE E QUE LIBERTA
PÁGINA 46
 - 5** UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE
PÁGINA 64
 - 6** A QUESTÃO DA EQUIDADE
PÁGINA 84
 - 7** CRECHE E VIDA PRODUTIVA DOS PAIS
PÁGINA 98
 - 8** CONSIDERAÇÕES FINAIS
PÁGINA 110
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
PÁGINA 116

PESQUISA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA CRECHE



a pesquisa Primeiríssima Infância – Creche foi realizada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em 2016, em parceria com o Ibope Inteligência. O objetivo do estudo era mapear as necessidades e os interesses das famílias em relação ao atendimento em educação de crianças de 0 a 3 anos – a chamada primeiríssima infância.

Para atingir seu propósito, a pesquisa combinou a abordagem qualitativa à quantitativa. Além disso, a fim de compor um retrato fiel e representativo da diversidade que existe em torno da demanda por creches no Brasil, outras decisões metodológicas foram tomadas.

Em primeiro lugar, optou-se por um questionário de pesquisa mais factual do que baseado em percepções. Investiu-se mais em questões objetivas sobre a rotina e as atividades da criança e de seus responsáveis, por exemplo, do que na captura de opiniões, um exercício já feito pela Fundação Maria Cecília, em 2012.

“Hoje em dia, boa parte das pessoas tem um discurso do politicamente correto bastante bem estruturado quando se fala de desenvolvimento infantil”, pondera a economista Ana Lucia D’Império Lima, que assessorou no desenho da pesquisa. “Se a gente ficasse apenas no âmbito de identificar as percepções, poderia colher respostas muito padronizadas e se distanciar um pouco dos fatos.”

Em segundo lugar, além dos estratos por região geográfica, desde a etapa de concepção do estudo, levou-se em consideração a necessidade de representar adequadamente quatro recortes sociodemográficos nos quais vivem as crianças:

- Famílias com renda familiar mensal de até 5 salários mínimos em cidades de pequeno ou médio/grande porte do interior (Até 5 SM Interior Urbano).
- Famílias com renda familiar mensal de até 5 salários mínimos nas capitais e municípios do entorno/periferia das capitais (Até 5 SM Capital/Entorno).
- Famílias com renda familiar mensal de até 5 salários mínimos da zona rural (Até 5 SM Rural).
- Famílias com renda familiar mensal acima de 5 salários mínimos, independentemente do local de moradia (Acima de 5 SM).

A opção por tais variáveis de análise visava desvendar contextos territoriais e sociais significativos e específicos em que vivem as crianças e suas famílias, a fim de ampliar a aplicabilidade do estudo.

“Queríamos que o resultado da pesquisa fosse capaz de contar como as famílias brasileiras se organizam para cuidar de seus bebês, buscando melhor compreender a demanda por creche no Brasil, mas com muita consciência da diversidade enorme que existe no País”, salienta Ana. “A possibilidade de analisar os resultados em contextos específicos ajuda a pensar em políticas públicas e modelos de atendimento que façam sentido para as famílias”, complementa.

O estudo adotou o termo “creche” como forma genérica para designar todos os estabelecimentos de educação infantil voltados a crianças de 0 a 3 anos – as creches gratuitas e as pagas. Na categoria das creches gratuitas estão as instituições públicas, as conveniadas com o poder público, as confessionais, as comunitárias e as filantrópicas.

QUALI + QUANTI



A fase qualitativa da pesquisa aconteceu em Recife (PE) e São Paulo (SP) e incluiu grupo focal com adultos responsáveis por crianças entre 0 e 3 anos. Ela possibilitou aprofundar o entendimento sobre vivências, formas de expressão e o discurso dos respondentes em torno das necessidades afetas aos domicílios com crianças em idade de creche.

A etapa qualitativa subsidiou a formulação de hipóteses e a elaboração do questionário utilizado na amostra maior da pesquisa. Como a forma de nomear o atendimento em educação de crianças de 0 a 3 anos varia entre os locais e grupos sociais, a palavra “creche” aparecia, no questionário, quase sempre acompanhada das associações “escolinha”, “hotelzinho” e “berçário”.

A fase quantitativa do estudo, por sua vez, permitiu projetar os diferentes aspectos qualificadores da demanda de creches para o universo da pesquisa e indicar as preferências da população-alvo em relação às possibilidades de oferta desse tipo de serviço.

O universo da pesquisa foi composto pelo total de domicílios com crianças de 0 a 3 anos no Brasil que, segundo contagem do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondiam a mais de 9,5 milhões de domicílios (figura 1).

A amostra foi desenhada de forma não proporcional, de modo a permitir a análise individual dos recortes criados, e depois ponderada para readquirir o equilíbrio da proporcionalidade nacional.

Os resultados apresentados nesta publicação se referem ao levantamento quantitativo da pesquisa (figura 2). O total de 991 pessoas participou dessa etapa do estudo, realizada por meio de pesquisa face a face e *on-line*, entre os dias 6 e 26 de julho de 2016. Mães adolescentes com menos de 18 anos não fizeram parte da amostra do estudo. Alguns gráficos e tabelas relativos a perguntas de resposta única não somam exatamente 100% por questões de arredondamento.

Creche, escolinha, hotelzinho, berçário

O termo “creche” foi adotado repetidamente no questionário da pesquisa para se referir aos estabelecimentos que oferecem atendimento educacional gratuito (creches públicas, conveniadas, confessionais, comunitárias e filantrópicas) ou pago. Porém, como a forma de nomear esse serviço varia conforme os locais e grupos sociais, a palavra “creche” aparecia quase sempre acompanhada das associações “escolinha”, “hotelzinho” e “berçário”.

FIGURA 1

Especificações técnicas - Fase quantitativa

Data de campo: Julho/2016 | Método e coleta de dados: Face a face e *on-line*

Universo e amostra estratificada conforme quadro abaixo:

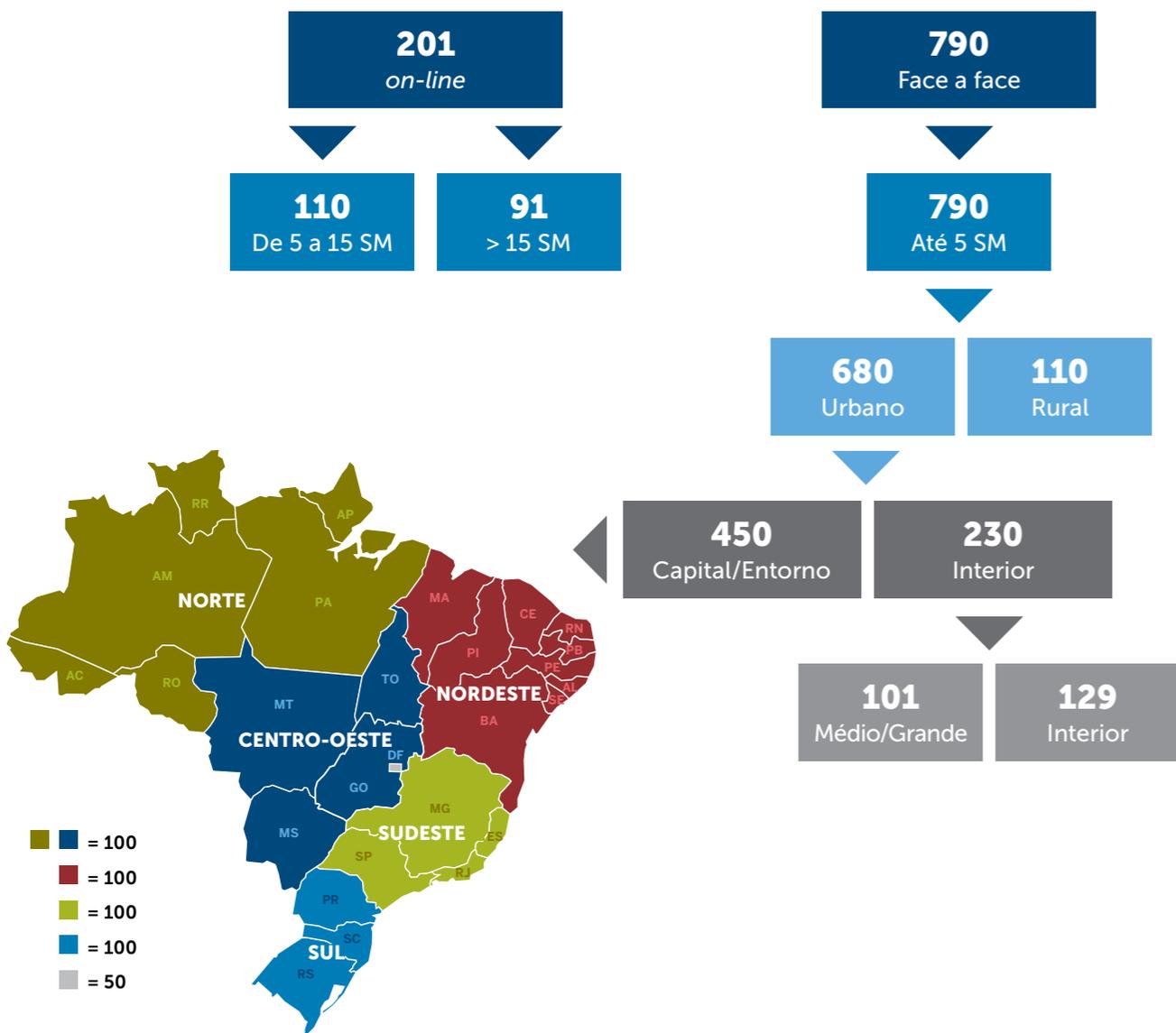
	Domicílios com crianças até 3 anos %		Proporcional	Total	Fator_Pond
Total	9.593.641	100%	710	1000	-
ACIMA 15 SM	364.083	4%	30	100	0,3
DE 5 A 15 SM	1.524.564	16%	110	110	1
ATÉ 5 SM	7.704.995	80%	570	790	-
RURAL	1.552.258	20%	110	110	1
URBANO	6.152.736	80%	460	680	-
Capital/Entorno	2.426.779	39%	180	450	-
NE	614.299	25%	40	100	0,4
SE	1.198.903	49%	90	100	0,9
S	220.571	9%	20	100	0,2
N/CO sem DF	316.106	13%	20	100	0,2
DF	76.901	3%	10	50	0,2
Interior	3.725.957	61%	280	230	-
Médio/Grande	1.246.838	33%	90	100	0,9
Pequeno	2.479.119	67%	190	130	1,4615385

Fonte: Censo 2010 Perfil: DPP, domicílios com crianças até 3 anos Margem de erro: Para o total da amostra (991 entrevistas) 3 p.p. com 95% de confiança

FIGURA 2 Desenho e seleção da amostra

Público-alvo: **Domicílios com crianças de 0 a 3 anos** | Seleção da amostra: **Estratificada, com sorteio probabilístico de municípios em cada estrato e quotas de renda familiar e escolaridade do chefe da família**

Total da amostra: **991** respondentes



Raio X da amostra

- De maneira geral, **89%** dos responsáveis são as mães da criança; somente em **5%** dos casos o pai é o responsável; em outros **5%** o responsável não é um dos pais (avó, tia, outros)
- **29%** dos responsáveis têm de 18 a 24 anos e **49%** de 25 a 34 anos
- Em **46%** dos casos, a criança sobre a qual responderam era o primeiro filho do respondente
- **31%** são donas de casa; **49%** têm atividade econômica (formal ou informal); **5%** estão de licença e **13%** estão desempregados
- **48%** têm ensino médio; 10% estudam
- **75%** moram com companheiro que, na quase totalidade, é o pai da criança; **25%** das crianças-referência nesta pesquisa, portanto, não vivem com o pai. Esta proporção sobe para **33%** quando consideradas apenas as crianças entre 2 e 3 anos
- **59%** moram em domicílios com 3 a 4 moradores e **38%** em domicílios acima de 4 moradores
- **15%** dos domicílios também têm uma ou mais crianças de 4 a 5 anos, **26%** de 6 a 10 anos e **11%** de 11 a 12 anos
- **Um terço** dos domicílios tem uma mulher como chefe de família
- **38%** declaram estar em algum programa de complementação de renda

AS CRIANÇAS E SEUS RESPONSÁVEIS

Consultar diretamente a pessoa responsável pelas decisões mais importantes que afetam o dia a dia da criança foi uma premissa da pesquisa. Em geral, era dada prioridade à mãe, mas, para confirmar ou mesmo identificar o informante mais adequado, formulou-se uma bateria de questões. Para ser considerado responsável, era preciso responder "sim" a pelo menos 3 dos 5 filtros aplicados.

Outra condição da pesquisa é que só seriam ouvidos os responsáveis que morassem no mesmo domicílio da criança. No caso de haver mais de uma criança de 0 a 3 anos residindo no domicílio, o respondente era orientado a escolher, por critério aleatório, uma única criança e a considerá-la em suas respostas ao longo de toda a pesquisa.

Dentre as crianças-referência (figura 3), 52% eram do sexo masculino e 48% do feminino. Apenas 2% apresentavam alguma deficiência. Em termos de faixa etária, 49% tinham de 0 a 1 ano; 29% mais de 1 ano a 2 anos; e 22% mais de 2 anos a 3 anos. A maior proporção de crianças-referência de 0 a 1 ano foi encontrada na região Nordeste (58%).

Segundo o Censo Demográfico 2010, a população de crianças de 0 a 3 anos era de 10.938.914 pessoas naquele ano no Brasil.



O informante adequado

Considerado responsável se respondeu "sim" em pelo menos três questões:

01

Pensando que há uma reunião na creche/ escolinha/berçário/hotelzinho, normalmente quem irá comparecer?

02

Quem decide onde e com quem essa criança de 0 a 3 anos deve ficar quando a mãe não pode cuidar dela?

03

No momento de se alimentar fora de casa, normalmente quem decide o que a criança irá comer?

04

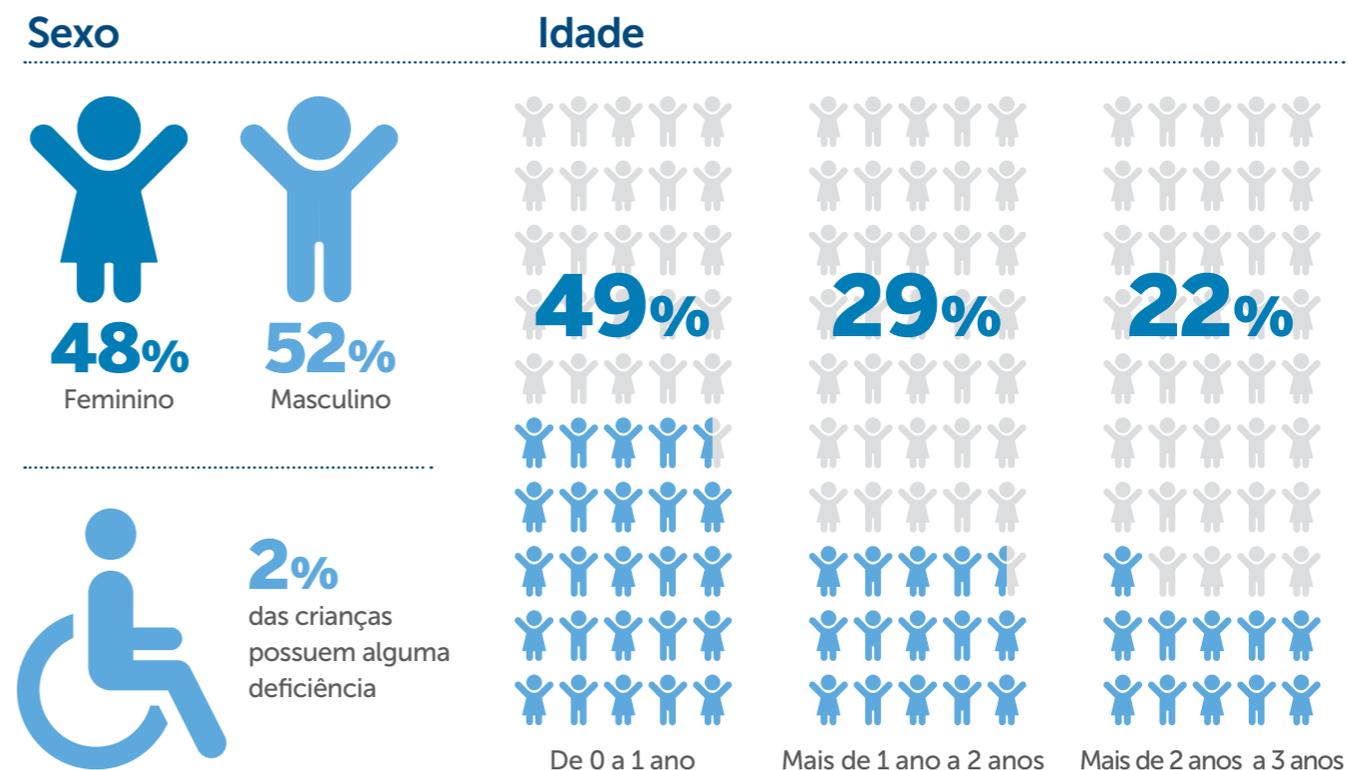
Durante a noite, se a criança acorda, quem normalmente cuida da criança?

05

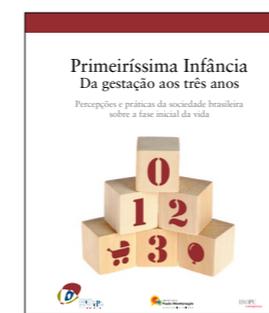
Se a criança precisa ir ao posto de saúde, quem leva a criança?

FIGURA 3

Quem são as crianças-referência?



Visões sobre a primeiríssima infância



Em 2012, a Fundação Maria Cecília e o Ibope Inteligência desenvolveram uma ampla pesquisa para identificar percepções e práticas da sociedade brasileira com relação ao desenvolvimento da criança pequena. O trabalho virou também um livro, que apresenta os resultados da pesquisa comentados por especialistas. Acesse a publicação "Primeiríssima Infância – Da gestação aos três anos" no link <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital>

QUATRO BRASIS

Via de regra, as discussões sobre a demanda por creche no Brasil giram em torno do percentual de crianças atendidas e da qualidade dos serviços prestados. Todavia, existem muitos outros fatores que determinam a inserção ou não de uma criança na faixa etária da primeiríssima infância – de 0 a 3 anos – na educação infantil.

Para citar alguns exemplos, além da oferta de vagas, colocam-se questões como a intensidade dos cuidados nos primeiros anos de vida e o elevado grau de dependência dos bebês; a preocupação com doenças e deixar os filhos com estranhos; normas de segurança para locomoção; e também aspectos culturais, como a crença de que criança pequena deve ficar em casa.

A pesquisa Primeiríssima Infância – Creche investigou o campo de influência da criação e educação de crianças pequenas brasileiras, que será apresentado em detalhes ao longo desta publicação. No que se refere aos cuidados que a criança recebe durante o dia, alguns contornos da fotografia obtida merecem ser antecipados:

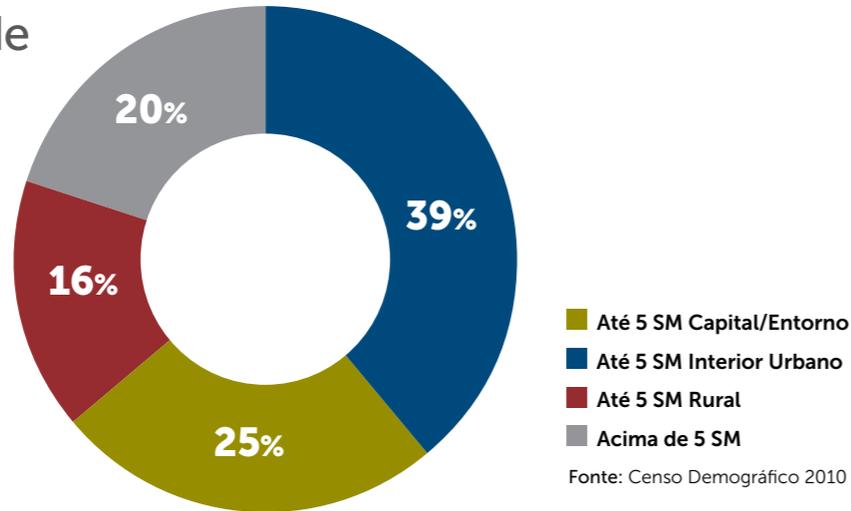
- **33%** das crianças frequentam **creche**. Destas, aproximadamente **20%** utilizam **serviços gratuitos** (creches públicas, conveniadas, confessionais, comunitárias ou filantrópicas) e **14%** frequentam **creches pagas**
- **12%** das crianças vão para a **casa de alguém** durante o dia, sendo que uma fração de **7% dos responsáveis** leva a criança para a creche e para a casa de alguém
- **57% das crianças** ficam em casa
- Entre as crianças que frequentam a creche, **51%** o fazem em **período integral** e **49%** por apenas **algumas horas**

Dentro da proposta de particularizar quatro recortes sociodemográficos de contextos variados (figura 4), a pesquisa Primeiríssima Infância – Creche buscou revelar com mais detalhes o retrato tirado do Brasil. É como se o estudo desse um **zoom** nos territórios para oferecer aos gestores dos 5.570 municípios brasileiros a oportunidade de observá-los de maneira privilegiada, mais próxima dos seus pontos de vista.

Afinal, como vivem as famílias de menor renda com crianças de 0 a 3 anos, quando são consideradas as complexidades da zona rural e da urbana, da capital e do interior? O que caracteriza o cotidiano dessas famílias que, normalmente, dependem da oferta de serviços públicos para a educação de seus filhos? E o que determina as necessidades das famílias de renda mais alta, que podem fazer escolhas mais condizentes com suas expectativas, independentemente dos contextos territoriais em que vivem?

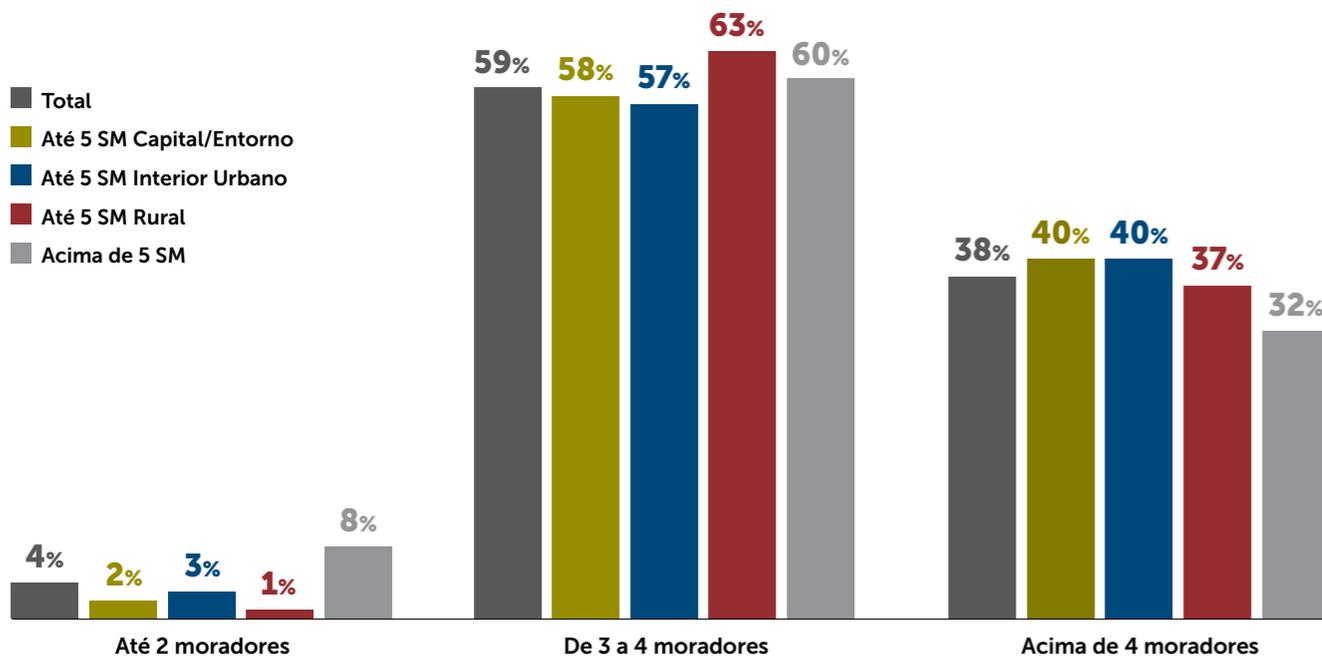
FIGURA 4
Representatividade dos estratos no universo de domicílios

O universo da pesquisa corresponde a **9.593.641** domicílios com crianças de 0 a 3 anos

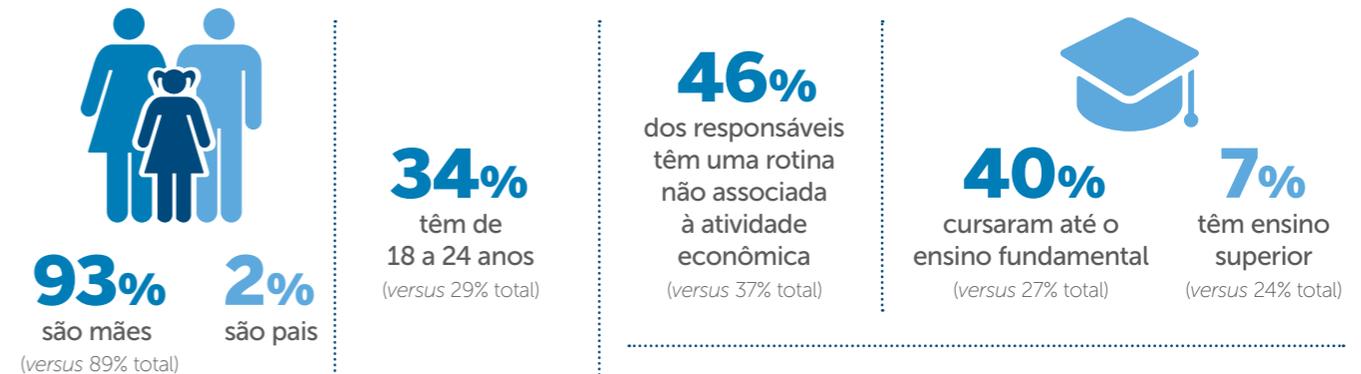


Fonte: Censo Demográfico 2010

FIGURA 5
Como são os domicílios com crianças de 0 a 3 anos?
Quantidade de moradores



Até 5 SM Interior Urbano
39% do universo ou **6.152.736** domicílios



- 62% não trabalham (versus 51% total)
- 38% são donas de casa (versus 31% total)
- 8% trabalham para terceiros com carteira assinada (versus 17% total)
- 17% trabalham em local fixo
- 14% em período integral (versus 23% total)
- 22% trabalham todos os dias (versus 29% total)



60% dos responsáveis são católicos (versus 54% total)



Outros destaques que caracterizam a amostra

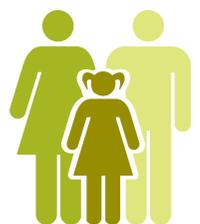
- A quantidade média de moradores por domicílio é de **5 pessoas**
- 51%** têm criança de 0 a 1 ano (versus **49%** do total)
- 64%** das crianças ficam em casa (versus **57%** do total) e **26%** frequentam creche (versus **33%** do total)
- 49%** recebem ajuda de algum programa de complementação de renda (versus **38%** do total)
- 53%** se declararam pardos (as) (versus **45%** do total)

Na pesquisa Primeiríssima Infância – Creche, a análise sobre o contexto do Interior Urbano com renda familiar mensal de até 5 salários mínimos abrange cidades pequenas, médias e grandes do interior brasileiro. Na amostra da pesquisa, as mães se destacam no papel de responsáveis pelas crianças e de donas de casa. Entre os adultos responsáveis, 40% têm até o ensino fundamental.

Os indicadores de trabalho tendem a estar abaixo da média nacional da pesquisa, fato que se repete nos domicílios das crianças da primeiríssima infância que vivem no campo. Entre os quatro estratos analisados, o Interior Urbano é o que apresenta maior incidência de responsáveis pardos e de famílias inseridas em programas de complementação de renda. No plano da religiosidade, o Interior Urbano se define majoritariamente católico.

Até 5 SM Capital/Entorno

25% do universo ou 2.426.779 domicílios



93% são mães
(versus 89% total)
6% são pais

36% têm de 18 a 24 anos
(versus 29% total)

40% sem rotina
37% têm uma rotina não associada ao trabalho

63% têm ensino médio
(versus 48% total)



Outros destaques que caracterizam a amostra

- A quantidade de moradores por domicílio segue a média total aferida pela pesquisa, que é de **4** pessoas
- **53%** têm criança de 0 a 1 ano (versus 49% do total)
- **68%** moram com o pai (versus **75%** do total). Isso significa que cerca de 700.000 crianças de 0 a 3 anos, que vivem nas capitais brasileiras e municípios das regiões metropolitanas em domicílios com renda familiar de até 5 salários mínimos, não moram com seus pais
- **63%** das crianças ficam em casa (versus **57%** do total) e **27%** frequentam creche (versus **33%** do total)
- **23%** declaram-se negros (as) (versus **14%** do total)

- 58%** não trabalham (versus 51% total)
- 26%** estão desempregados (versus 13% total)
- 16%** trabalham por conta própria (versus 11% total)
- 19%** trabalham em local fixo
- 17%** trabalham período integral (versus 23% total)
- 22%** trabalham todos os dias (versus 29% total)

Também dentro da renda familiar mensal de até 5 salários mínimos, entre os responsáveis pelas crianças de 0 a 3 anos que moram em domicílios das capitais e nas cidades do entorno, as mães novamente prevalecem entre os respondentes. Mas o grupo dos pais começa a ganhar corpo, representando 6% dos adultos responsáveis. Do ponto de vista racial, 23% se identificam como negros.

O percentual de respondentes que não trabalha é bem próximo nos três estratos com renda até 5 salários, variando de 57% a 62%. O que sobressai no estrato Capital/Entorno é o fato de 63% terem ensino médio, o índice de responsáveis que trabalham por conta própria (16% empreendem, frente a 11% no total da amostra) e a alta taxa de desempregados – 26% buscam colocação, apesar da boa escolaridade. É preciso lembrar que quando a pesquisa Primeiríssima Infância – Creche foi a campo, em julho de 2016, o Brasil estava em recessão.

Tem-se neste estrato o perfil clássico da mulher batalhadora das capitais e das regiões metropolitanas, que se esforça para criar seu filho e o faz, em muitos casos, sem a presença do pai da criança. Quanto à opção religiosa, os responsáveis pelas crianças neste perfil de respondentes são, em 42% dos casos, evangélicos (evangélicos tradicionais, protestantes e pentecostais).

42% dos responsáveis são evangélicos
(versus 31% total)

Até 5 SM Rural

16% do universo ou 1.552.258 domicílios



96% são mães
(versus 89% total)
2% são pais

34% têm de 18 a 24 anos
(versus 29% total)

45% desses responsáveis declaram não ter uma rotina
(versus 36% total)

34% cursaram até o ensino fundamental
(versus 27% total)
6% têm ensino superior
(versus 24% total)

57% não trabalham

44% são donas de casa (versus 31% total)

13% trabalham para terceiros com carteira assinada (versus 17% total)

6% trabalham por conta própria (versus 11% total)

21% trabalham em local fixo

14% trabalham período integral (versus 23% total)

18% trabalham todos os dias (versus 29% total)



63% dos responsáveis são católicos
(versus 54% total)



Outros destaques que caracterizam a amostra

- **83%** dos chefes da família são do sexo masculino (versus **69%** do total)
- A quantidade de moradores por domicílio segue a média total aferida pela pesquisa, que é de **4** pessoas
- **59%** têm criança de 0 a 1 ano (versus **49%** do total), **81%** moram com o pai (versus **75%** do total)
- **63%** das crianças ficam em casa (versus **57%** do total) e **28%** frequentam creche (versus **33%** do total)
- **79%** têm renda familiar de até 2 salários mínimos (versus **47%** do total)
- **44%** recebem ajuda de algum programa de complementação de renda (versus **38%** do total)

No contexto rural com renda familiar mensal de até 5 salários mínimos, as mães despontam como as grandes responsáveis pelo cuidado das crianças na amostra da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche. Entre os quatro estratos particularizados, o Rural é o com maior incidência de responsáveis que se declaram donas de casa.

De modo geral, os indicadores de atividade econômica dos responsáveis encontram-se abaixo da média, o que ajuda a compreender o fato de o contexto rural ter a maior ocorrência de famílias com renda até 2 salários mínimos entre os estratos pesquisados.

Noutra direção, percebe-se que 34% dos responsáveis pelas crianças de 0 a 3 anos que participaram da pesquisa estudaram até o ensino fundamental e que 59% têm ensino médio, mas apenas 6% chegaram ao ensino superior. No aspecto religioso, o catolicismo predomina com larga vantagem sobre as demais religiões.

Acima de 5 SM

20% do universo ou **1.524.564** domicílios



Outros destaques que caracterizam a amostra

- **8%** dos domicílios têm 2 moradores (*versus 4% do total*)
- **45%** dos chefes da família são do sexo feminino (*versus 31% do total*)
- **9%** recebem ajuda de algum programa de complementação de renda
- **68%** têm criança de 2 a 3 anos (*versus 22% do total*)
- **93%** moram com a mãe e **82%** moram com o pai (*versus 75% do total*)
- **28%** das crianças ficam em casa (*versus 57% do total*) e **59%** frequentam creche (*versus 33% do total*)



72% são mães (*versus 89% total*)

14% são pais (*versus 5% total*)

86% trabalham (*versus 49% total*)

58% trabalham para terceiros, com ou sem carteira assinada (*versus 26% total*)

11% são empresários/donos de um negócio (*versus 3% total*)

62% trabalham em local fixo (*versus 27% total*)

58% trabalham período integral (*versus 23% total*)

62% trabalham todos os dias (*versus 29% total*)



88% têm ensino superior/ pós-graduação (*versus 24% total*)

37% têm de 35 a 49 anos (*versus 19% total*)

65% têm uma rotina associada à atividade econômica (*versus 24% total*)

16% são espíritas kardecistas (*versus 4% total*)

No estrato da renda familiar mensal acima de 5 salários mínimos, outro cenário se descortina. A presença masculina entre os adultos responsáveis por cuidar da criança é significativamente maior. A faixa etária dos responsáveis, que são em 72% dos casos mulheres, também é maior, o que pode sugerir uma gravidez mais tardia. Há uma maior proporção de mulheres chefes de família, quando comparado aos outros estratos e, entre as crianças, 59% frequentam creche.

O índice de adultos responsáveis que trabalham chega a 86% no estrato Acima de 5 SM. Quanto à escolaridade, 88% possuem ensino superior. O trabalho em período integral é mais frequente, assim como o trabalho todos os dias, e 11% dos responsáveis são donos do próprio negócio. A religião católica prevalece em 49% dos casos, enquanto a evangélica é abraçada por 23% dos pesquisados e a espírita kardecista por 16%.



CRECHE E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA



Cientistas de diferentes áreas de conhecimento têm se destacado na reunião de evidências sobre a importância da primeira infância no desenvolvimento de cada indivíduo. Definida como o período que vai do nascimento aos 6 anos de idade, a primeira infância é fundamental para a evolução do cérebro, que acontece de forma muito intensa nessa etapa da vida e mesmo antes disso, desde a gestação.

Na primeira infância, a fase que vai até os 3 anos – que, no âmbito da educação, compreende o atendimento em creches – é ainda mais especial. Ela tem sido apontada pela ciência como uma “janela de oportunidade”, porque nela a aprendizagem de habilidades e o desenvolvimento de aptidões e competências acontecem com maior facilidade. Além disso, a aquisição de capacidades fundamentais na primeira infância permitirá o aprimoramento de habilidades futuras mais complexas.

A literatura técnica ensina que a nutrição, os cuidados adequados, os estímulos que vêm da interação com outras pessoas e o ambiente são elementos determinantes para o desenvolvimento integral da criança – isto é, sua maturação nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social. A esses ingredientes deve-se adicionar o vínculo afetivo que cada criança precisa ter com sua mãe ou com a pessoa que lhe oferece os cuidados primários e que funciona como uma espécie de veículo para que o desenvolvimento aconteça de forma plena e possa consolidar-se.

Tudo isso é ciência a serviço da vida. Mas o que pensam as famílias brasileiras sobre o desenvolvimento da criança pequena e que lugar elas atribuem à creche e a si mesmas nesse processo? A pesquisa Primeiríssima Infância – Creche traz algumas respostas.

Arquitetura do cérebro

O vídeo “As experiências moldam a arquitetura do cérebro” explica como o cérebro da criança pequena se desenvolve e como as vivências e interações nessa fase da vida têm impacto duradouro sobre isso. Como na construção de uma casa, no desenvolvimento cerebral, o que vem primeiro forma a base para o que virá depois. O vídeo foi produzido pelo Centro para o Desenvolvimento da Criança (CDC), da Universidade de Harvard (Estados Unidos), e adaptado para o Brasil pela Fundação Maria Cecília. Para assistir, acesse <https://www.youtube.com/watch?v=eSAHbDptGh4>

PORTA DE ENTRADA PARA AS APRENDIZAGENS ESCOLARES



Direito estabelecido na Constituição Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Nº 8.069, de 1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei Nº 9.394, de 1996), a educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Sua finalidade é o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, complementando a ação da família e da comunidade.

Está escrito na LDB que a educação infantil deve ser oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até 3 anos e em pré-escolas para as crianças de 4 a 5 anos de idade. A pesquisa Primeiríssima Infância – Creche investigou as percepções das famílias sobre o atendimento educacional oferecido a crianças de 0 a 3 anos em creches e em estabelecimentos com outras designações, como escolinha, hotelzinho ou berçário.

Ainda segundo a LDB, o objetivo da educação básica, que também é composta pelo ensino fundamental e o ensino médio, é desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A creche é a porta de entrada desse longo percurso que o indivíduo percorre na educação básica.

A creche também se configura, em muitos casos, no primeiro ambiente que as crianças pequenas frequentam em bases regulares, sem a presença de seus familiares ou cuidadores. Ela é um marco na vida da criança, na medida em que exige adaptação a um ambiente totalmente novo e com rotinas e padrões de relacionamento diferentes dos que vigoram na família.

Frequentar a creche não é obrigatório no Brasil e os cuidados oferecidos pelas famílias à criança pequena obedecem a diferentes arranjos, conforme a oferta de serviços e as necessidades e desejos dos adultos responsáveis por elas. Ficar em casa, na creche ou na casa de alguém são as opções que predominam, bem como a combinação entre essas diferentes modalidades.

O estudo Primeiríssima Infância – Creche aferiu que 33% das crianças de 0 a 3 anos frequentam uma creche, o que corresponde a cerca de 3,2 milhões de crianças recebendo este tipo de atendimento. Destas, 2,1 milhões vivem em domicílios com renda familiar mensal de até 5 salários mínimos. Entre as crianças que frequentam creche, 7% também passam parte do dia em outra casa que não a sua, por isso a soma das variáveis da figura 6 extrapola 100%. O grupo de crianças que fica em casa corresponde a 57%, enquanto o que vai para a casa de alguém representa 12%.

FIGURA 6

Onde a criança fica durante o dia

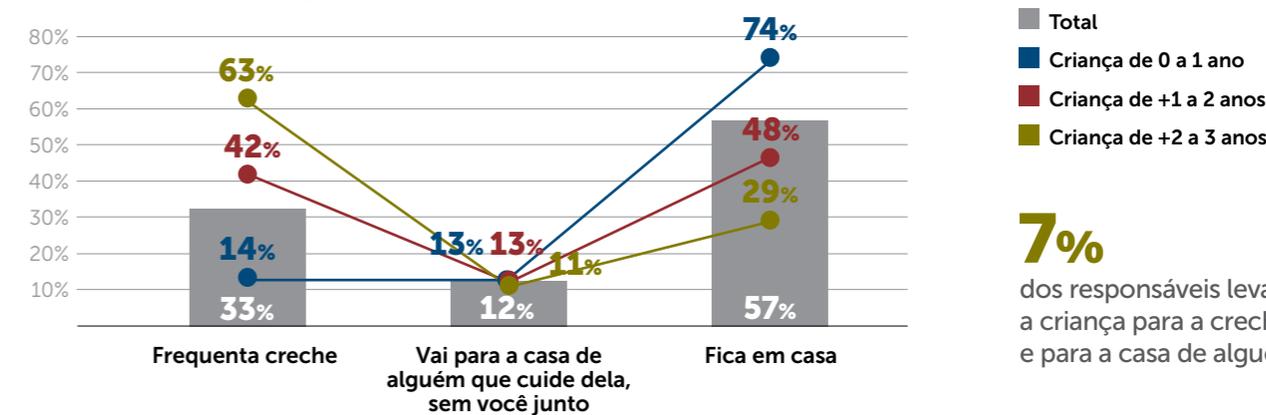


FIGURA 7

Local que fica durante o dia	Total amostra	Até 5 SM Capital/Entorno	Até 5 SM Interior Urbano	Até 5 SM Rural	Acima de 5 SM
Frequenta creche	33% (3,2 milhões)	27% (0,7 milhão)	26% (0,9 milhão)	28% (0,5 milhão)	59% (1,1 milhão)
Vai para a casa de alguém	12%	10%	8%	11%	20%
Fica em casa	57%	63%	64%	63%	28%

Base domicílio: 9.593.641; Base Urbano: 6.152.736; Base Rural: 1.552.258; Base Acima 5 SM: 1.888.647; Base 0-1 ano: 4.689.864; Base 2-3 anos: 4.903.777
 P. A criança: (ENTREVISTADOR: LER AS 3 ALTERNATIVAS) (RM)
 P. A criança frequenta/é levada para apenas um local por dia ou tem alguma combinação, por exemplo, escolinha + casa de alguém, ou creche + hotelzinho? SE COMBINAÇÃO, QUAL? (ESPONTÂNEA – RU)

Os debatedores, convidados pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal para refletir sobre os achados da pesquisa, concluíram que a figura 6 transmite várias mensagens: a maior complexidade do atendimento dos bebês de até 1 ano, impactando a oferta de vagas e o interesse pelo serviço, que atende efetivamente só 14% deste público; a maior disponibilidade de vagas para a faixa etária de 2 a 3 anos; e a criança ir para a casa de alguém como uma alternativa que poderia até ser lida como um indicador de demanda não atendida.

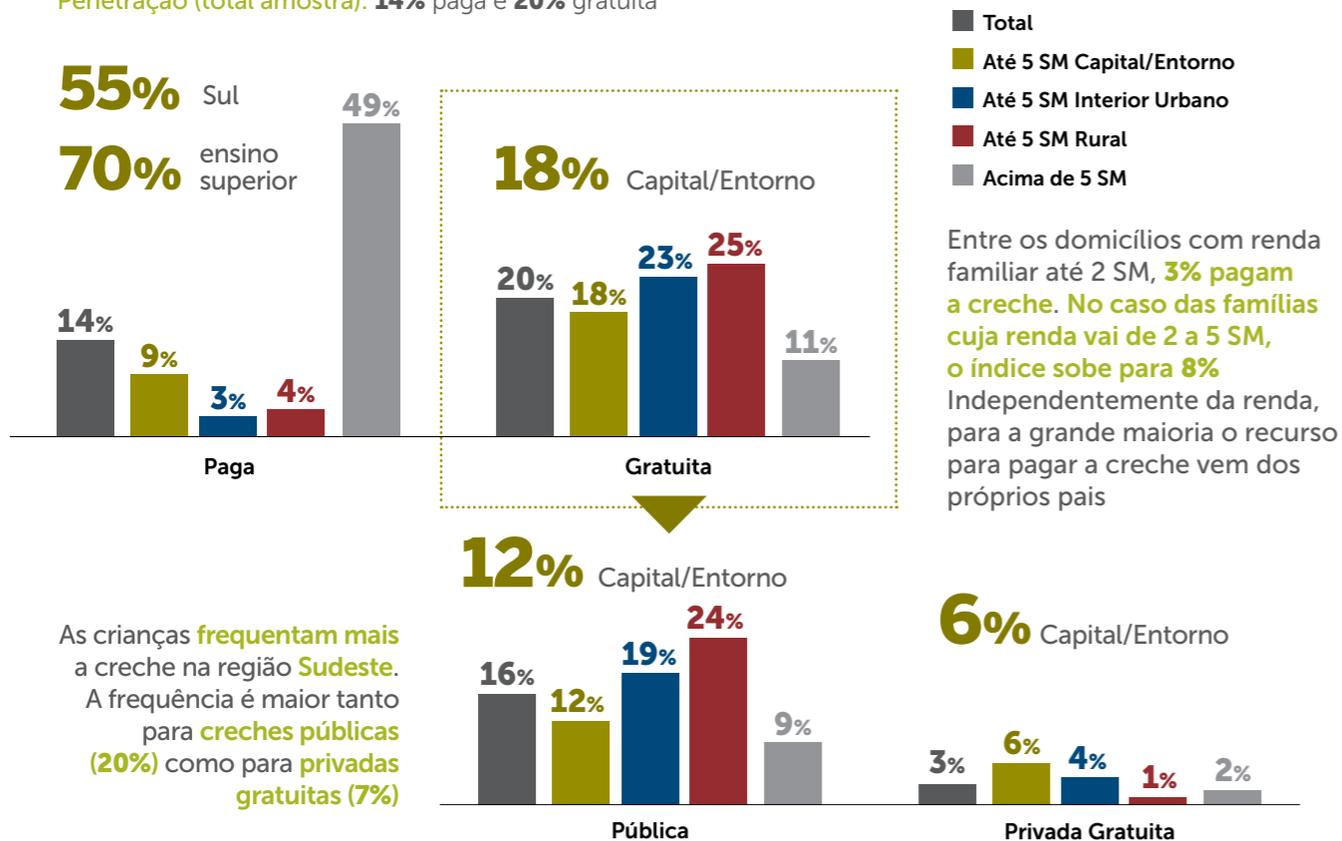
“O dado ‘vai para a casa de alguém’ pode refletir a situação das mães que levam pessoalmente suas crianças para o local de cuidado. De um modo geral, o ideal é que a creche seja perto de casa. Se isso não acontece, a mãe arruma outras alternativas [a casa de outras pessoas] na sua região ou perto de onde trabalha para deixar o filho. Ela não vai se deslocar para uma outra direção que não a do seu trabalho com um bebê pequeno”, analisa a gestora pública Claudia Costin.

A pedagoga Zilma de Moraes Ramos de Oliveira aplica o mesmo raciocínio para o que ocorre no meio rural. “Para quem mora no campo, levar uma criança à creche pode demorar duas horas ou mais. Como é possível lotar uma van de bebês e dirigir com eles por duas horas até chegar a uma creche?”, indaga.

A pesquisa aponta que o serviço de creche ou instituição equivalente utilizado pelos respondentes é, na maioria dos casos, gratuito (figura 8). Dentro dessa categoria estão os estabelecimentos públicos e as entidades de origem privada, porém gratuitas, como creches conveniadas, confessionais comunitárias ou filantrópicas.

FIGURA 8
Tipo de creche

Penetração (total amostra): 14% paga e 20% gratuita



Base frequenta creche: 3.177.128; Base Urbano: 1.618.458; Base Rural: 437.455; Base Acima 5 SM: 1.121.216
 P. Essa creche/escolinha/hotelzinho é paga ou gratuita? (RU)
 Base frequenta creche gratuita: 1.875.457; Base Urbano: 1.290.267; Base Rural: 381.009; Base Acima 5 SM: 204.181
 P. A creche/escolinha/hotelzinho/berçário é: (LER ALTERNATIVAS- RU)

O ECA e a LDB

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Nº 8.069, de 1990) é a lei que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei Nº 9.394, de 1996) trata da educação escolar, que é aquela que se desenvolve predominantemente por meio do ensino em instituições dedicadas a isso. Leia as leis na íntegra, respectivamente, em http://www2.planalto.gov.br/http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

A EDUCAÇÃO NA FAMÍLIA E NO ESPAÇO COLETIVO DA CRECHE

Do ponto de vista da política pública, os estabelecimentos de educação infantil despontam como aliados da família em sua função de cuidado e educação dos filhos nos primeiros anos de vida. O recém-aprovado Marco Legal da Primeira Infância (Lei Nº 13.257, de 2016) reitera essa visão, que já estava disposta em outras normativas aqui citadas.

O Código Civil (Lei Nº 10.406, de 2002) estabelece que são deveres dos pais o sustento, a guarda e a educação dos filhos. O Marco Legal da Primeira Infância adiciona que a sociedade participa solidariamente com a família e o Estado da proteção e da promoção da criança na primeira infância. As instituições de educação infantil se posicionam de modo complementar à ação da família e da comunidade no desenvolvimento da criança.

Para tirar as leis do papel e, de fato, assegurar os direitos da criança, os debatedores da pesquisa Primeira Infância - Creche defendem que é preciso reforçar a articulação entre família e escola, valorizando os diferentes papéis e o fato de a criança partilhar desses dois contextos.

“A raiz da identidade da criança é familiar. A família permite que a criança se veja inserida em um núcleo que é só dela. Por sua vez, o ambiente da creche provoca de modo complementar alguns tipos de aprendizagem que o ambiente doméstico não consegue proporcionar”, resume Zilma. “É diferente brincar no quintal de casa e frequentar o ambiente da

creche, com a presença das outras crianças, dos objetos e da professora mediadora, que tem um raciocínio de educação coletiva e não de educação familiar”, esclarece.

O educador Vital Didonet situa que a educação infantil está abrigada na esfera governamental da Educação e, como tal, também atende à função primordial da pasta de promover a aprendizagem escolar. Ele pondera, todavia, que a experiência educativa dessa etapa do ensino tem particularidades muito bem descritas desde a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), em 2009, e diferenças significativas do restante da educação básica. “Há a visão do cuidado, não apenas de bem-estar físico, mas zeloso. Um conceito de cuidado holístico para que a criança seja ela mesma – conhecendo a si e ao mundo e construindo ativamente a sua identidade”, afirma.

Para o educador, não há como dissociar a educação infantil da questão da responsividade. “A gente aprende a ser humano nas relações com o outro, nas interações. A constituição do sujeito se dá nessas relações com o outro que é responsivo à criança”, explica. “A responsividade do adulto — que olha para o bebê, que sabe conversar, que sabe atender a uma solicitação, a um choro e a um sorriso — é fundamental para que o bebê entenda: existe o outro, existe o outro diante do qual eu sou eu. Porque se esse outro não existir, eu não existo.”

No início da vida, prossegue o especialista, quem faz o papel desse “outro” do bebê é a mãe ou a pessoa que dele cuida mais direta e intensamente. A amamentação e todos os gestos de cuidado geram a experiência de que há um “outro” a atendê-lo. “As relações intersubjetivas são os pilares da constituição do sujeito e, por isso, também na creche, elas devem constituir as bases da educação, das experiências do mundo que cerca a criança. Tudo o que a criança aprende passa a ter sentido à luz dessas interações”, assinala Didonet.

Claudia Costin, que já esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (RJ), dirigindo cerca de 400 creches, adiciona ao raciocínio que a educação em espaços coletivos não é capaz de atender cada criança da mesma forma que a família

Marco Legal da Primeira Infância

A Lei Nº 13.257 define uma série de iniciativas voltadas à proteção da primeira fase da vida e foi aprovada em março de 2016, depois de dois anos de discussões no Congresso Nacional. O documento orienta programas e serviços que têm como foco a garantia do desenvolvimento integral das crianças brasileiras de 0 a 6 anos. Consulte a nova lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm

atende, o que, no seu ponto de vista, de novo reforça a importância de cada um desses espaços e sua complementaridade. “O serviço da creche sempre será um pouquinho massificado, por mais que você o organize. E essa será sempre uma grande vantagem da família em relação à creche: conseguir dar uma atenção de fato individualizada para a criança.”

O que dizem as DCNEI

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a proposta pedagógica das instituições de educação infantil deve ter como objetivo “garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças”. Consulte as DCNEI em <http://portal.mec.gov.br>

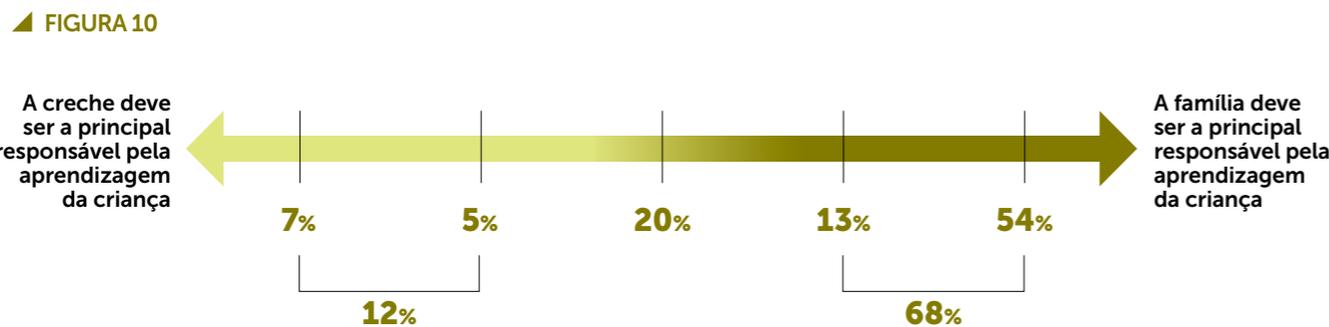
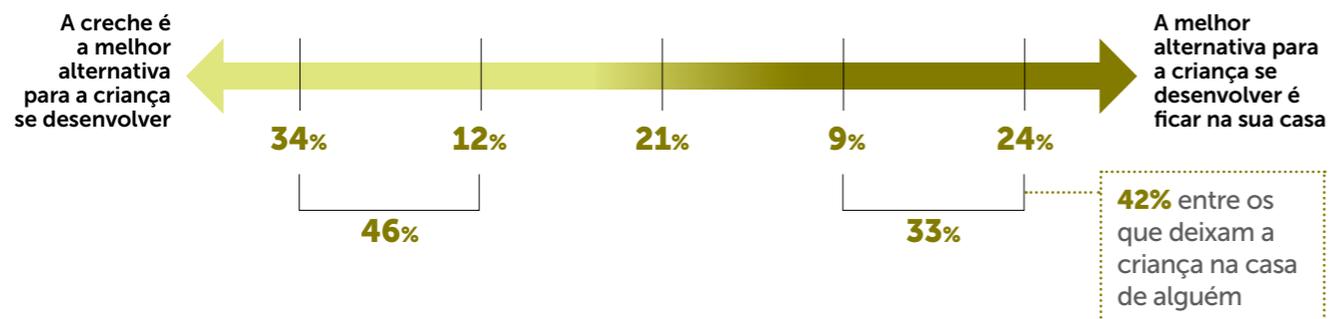
JOGO DE PREFERÊNCIAS

À parte o que dizem os especialistas, os adultos responsáveis pelas crianças de 0 a 3 anos, que participaram da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche, também externam seu juízo de valor quando o assunto é creche versus casa.

Em um exercício de polarização, sobre se seria a creche ou ficar em casa a melhor alternativa para a criança se desenvolver (figura 9), 46% dos respondentes mostram mais simpatia pela creche, enquanto o espaço da casa tem 33% da preferência. A fração remanescente de 21% fica dividida entre as duas posições.

Por outro lado, quando o foco da questão recai sobre o principal responsável pela aprendizagem da criança (figura 10), a família sobressai como favorita em 68% dos casos, em oposição aos 12% da amostra mais favoráveis à creche. O grupo que prefere não se posicionar nem tanto a um lado nem tanto a outro soma 20%.

▲ FIGURA 9
Percepções sobre o desenvolvimento da criança (0 a 3 anos)



Base domicílio: 9.593.641
 P. (MOSTRAR CARTÃO) Em síntese, depois de tudo o que conversamos e pensando no (a) (NOME DA CRIANÇA-REFERÊNCIA) com a idade que tem hoje. Neste cartão, temos algumas frases e, para cada duas frases, gostaria que você apontasse o número que mais se aproxima da sua opinião. Quanto mais próximo o número estiver da frase, significa que você se identifica mais com a frase. (RU POR LINHA)

Na combinação das duas respostas, os resultados sugerem que a percepção dos respondentes é de que a creche, embora valorizada como um bom lugar para a criança se desenvolver, não tira das famílias a condição de principais responsáveis pela aprendizagem da criança.

Com uma trajetória profissional em defesa da educação infantil, a pedagoga Zilma de Moraes Ramos de Oliveira não contesta as revelações da pesquisa, mas vê na questão a possibilidade de comentar a visão que se tem das oportunidades de aprendizagem da creche. "Muitas famílias acreditam que só no ensino fundamental a aprendizagem vai começar.

E que, enquanto ele não começa, a criança aprende com a família questões da cultura, do dia a dia, do jeito de viver", nota.

Zilma reforça que as aprendizagens em família existem e são múltiplas, mas, de forma geral, a população desconhece a natureza do trabalho que se faz na creche. "Não se trata de aprender a fazer contas, ler ou desenhar. Mas quando alguém pega o meu brinquedo, eu tenho que aprender como é que eu me viro com isso. Na hora de me vestir, como eu coloco o casaco – um braço e depois o outro, para dentro ou para fora", exemplifica.

Em linha com o que acontece na educação infantil em outros países, a pedagoga aponta a tendência de valorização das aprendizagens que se dão pelo cotidiano. "Cada vez mais descobrimos que, nesses aprendizados sutis que podem ocorrer até os 3 anos, a criança tem um ganho cognitivo que depois vai usar em outras situações como base para construir novas aprendizagens."

DIFERENTES VISÕES SOBRE APRENDER

Mas, afinal, a partir de que momento a criança começa a aprender? O estudo Primeiríssima Infância – Creche também fez essa pergunta, dando aos respondentes sete opções de resposta que iam desde "ainda no útero/ventre/barriga da mãe" até "a partir dos 6 anos".

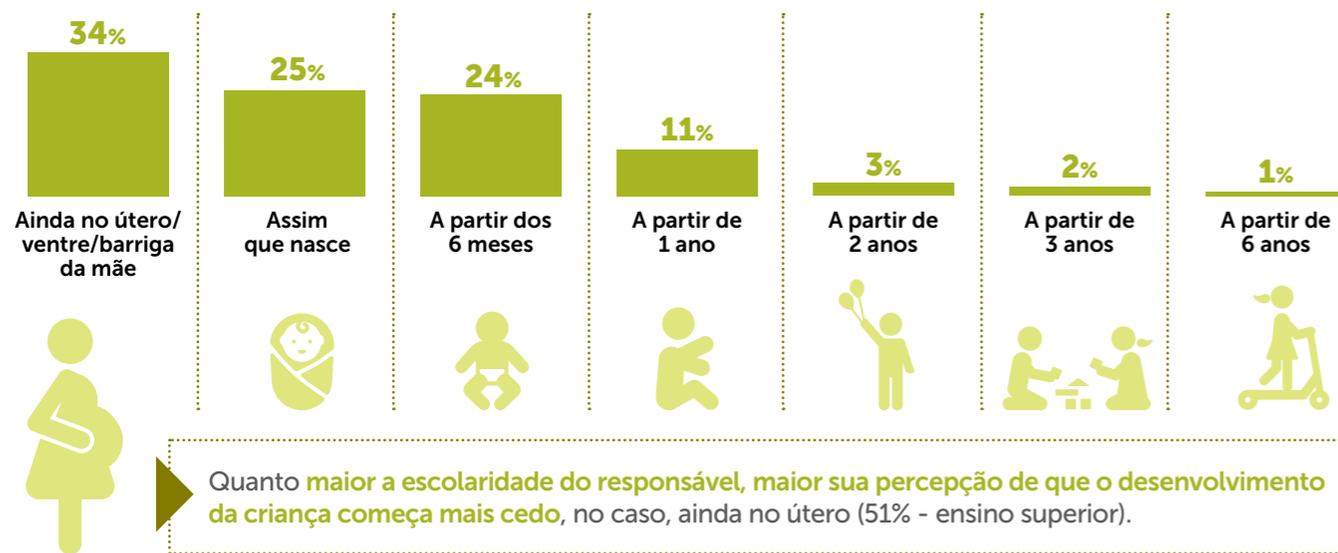
O conceito de aprender admite alguma elasticidade. Uma possível interpretação seria considerar o aprendizado um produto da experiência – e a experiência como algo que já pode ocorrer dentro do útero. Outra seria dizer que quando existe uma relação estímulo/resposta existe aprendizado.

A ciência mostra que aprendizagens mais complexas, como a aquisição da linguagem e outras que dependem de maior elaboração do pensamento, acontecem a partir do nascimento. Mas já se provou que a vida intrauterina permite aprendizagens rudimentares, como a capacidade de o bebê escutar e reconhecer a voz da mãe e de associá-la à sua genitora após o nascimento.

Posto o raciocínio, pode-se dizer que os adultos que responderam à pergunta do estudo foram assertivos em suas respostas. De modo combinado, mais da metade deles atribuiu à fase intrauterina e ao marco do nascimento o momento em que a criança começa a aprender (figura 11), seguindo a lógica de que quanto maior a idade da criança, menor o percentual de respondentes.

FIGURA 11

Quando a criança começa a aprender



Base domicílio: 9.593.641

P51.(MOSTRAR CARTÃO) Na sua opinião, a partir de que momento a criança começa a aprender? (ESTIMULADO – RU)

Para os debatedores, o conceito de aprender também pode remeter à construção do sujeito por meio da interação com o meio e com os outros. Assim, os resultados encontrados estariam refletindo não só quando a criança começa a aprender, mas quando ela passa a demonstrar a conquista de habilidades.

Aprendizagem e aprendizado

No estudo “O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem”, o Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI) define aprendizagem como o processo de construção, aquisição e apropriação de conhecimento – ou, em outras palavras, a prática do exercício de aprender. Já o significado de aprendizado remete, segundo o documento, ao conteúdo a ser aprendido. Acesse o estudo no link <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital>

CUIDADOS ESSENCIAIS E UMA BOA DOSE DE CARINHO

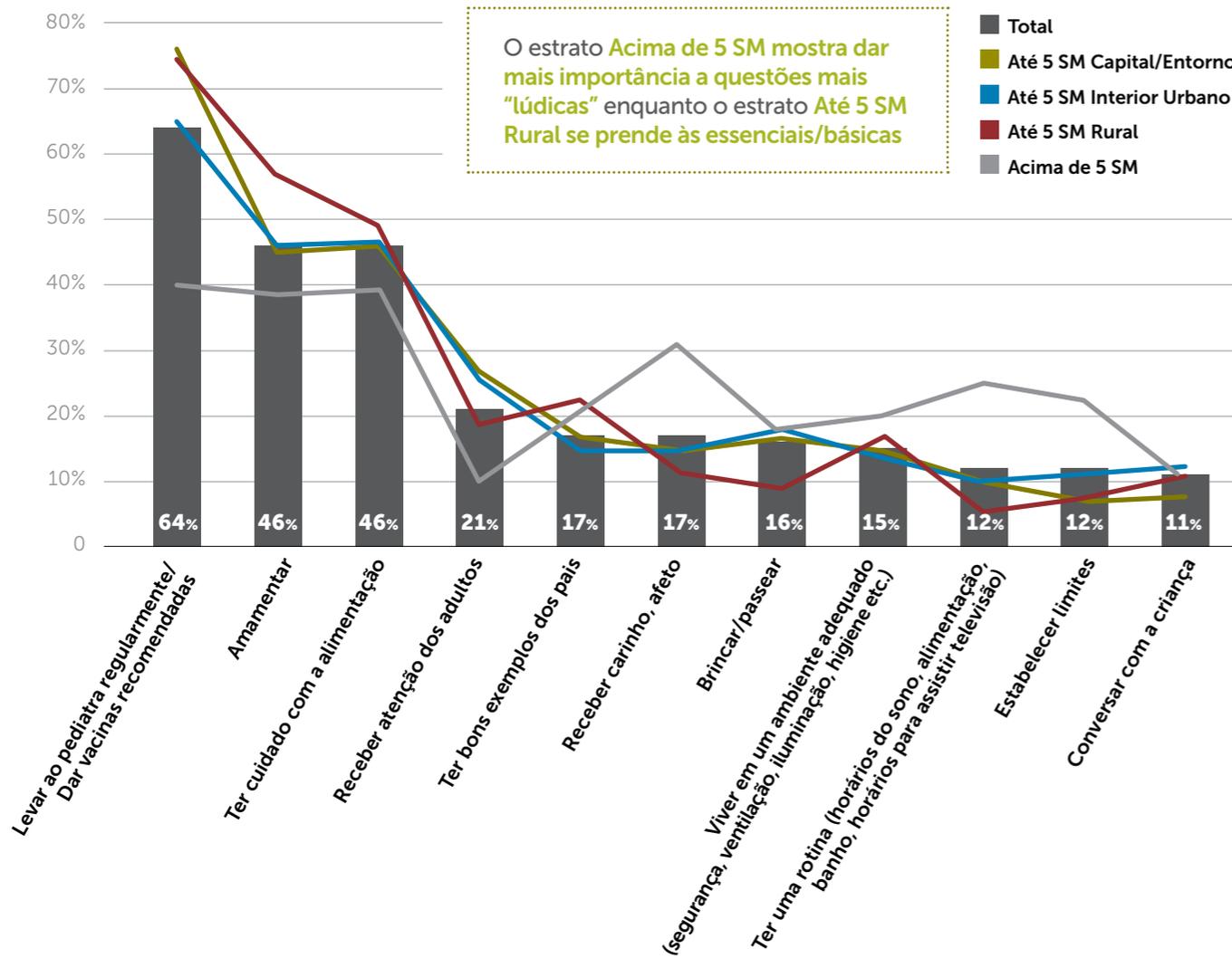
O bloco de questões que investigou as percepções sobre o desenvolvimento incluiu, ainda, outras duas dimensões. Uma delas levantou a opinião dos adultos responsáveis sobre os itens mais importantes para um bom desenvolvimento da criança de 0 a 3 anos. A outra aferiu as ações e atitudes que mais estimulam o desenvolvimento da criança na mesma faixa etária.

Os três primeiros itens escolhidos por todos os estratos da amostra como os mais importantes para o desenvolvimento da criança referem-se a atitudes de cuidado básico (figura 12): levar ao pediatra regularmente, amamentar e ter cuidado com a alimentação. Os demais itens, que envolvem questões como receber atenção dos adultos, brincar/passear e viver em um ambiente adequado, foram, de modo geral, menos destacados.

A análise da base de dados do estudo para o recorte das três faixas etárias pesquisadas não revela variações significativas nas respostas. A leitura por estratos, porém, trouxe pontos de atenção, como comenta a enfermeira especialista em saúde pública, Anna Maria Chiesa: “É interessante notar que aspectos que são de fato relevantes, como carinho/afeto e rotina, são mais percebidos pelos responsáveis de maior escolaridade e renda.” Fica a suspeita de que, uma vez asseguradas às crianças as condições básicas de saúde e nutrição, as pessoas passem a ter maior percepção de outros elementos igualmente essenciais ao desenvolvimento pleno.

Num ponto ainda mais extremo, Anna cita o dado de que para 71% dos respondentes do estrato Até 5 SM Rural, levar ao pediatra regularmente ainda é o item mais importante. “Já que os pediatras são os legítimos representantes do que é bom para a criança, seria bom estimulá-los a saírem de um discurso higienista e normativo da puericultura tradicional e trabalharem mais com a questão emocional em práticas ampliadas de puericultura”, assinala Anna.

FIGURA 12
Itens mais importantes para o desenvolvimento da criança (0 a 3 anos)



*Resultados apresentados acima de 10% no total

Base domicílio: 9.593.641; Base Urbano: 6.152.736; Base Rural: 1.552.258; Base Acima 5 SM: 1.888.647 P. (MOSTRAR CARTÃO) Na sua opinião, quais dos seguintes itens são os mais importantes para um bom desenvolvimento da criança de 0 a 3 anos? Por favor, escolha três alternativas. (ESTIMULADO - RM)

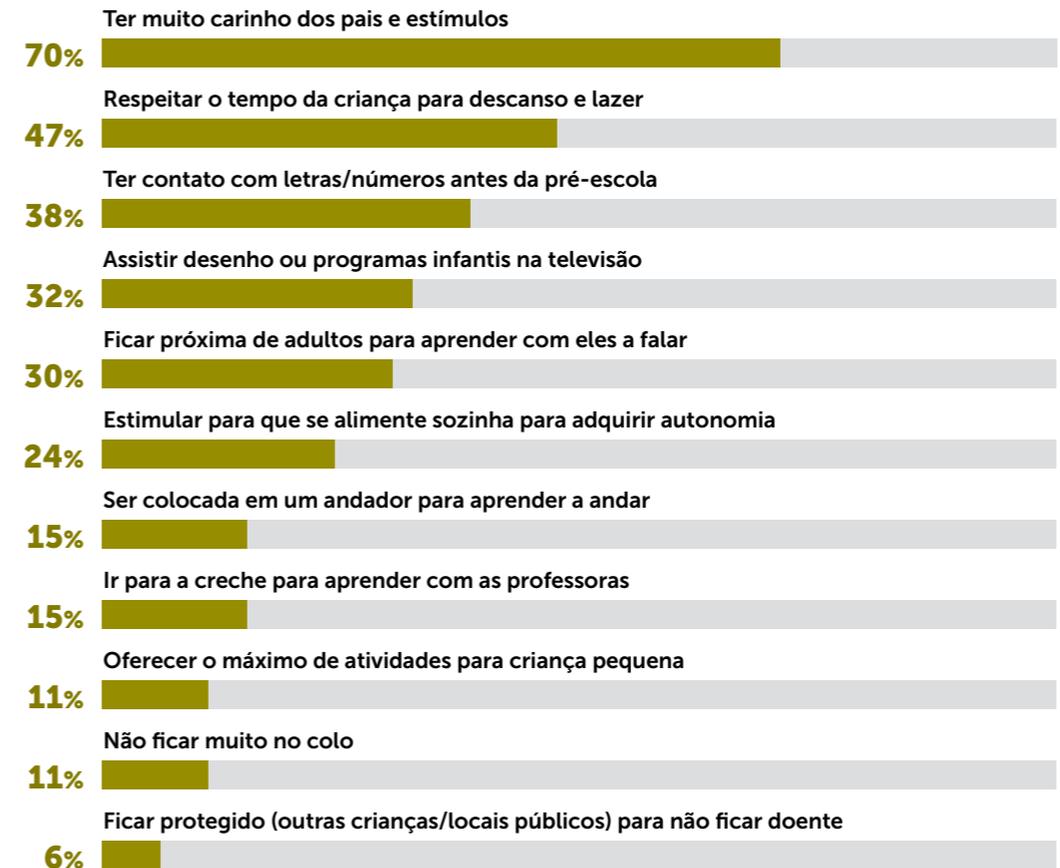
Índice de multiplicidade: 3,0

O levantamento sobre as ações e atitudes que mais estimulam o desenvolvimento da criança de 0 a 3 anos (figura 13) foi feito com base em uma lista, a partir da qual os respondentes também deveriam escolher três pontos.

“Ter muito carinho dos pais e estímulos” foi a opção mais escolhida, com 70% dos votos e bem à frente de todas as demais. Em segundo lugar ficou “Respeitar o tempo da criança para descanso e lazer” (47%) e em terceiro “Ter contato com letras/números antes da pré-escola” (38%).

O segundo aspecto mais valorizado (“Respeitar o tempo da criança para descanso e lazer”) teve maior apelo entre os responsáveis com ensino superior (63%).

FIGURA 13
Ações e atitudes que mais estimulam o desenvolvimento da criança (0 a 3 anos)



Índice de multiplicidade: 3,0

Base domicílio: 9.593.641 P. (MOSTRAR CARTÃO) Quais as ações e atitudes que mais estimulam o desenvolvimento das crianças de 0 a 3 anos? Por favor, escolha três alternativas. (ESTIMULADO - RM)

MAS, AFINAL, EXISTE IDADE IDEAL PARA ENTRAR NA CRECHE?

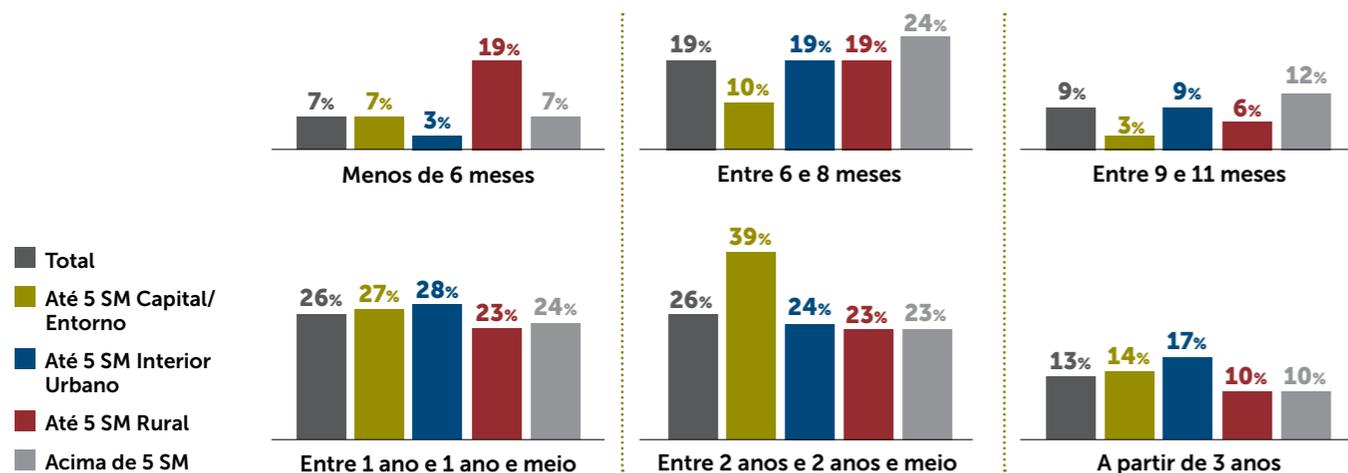


Nos diversos estratos estudados, os resultados da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche demonstram que a maior parte das crianças começa a frequentar uma instituição de educação infantil, seja ela gratuita ou paga, entre 1 ano e 2 anos e meio (figura 14).

Os bebês que ingressaram na creche com menos de 6 meses formam um grupo pequeno. Pode-se inferir que o fato guarde relação com as orientações de aleitamento materno exclusivo para esse período da vida, bem como com a realidade das mães que trabalham com carteira assinada e podem usufruir de licença-maternidade de 4 ou 6 meses, além de se beneficiarem, eventualmente, do gozo de férias emendado com a licença.

▲ FIGURA 14
Idade em que entrou na creche por estrato

De forma geral, os responsáveis começam a levar as crianças à creche entre 1 e 2 anos

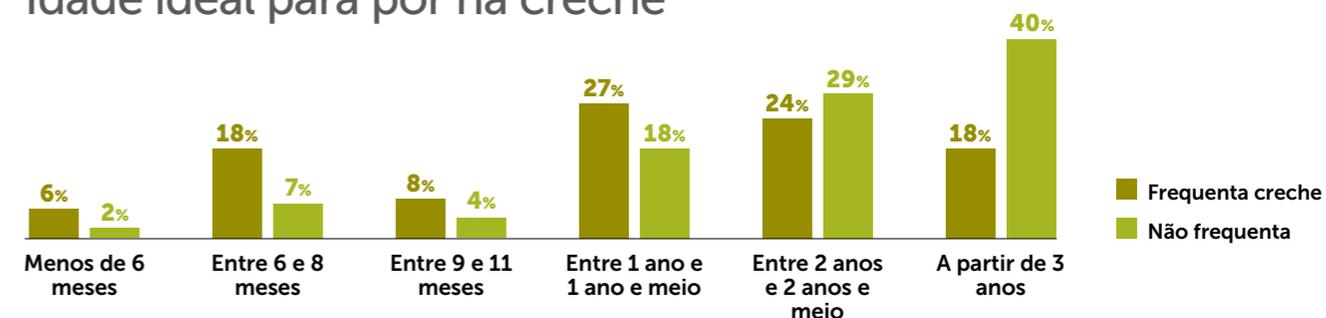


Base frequente creche: 3.177.128; Base Urbano: 1.618.458; Base Rural: 437.455; Base Acima 5 SM: 1.121.216
P. Que idade a criança tinha quando entrou na creche/escolinha/hotelzinho/berçário? (ESPONTÂNEO - RU)

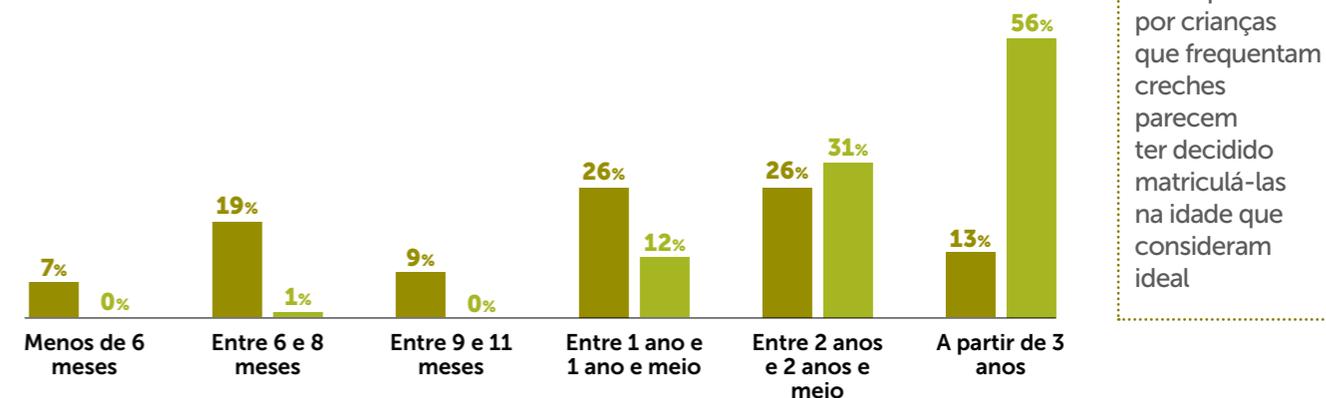
Quando o estudo compara a idade que os responsáveis consideram ideal para matricular sua criança na creche com a idade que as crianças foram de fato matriculadas, os gráficos tendem a se sobrepôr (figura 15). Para a maioria dos respondentes, o ideal é entrar na creche entre 1 e 2 anos e meio, o que coincide com a fase de maior ingresso.

As percepções mudam quando são confrontadas as opiniões dos responsáveis que colocaram suas crianças na creche com os que não colocaram. Para 40% dos respondentes cuja criança não está na educação infantil, a idade ideal para o ingresso é em torno de 3 anos. Essa porcentagem é muito menor entre os usuários do serviço: somente 18% deste grupo considera em torno dos 3 anos a idade ideal.

▲ FIGURA 15
Idade ideal para pôr na creche



Idade que colocou/pretende colocar na creche



Os responsáveis por crianças que frequentam creches parecem ter decidido matriculá-las na idade que consideram ideal

Base frequente creche: 3.177.128; Base não frequente creche: 6.416.513; Base pretende pôr na creche: 5.629.240
P. Qual idade você acredita ser ideal para colocar uma criança na creche/escolinha/hotelzinho/berçário? (ESPONTÂNEA - RU)
P. Que idade a criança tinha quando entrou na creche/escolinha/hotelzinho/berçário? (ESPONTÂNEO - RU)
P. Com qual idade você pretende colocar o (a) (NOME DA CRIANÇA-REFERÊNCIA) na creche/escolinha/hotelzinho/berçário? (ESPONTÂNEA - RU)

No grupo de especialistas convidados a debater os resultados da pesquisa, a pergunta sobre a idade ideal para ingressar na creche suscitou respostas em múltiplas direções.

“Tudo depende do contexto em que a criança está. Se vive em situação de vulnerabilidade na casa dela, a creche vai fazer uma diferença muito maior”, avalia a gestora pública Cleuza Rodrigues Repulho. “Por outro lado, se a criança está bem em casa, com uma família, em local de vulnerabilidade, mas com carinho e atenção, e se desenvolvendo bem, pode-se colocá-la na creche depois de 1 ano ou 1 ano e meio de idade”, complementa.

Conforme lembra Claudia Costin, oferecer creche para todas as crianças, cujos pais apresentam demanda por este serviço, é obrigação do Estado. Do ponto de vista do gestor que olha para a política pública, no entanto, a especialista também desaconselha a creche para crianças de 0 a 1 ano, salvo em casos de muita necessidade.

“A maioria das redes não consegue ter o número de adultos qualificados para o atendimento necessário de bebês na faixa etária de 0 a 1. Além disso, é preciso uma estrutura e uma logística muito mais complexas para atender a esse público”, ressalta.

Para Anna Maria Chiesa, o impacto da creche pode ser claramente percebido em crianças a partir dos 2 anos. “Nessa idade, as questões da linguagem, da troca, da convivência com os brinquedos, do trabalho com o imaginário e com outras crianças trazem benefícios claros. A criança que não vai à creche perde a oportunidade de vivenciar esse ambiente com os espaços estruturados e a convivência com outras crianças”, observa.

Para Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, a defesa deve ser a de boas creches para o máximo de crianças possível. “É difícil afirmar a partir de que idade a criança deve começar a frequentar a creche. Para a criança mais velha, a riqueza de experiências é inquestionável, mas tenho certeza de que para a criança de 0 a 1 uma boa creche também faz bem”, reflete a pedagoga.

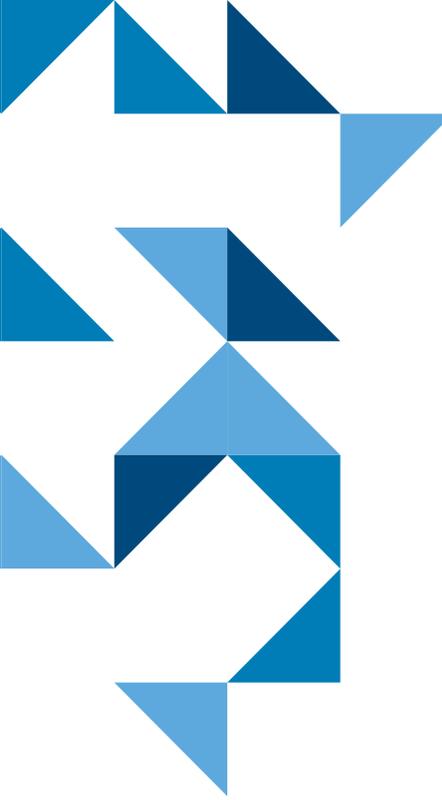
Vital Didonet considera que há diferentes respostas, dependendo a quem a pergunta sobre a idade ideal para a entrada na creche se orienta. Se a pergunta parte do ponto de vista da família ou da mãe trabalhadora, será uma resposta. Uma mãe com carteira assinada e licença-maternidade, por exemplo, pode ficar quatro ou seis meses com o bebê, diz ele. Depois disso, talvez precise levá-lo para a creche. Por outro lado, se a pergunta busca valorizar as condições de aprendizagem da criança, a partir dos 2 anos, sem dúvida, ela se beneficia indo para a creche, prossegue Didonet. E, a depender do contexto de cada um, essa idade pode ser antecipada.

“O Marco Legal da Primeira Infância coloca como primeiro princípio das políticas públicas o interesse superior da criança. Pode ser que o interesse superior da criança seja ficar em casa, por conta do vínculo afetivo, da interação com o irmãozinho, da família extensa, ou seja, por todas essas relações sociais que criam na criança uma sensação de pertencimento a uma rede de proteção familiar. Na falta desse ambiente adequado, o interesse superior da criança é construir isso – não substituir –, as suas relações com outros sujeitos a partir de quando for necessário”, afirma Didonet.



Recomendações para o gestor

- ▲ **Conhecimento e valorização da família** – Saber os fundamentos do desenvolvimento da criança de 0 a 3 anos é precioso na hora de definir políticas voltadas as suas diferentes necessidades. Conhecer a realidade das famílias para propor políticas mais efetivas também
- ▲ **Interdisciplinaridade/intersetorialidade** – A criança é um ser íntegro, não fragmentado, que precisa ser cuidado em sua totalidade. As áreas da assistência social, saúde e educação devem trabalhar juntas
- ▲ **Diferentes papéis, mesma intencionalidade** – É importante que família e creche compreendam os papéis distintos e complementares que ocupam na vida da criança pequena e que somem esforços em nome do seu melhor interesse. A articulação e troca de informações entre as partes é essencial e as políticas públicas devem favorecer essa aproximação, inclusive com programas de formação de professores
- ▲ **Medidas para o empoderamento** – As famílias precisam ser alvo de políticas públicas para se sentirem fortalecidas em sua capacidade de criar seus filhos. Com medidas simples, as creches podem colaborar diretamente para isso: incentivando mães a contarem histórias para seus filhos e pais a produzirem arte com as crianças, para citar alguns exemplos
- ▲ **Portas abertas** – A família pode participar de ações diversas dentro da creche, que pode abrir em horários alternativos para reunir os adultos responsáveis – pais, mães, avós etc. –, ouvi-los e convidá-los a participar de atividades internas
- ▲ **Realização de campanhas** – A ampla divulgação sobre a função da creche, o papel da família e a atenção que requer a criança pequena ajuda a promover a infância no município. Materiais que já existem, como a Caderneta de Saúde da Criança, podem ser o ponto de partida e inspirar a produção de filmes, cartazes, folhetos e outras peças de comunicação para sensibilizar diferentes classes sociais



ROTINA QUE PRENDE E QUE LIBERTA

a rotina, entendida como sequência de atos que acontecem num determinado jeito e compasso, adquire diferentes significados para as pessoas ao longo da sua existência. Para os adultos, ela ajuda a organizar o cotidiano, auxilia no cumprimento das obrigações e também na administração do tempo livre. Levar uma vida com mais ou com menos rotina é uma decisão centrada no arbítrio de cada um, sobretudo para o adulto sem dependentes e com autonomia para fazer escolhas.

Para a criança na primeiríssima infância, todavia, ter rotina não é questão de opção, mas condição para o desenvolvimento. Na medida em que possui necessidades fisiológicas e metabólicas que já determinam um ritmo de atividades, o bebê é governado pela rotina. E, como nasce na total dependência de um adulto, quem precisa cuidar do cumprimento desta rotina intensa dos primeiros anos de vida são os seus responsáveis.

De acordo com a enfermeira Anna Maria Chiesa, a permanência e a periodicidade do cuidado do adulto ajudam a dar à criança uma sensação de previsibilidade. “A rotina, que é estabelecida, conforme as necessidades da criança, vai lhe ajudando a se entender no mundo, a se perceber naquele ambiente”, explica.

Com o pressuposto de que as necessidades do adulto responsável também precisam ser consideradas para que ele possa apoiar a criança em seu curso de desenvolvimento, a pesquisa Primeiríssima Infância – Creche buscou reconstruir a rotina das famílias pesquisadas. O estudo tratou o assunto tanto na perspectiva do adulto quanto da criança.

O DIA A DIA DO ADULTO



Para desvendar a rotina do adulto responsável pela criança de 0 a 3 anos, a pesquisa percorreu dois caminhos.

Primeiro, o questionário fez perguntas diretas utilizando o termo “rotina”. “Você diria que o seu dia a dia tem: rotina quase igual de segunda a sexta ou incluindo sábado; duas ou mais rotinas diferentes conforme o dia da semana, podendo incluir fim de semana; não tem rotina fixa, cada dia é de um jeito”. O ponto de alerta aqui – e que será discutido logo adiante – é que 36% dos respondentes declaram não ter rotina fixa.

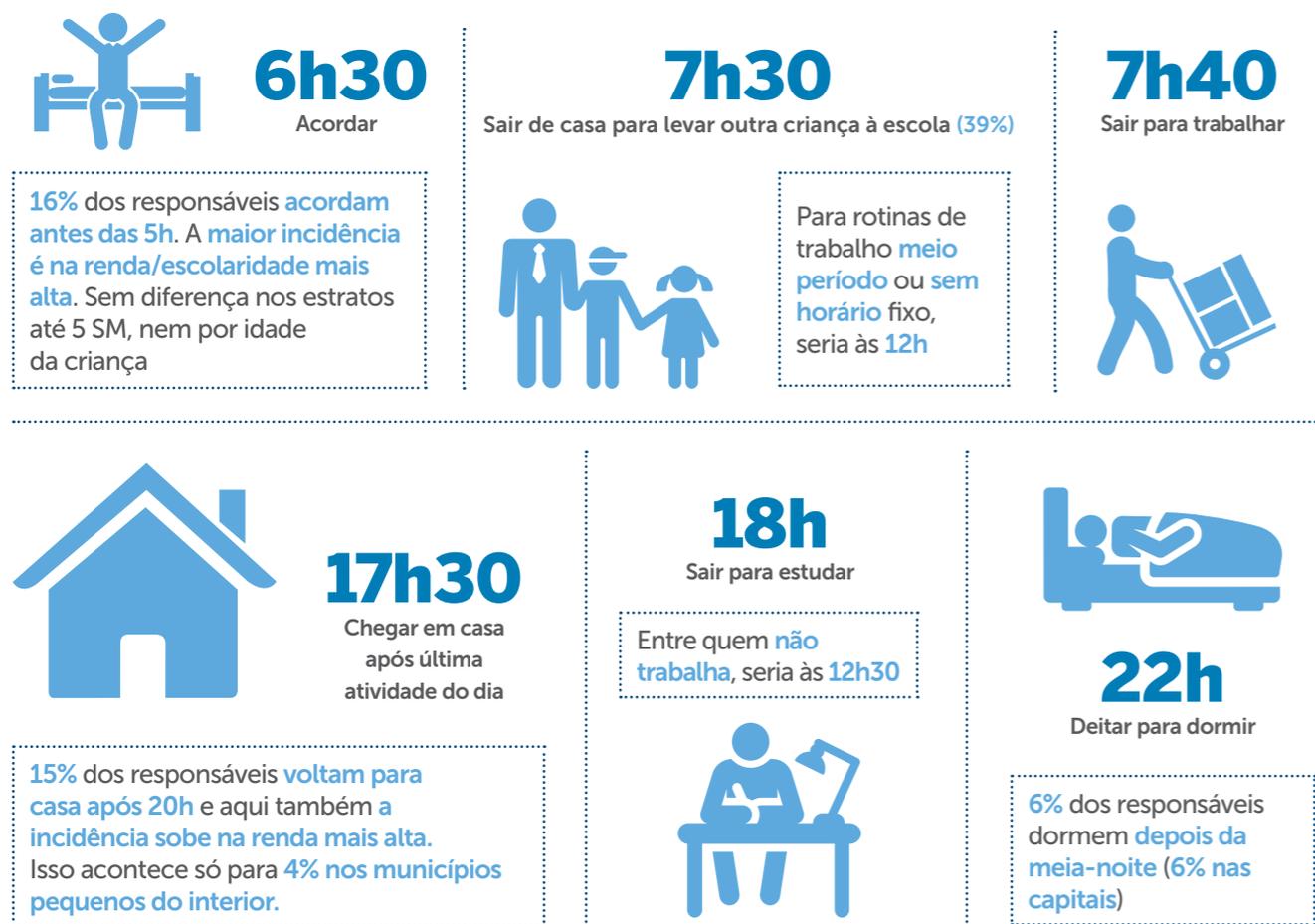
Ainda dentro desse primeiro esforço, as respostas de quem tinha algum tipo de rotina foram aprofundadas com perguntas sobre os dias da semana e o horário em que o adulto responsável costuma fazer coisas habituais como acordar, deitar para dormir, sair para trabalhar, estudar ou outra atividade (figura 16).

Em seguida, numa segunda frente, a pesquisa investigou quantas horas os adultos responsáveis dedicam a atividades cotidianas como trabalhar, estudar, fazer compras e relaxar,

além do tempo destinado a cuidar da criança (figura 17). Mesmo aqueles que alegam não ter rotina responderam à questão, o que permitiu traçar um mapa do dia a dia dos responsáveis para compreender melhor o que demandam as famílias que criam crianças pequenas no Brasil.

FIGURA 16 Horários básicos de quem tem rotina

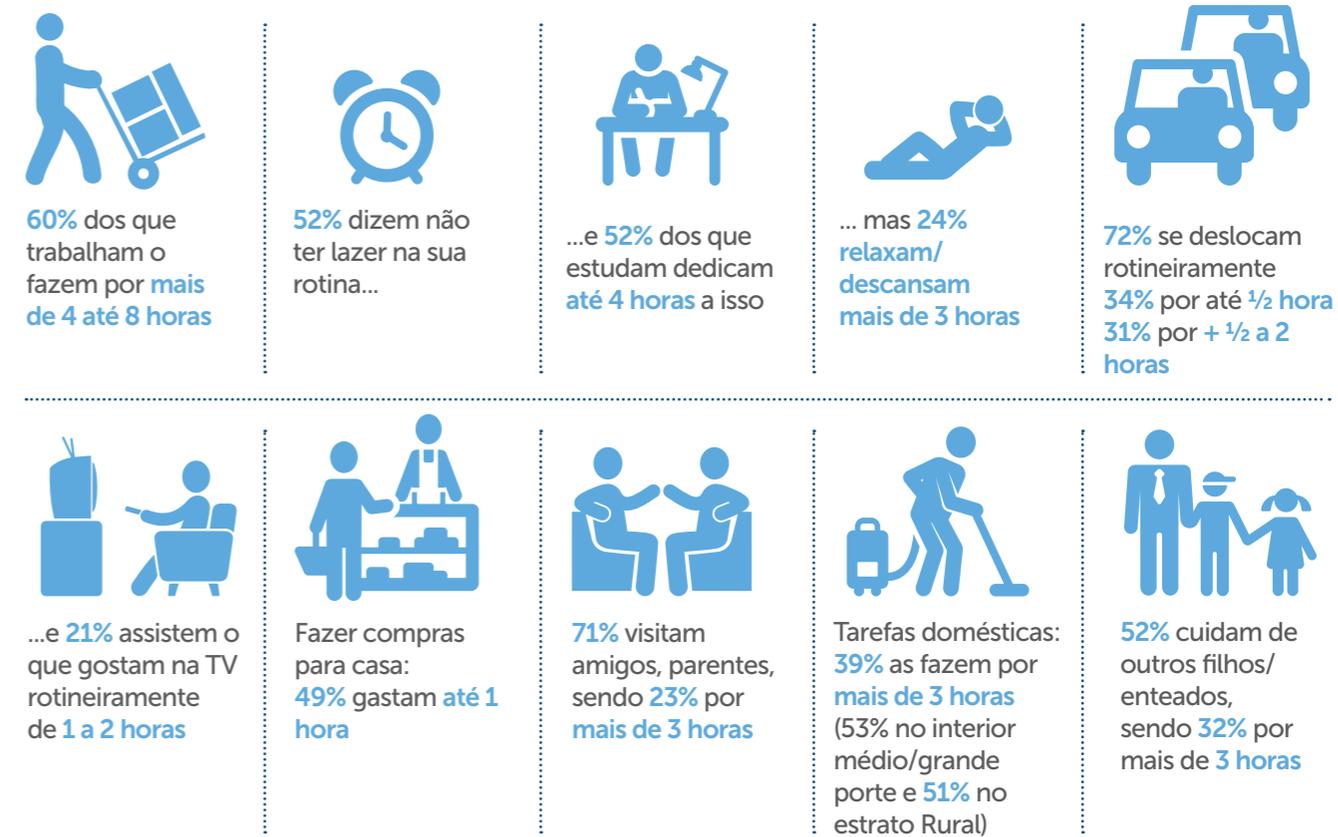
Considerando a mediana, os respondentes têm os seguintes horários básicos:



Base tem rotina: 6.185.988

P. Você falou que tinha uma rotina... Em que dias de semana ela costuma ocorrer? (RM) Para estes dias, por favor, indique a que horas faz cada uma das atividades que vou ler

FIGURA 17 Tempo dedicado às atividades



Base domicílios: 9.593.641

P. Quanto tempo você costuma se dedicar a cada atividade que vou ler? (ENTREVISTADOR: LER AS ATIVIDADES).

DE MAL COM A ROTINA

O fato de que mais de um terço dos adultos pesquisados não reconheça traços de uma rotina em seu cotidiano preocupa os especialistas convidados para debater os resultados da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche. O detalhamento desse dado por território e condição socioeconômica, mais ainda.

Entre os respondentes com renda familiar mensal de até 5 salários mínimos, a proporção de pessoas que declaram não ter rotina é de 45% no estrato Rural, 40% na Capital/Entorno e 34% no Interior Urbano. Em contrapartida, para aqueles no estrato Acima de 5 SM, a falta de rotina aparece em apenas 11% dos casos.

“A rotina ocupa um lugar importante nas discussões atuais sobre o melhor cuidado da criança e como construir as competências nos adultos para prover esse cuidado. Seja para um, seja para outro, está relacionada ao desenvolvimento das funções executivas do cérebro, que são aquelas ligadas a competências de planejamento, reformulação, organização”, explica Anna. Fica difícil um adulto ensinar essas competências para uma criança se elas forem um ponto fraco seu, analisa a especialista.

A pedagoga Zilma de Moraes Ramos de Oliveira pondera que a leitura que os respondentes fazem de rotina pode ter influenciado no resultado, uma vez que 31% se declaram donas de casa. “Mesmo que a pessoa tenha uma rotina doméstica, pode não considerar aquilo como tal. Talvez pense que rotina é algo para quem trabalha fora”, raciocina Zilma.

Ainda que os adultos responsáveis tenham optado por responder que não têm uma rotina fixa, dada a conotação negativa do termo – indicativo de monotonia, mesmice, chatice –, é notável a parcela dos que entendem que suas vidas não são reguladas por um padrão sistemático de atividades, mesmo entre as donas de casa.

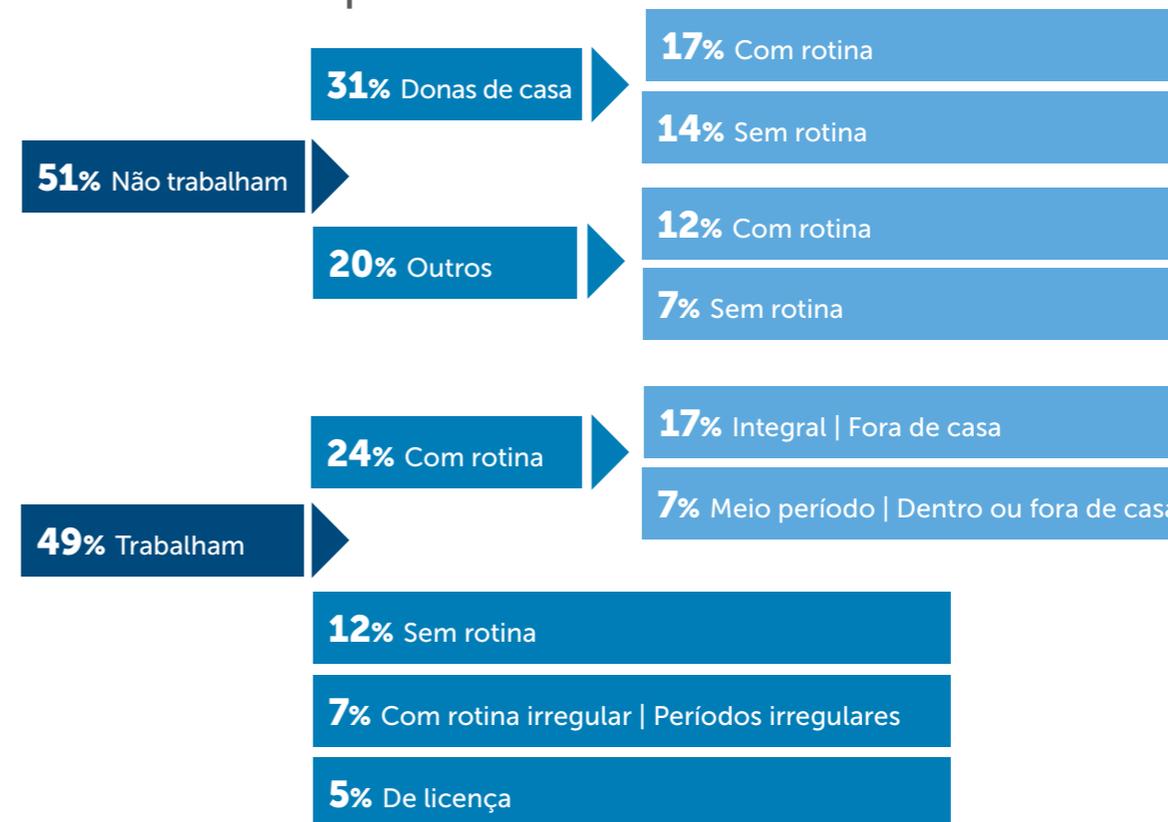
Outro diagrama da pesquisa (figura 19) apresenta o dia a dia do adulto responsável, conforme perfis de respondentes estabelecidos com base em suas rotinas. Nele, salta aos olhos a informação de que não mais que 17% dos responsáveis se encaixam no perfil senso comum da clientela de creches: a mãe com rotina, que trabalha em período integral, fora de casa. Os outros 83% têm cotidianos variados, o que sugere que possam ter interesses e necessidades de creche que não correspondam ao horário clássico das 8h às 18h de atendimento.

FIGURA 18

Tipos baseados na rotina do responsável	Total amostra	Até 5 SM Capital/Entorno	Até 5 SM Interior Urbano	Até 5 SM Rural	Acima de 5 SM
De licença do trabalho	5%	5%	5%	8%	3%
Tem rotina não associada à atividade econômica	37%	37%	46%	34%	18%
Tem rotina associada à atividade econômica	24%	18%	15%	14%	65%
Sem rotina	33%	40%	34%	45%	11%

FIGURA 19

Dia a dia do responsável



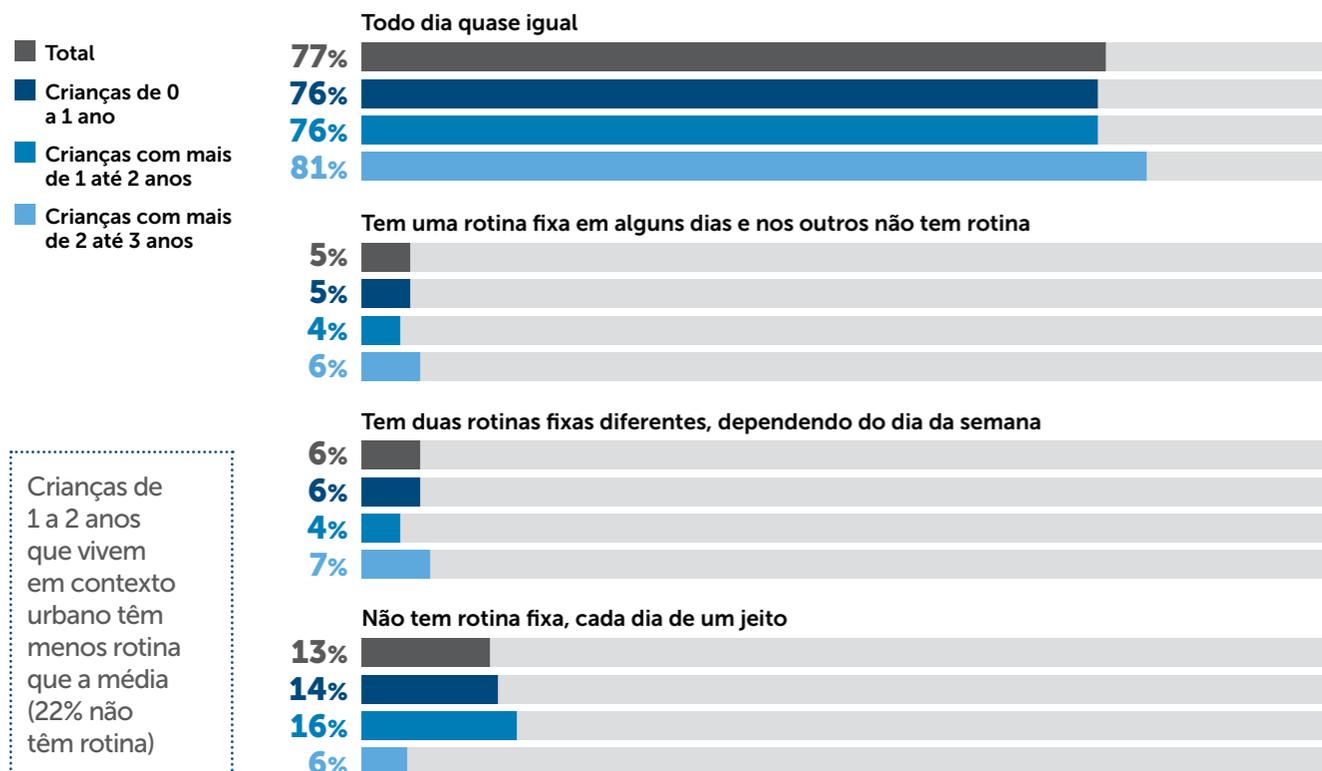
Adultos melhores, crianças melhores

A animação “Construir as competências dos adultos para melhorar o desempenho das crianças”, produzida pelo Centro para o Desenvolvimento da Criança (CDC) da Universidade de Harvard (Estados Unidos), trata da correlação entre o desenvolvimento das crianças e dos adultos e de como criar uma base sólida na primeira infância que potencialize as funções executivas do cérebro. Tais funções predizem habilidades essenciais, como focar a atenção, planejar, monitorar, resolver problemas e ser capaz de trocar a satisfação imediata por recompensa posterior. O ambiente e uma rotina estruturada têm muito a ver com o desenvolvimento das funções executivas. Para assistir ao vídeo, acesse <https://www.youtube.com/watch?v=bsFXSH8Z5H0>

O DIA A DIA DAS CRIANÇAS

Diferentemente do que se viu com os adultos responsáveis, apenas 13% das crianças de 0 a 3 anos não têm uma rotina regular. Mesmo no recorte por faixa etária, a pesquisa aferiu que a grande maioria vive todos os dias a mesma rotina (figura 20).

FIGURA 20
Rotina das crianças



Base 0-1 ano: 4.689.864; Base 1-2 anos: 2.833.192; Base 2-3 anos: 2.070.585

P: Você diria que o (a) (NOME DA CRIANÇA-REFERÊNCIA) tem uma rotina quase igual todos os dias da semana, de 2ª a 6ª, ou alguns dias são diferentes? (RU)

P: E você diria que a criança: (LER ALTERNATIVAS - RU)

De modo geral, essa realidade também é uniforme entre as regiões geográficas brasileiras. Já para os quatro estratos particularizados na pesquisa, percebe-se que a tendência se mantém naqueles com renda familiar mensal de até 5 salários mínimos – Interior Urbano, Capital/Entorno e Rural – e se exacerba nas famílias com renda familiar acima de 5 salários mínimos, em que apenas 2% das crianças vivem sem uma rotina fixa.

Ainda que não seja a condição predominante, Anna chama a atenção para os percentuais de crianças que vivem cada dia de um jeito. A falta de rotina é um dado preocupante, ressalta, “é a constatação de carência do ambiente que ajuda a criança a se organizar.”

O educador Vital Didonet concorda e salienta que a rotina não deve ser vista como algo rígido, e sim como uma sequência de ações que têm flexibilidade e uma certa regularidade – uma sequência capaz de situar a criança no desenrolar do tempo.

“Para uma criança pequena, o que é o tempo? O que é o mundo? Está tudo solto. Nesse monte de coisas soltas, a rotina vai te dando pistas. O bebê vai vendo que ele tem algo em que se prender ou alguma coisa que dá referência de pensamento”, explica.

Entre outros prejuízos, a inexistência de uma rotina fixa no dia a dia da criança pequena pode levar à falta de iniciativa por parte da criança. “A estabilidade é importante porque a criança adquire potência no contexto”, retoma Zilma.

Ela frisa que a questão da estabilidade e da familiaridade com os ambientes é essencial para os pequenos. “Quando a criança é familiar com o ambiente, ela não aciona suas defesas, fica confortável ali. Num ambiente novo, nessa idade, ela reduz sua iniciativa”, aponta.

A CRECHE É IMPORTANTE PARA INDUZIR ROTINA?

Segundo a pesquisa, dentro da parcela de 33% das crianças que frequentam uma creche, escolinha, hotelzinho ou berçário, 51% ficam o dia todo nesse espaço (figura 21). Isso significa que, considerando o total da amostra de domicílios com crianças de 0 a 3 anos, o índice de frequência em tempo integral corresponde a 17% (figura 22).

FIGURA 21

Permanência na creche	Total quem frequenta	Até 5 SM Capital/Entorno	Até 5 SM Interior Urbano	Até 5 SM Rural	Acima de 5 SM
Frequenta o dia todo	51%	50%	50%	52%	52%
Frequenta apenas algumas horas	49%	50%	50%	48%	48%

FIGURA 22

Permanência na creche	Total amostra	Até 5 SM Capital/Entorno	Até 5 SM Interior Urbano	Até 5 SM Rural	Acima de 5 SM
Frequenta o dia todo	17%	13%	13%	15%	31%
Frequenta apenas algumas horas	16%	14%	13%	14%	28%

Base domicílio: 9.593.641; Base Urbano: 6.152.736; Base Rural: 1.552.258; Base Acima 5 SM: 1.888.647; P: A criança fica o dia todo ou apenas algumas horas na creche/escolinha/hotelzinho/berçário? (RU)

Mas é possível associar essa frequência à criação de rotina para as crianças? “À boa creche, sim”, afirma Zilma, traduzindo o espaço como aquele que funciona com profissionais qualificados com proposta pedagógica e infraestrutura adequadas para oferecer os estímulos e cuidados que a criança pequena precisa.

A gestora pública Cleuza Rodrigues Repulho endossa a posição de Zilma: “Tanto é possível associar que o primeiro grande desafio da creche é todas as crianças passarem pelo período de adaptação e entrarem na rotina”, atesta. No momento seguinte, são as crianças que passam a demandar em casa tudo o que têm na creche: o suco em determinado horário, a fruta, o banho de sol...

Para os adultos responsáveis que participaram do estudo, todavia, tal correlação não é imediata. Quando perguntados sobre as vantagens de uma criança de 0 a 3 anos frequentar uma creche (figura 28, analisada em profundidade mais adiante), o item “A criança ter uma rotina” aparece em oitavo lugar. No topo da lista, figuram itens que valorizam o convívio com outras crianças, ter acompanhamento de profissionais especializados, o acesso a atividades variadas e o desenvolvimento do raciocínio.

Anna considera preocupante a baixa apreciação dos respondentes pela rotina e um indicador de falta de compreensão da sua importância e do que a creche pode fazer por ela. “Precisamos avançar no maior entendimento do que é uma creche e quais benefícios ela pode trazer. A creche não é só o lugar do raciocínio e da coordenação, mas também o espaço onde a criança tem um ambiente favorável a ela, com brincadeiras organizadas, sequências de atividades. Na minha expectativa, o item da rotina deveria ter sido melhor pontuado”, frisa.

Na interpretação de Didonet, o resultado se deve também ao receio dos pais de que

um ambiente carregado de rotina possa afetar o cuidado com a singularidade e os ritmos próprios de cada criança – ainda que as famílias vivam em comunidade e que a função social da creche contemple estimular a convivência, a negociação dos tempos, para que todos tenham uma experiência positiva em sociedade.

“Essa é uma tensão posta na creche: temos um grupo grande, que não pode lanchar ou ir para o parque na hora que quiser. É claro que há exceções, mas a organização dessa rotina, sobretudo quando o professor está sozinho, faz com que todos sejam levados ao banheiro na mesma hora, por exemplo. E os pais percebem essa falta de individualização”, avalia o educador.

Com base na experiência que teve à frente da Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo (SP), Cleuza conta que a questão da soneca demorou a ser equacionada dentro da rede, especialmente nas creches que tinham maior número de crianças, porque nem todas queriam dormir.

A solução encontrada foi criar o que chamaram de salinhas de sono. As crianças que queriam descansar iam para lá, enquanto as que não tinham sono podiam ficar brincando. Os professores se dividiam para atender os dois grupos. “Por que a obrigatoriedade de estar todo o grupo junto? Não precisa, há alternativas. Acho que o mais rico da creche é conseguir ter essa flexibilidade para atender a todos”, diz a gestora.

ROTINAS DE QUEM VAI E QUEM NÃO VAI À CRECHE

Para compor o quadro da rotina das crianças brasileiras de 0 a 3 anos, a pesquisa levantou as atividades mais comuns que os pequenos realizam durante a semana (figura 23). Os dados não especificam onde as atividades acontecem, mas permitem uma comparação do que fazem no dia a dia, entre aqueles que frequentam uma creche, os que vão para a casa de alguém e os que ficam em casa, segundo a percepção dos responsáveis.

Brincar ao ar livre e ter contato com a natureza é a atividade mais comum no dia a dia de todos os grupos de crianças com até 3 anos. O percentual é maior entre as crianças que vão à creche: 95% delas realizam essa atividade, frente a 91% do grupo que vai para a casa de alguém e 81% das que ficam em casa. “Brinca, desenha, pinta etc. com outra criança ou adulto” foi o segundo conjunto de atividades mais mencionado pelos responsáveis das crianças que frequentam creche, presente em 91% dos casos. Esse percentual cai sensivelmente nos outros dois grupos.

Atividades que envolvem a interação com telas de televisão, tablet, celular, computador,

mostram-se também bastante presentes na rotina das crianças de 0 a 3 anos. De acordo com a pesquisa, a maior parte delas assiste a televisão/vídeo ou jogo na internet com outra criança ou adulto – a prática está presente em 80% das crianças que frequentam creche. O percentual cai quando não há a companhia de outra criança ou adulto (“Assiste a TV/vídeo ou jogo na internet sozinha”).

Neste quesito, a gestora pública Claudia Costin compartilha situações para se pensar a respeito, como a de secretarias de Educação que equipam as salas das creches com televisão, como se aquele investimento se revertesse em benefício para as crianças. “Em algumas creches, vira uma cena comum a televisão ligada mostrando desenhos animados a crianças, enquanto as professoras batem papo entre elas”, ressalta.

Outro exemplo sobre a interferência das telas nas escolas acontece na hora do parquinho, prossegue. “Veem-se as crianças brincando e as educadoras junto delas distraídas, checando suas redes sociais no celular, em vez de acompanhar a intencionalidade do brincar”, diz.

Vale lembrar que é o relacionamento pessoal entre pais/adultos e crianças que traz benefícios para o desenvolvimento. Estudos indicam que a tecnologia não substitui a interação com um adulto em praticamente nenhum quesito, especialmente no de dar atenção, estímulo e afeto.

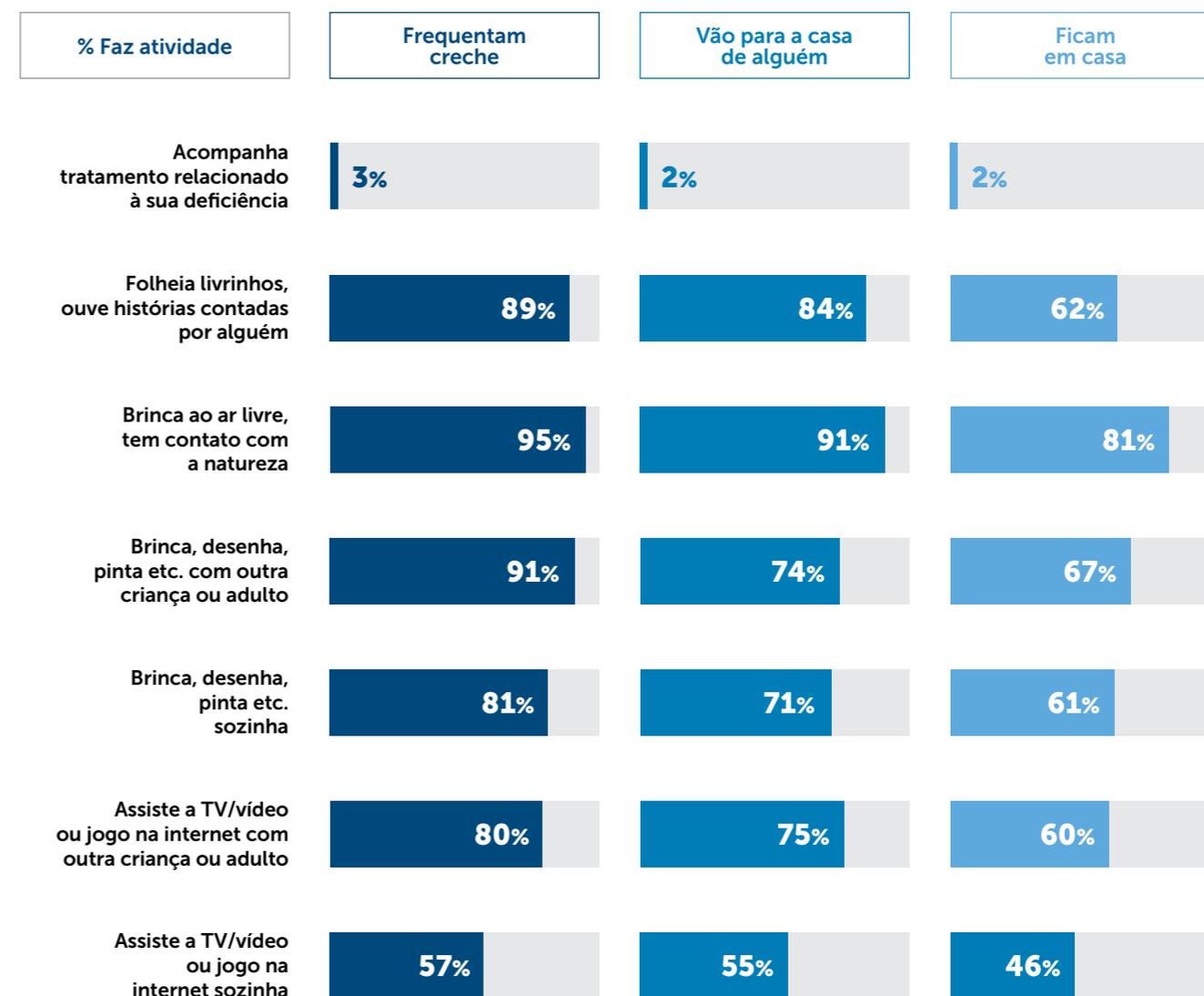
Dar atenção ajuda a criança a construir um forte sistema de valores e autoestima, o que a torna mais confiante para enfrentar desafios. Além disso, o excesso de exposição à mídia compromete o tempo do livre brincar, tão necessário para desenvolver a socialização, a criatividade e a habilidade de resolver problemas.

Nesse sentido, a Academia Americana de Pediatria (AAP) recomenda que bebês com menos de 18 meses evitem ao máximo o uso de telas, a não ser videochamadas. Os adultos que desejarem introduzir entretenimento em vídeo para crianças de 18 meses a 2 anos devem priorizar programas de qualidade e assisti-los com elas para ajudá-las a compreender o que estão vendo. O mesmo se aplica a crianças de 2 a 3 anos, cuja exposição às telas não deve superar uma hora por dia.

Funções executivas e desenvolvimento

As funções executivas constituem um conjunto de habilidades fundamentais para o controle de ações, pensamentos e emoções. Elas possibilitam aos indivíduos gerenciar diferentes aspectos da vida com autonomia, isto é, tomar decisões com independência e responsabilidade. Aprenda mais sobre o assunto no estudo “Funções executivas e desenvolvimento na primeira infância: habilidades necessárias para a autonomia”, preparado pelo Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI). Acesse o documento no link <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital>

FIGURA 23
Rotina da criança por local onde passa o dia



Base creche acima de 3 meses: 3.105.423; Base casa de alguém acima de 3 meses: 1.127.206; Base fica em casa acima de 3 meses: 4.453.049

P: Vamos continuar falando do que é mais comum no dia a dia da criança, durante a semana. Vou ler algumas outras atividades e, por favor, peço que me indique se o (a) (NOME DA CRIANÇA-REFERÊNCIA) faz cada uma das atividades listadas.

P: Quanto tempo costuma durar essa atividade? (ESPONTÂNEO – RU)

P: (MOSTRAR CARTÃO) Alguém é responsável e/ou alguém participa e/ou costuma realizar essa atividade com a criança?



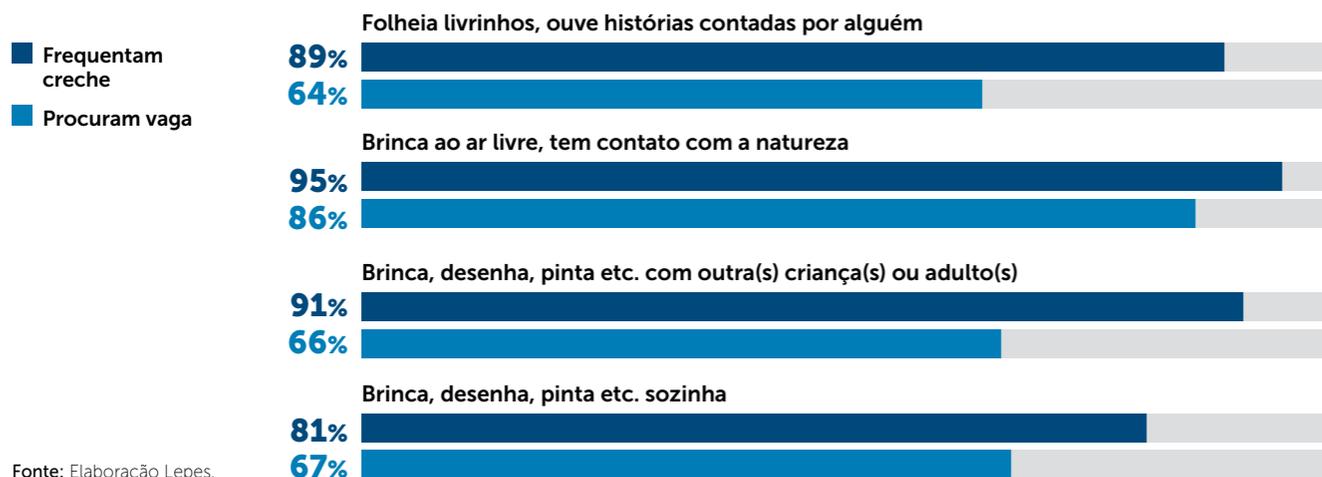
Oportunidade que vale ouro

A base de dados da pesquisa permite comparar, a partir da visão dos respondentes, a rotina das crianças da amostra, conforme a ocorrência de determinadas atividades. Para o estudo, as crianças foram divididas em dois grupos: as que frequentam creches e as que não frequentam, embora seus responsáveis assim o desejassem. Os pesquisadores do Laboratório de Estudo e Pesquisa em Economia Social (Lepes) evidenciaram em suas análises um claro desequilíbrio entre os dois grupos.

Ainda que o questionário da pesquisa não especificasse se as atividades aconteciam na creche ou não, constatou-se a predominância de uma rotina significativamente mais rica, do ponto de vista de oportunidades de desenvolvimento para quem já ingressou na educação infantil (figura 24). A incidência de itens como "Folheia livrinhos, ouve histórias contadas por alguém" e "Brinca, desenha, pinta etc. com a presença de adultos" mostra uma diferença que chega a 25 pontos percentuais entre os dois grupos estudados.

FIGURA 24

Atividades realizadas pelas crianças que frequentam creche e que não frequentam por falta de oportunidade



Fonte: Elaboração Lepes.

PONTOS DE SATISFAÇÃO E DE INSATISFAÇÃO

A investigação sobre rotina na pesquisa Primeiríssima Infância – Creche avaliou, por fim, os níveis de satisfação dos respondentes quanto a aspectos ligados ao bem-estar da criança. Os entrevistados tiveram a oportunidade de indicar pontos de satisfação e de insatisfação em uma relação bem diversificada, reunindo fatores como alimentação, cuidado, convivência, regime de sono e lazer.

Numa visão panorâmica, os responsáveis por crianças com idade entre 2 e 3 anos mostram-se mais satisfeitos do que os demais. Quando se olha para a rotina dos respondentes, adultos que trabalham meio período são os mais satisfeitos com diversos itens, enquanto os responsáveis que não trabalham, sobretudo aqueles que não têm rotina, estão menos satisfeitos.

Quando a comparação é feita utilizando o critério do local onde a criança passa o dia, o percentual dos responsáveis por crianças que frequentam creche, que se dizem satisfeitos, é maior em quase todos os itens da rotina (figura 25). É ponto de satisfação para 54% deles, por exemplo, a alimentação da criança durante o dia, tendência que se repete também para as crianças que ficam em casa ou na casa de alguém. Os responsáveis por crianças que frequentam creches pagas, por sua vez, demonstram mais satisfação do que os usuários de creche gratuita.

Chama a atenção a percepção dos responsáveis em relação ao tempo que a criança passa com a família. A ida à creche não parece ser interpretada como forma de privação do tempo que a criança permanece com a família: 47% daqueles cujas crianças frequentam a creche estão satisfeitos com o tempo que ela passa com a família, assim como os 45% dos respondentes que levam suas crianças para a casa de alguém e os 39% cujas crianças ficam em casa.

O horário que a criança vai dormir, o horário que acorda e o aspecto da convivência com outras crianças lideram o ranking de insatisfação dos responsáveis, tanto na leitura por faixa etária quanto por local onde ela passa o dia (figura 26).

A questão do horário que acorda e a da convivência com outras crianças empatam como o segundo aspecto mais citado na escala de insatisfações. A convivência com outras crianças despontou como questão crítica, sobretudo para os responsáveis por crianças na faixa de até 1 ano de idade e no grupo das que ficam em casa.

FIGURA 25

Satisfação do responsável com o dia a dia da criança

Pontos de satisfação com o dia a dia da criança	Total	Frequenta creche	Creche gratuita	Creche paga	Vai para a casa de alguém	Fica em casa
Alimentação dela durante o dia	50%	54%	48%	62%	47%	49%
Tempo que a criança passa com a família	42%	47%	46%	49%	45%	39%
Tempo que a criança passa com você	38%	37%	34%	41%	38%	39%
Horário que a criança vai dormir	37%	43%	29%	64%	41%	32%
Convivência dela com outras crianças	31%	41%	31%	55%	37%	25%
Horário que a criança acorda	29%	35%	24%	50%	34%	26%
Atividades/passatempo que a criança faz quando está em casa	28%	37%	30%	47%	31%	23%
Local onde a criança fica durante o dia	21%	32%	22%	47%	28%	15%
Pessoa que fica responsável pela criança durante o dia	16%	22%	11%	37%	27%	11%
Atividades/passatempo que faz na creche/casa de alguém	11%	28%	19%	41%	17%	0%
Tempo de deslocamento para creche/casa de alguém	8%	23%	18%	30%	14%	0%
Índice de multiplicidade	3,1	4,0	3,1	5,2	3,6	2,6

Fonte: Base domicílio: 9.593.641; Base frequenta creche: 3.177.128; Base creche gratuita: 1.875.457; Base creche paga: 1.301.671; Base frequenta casa de alguém: 1.197.147; Base fica em casa: 5.423.538

P: (MOSTRAR CARTÃO) Pensando no dia a dia mais comum do (a) (NOME DA CRIANÇA-REFERÊNCIA) que você descreveu agora, quais os pontos que te deixam mais satisfeito (a) levando em conta o bem-estar da criança?

FIGURA 26

Insatisfação do responsável com o dia a dia da criança

Pontos de insatisfação com o dia a dia da criança	Total	Criança de 0 a 1 ano	Criança acima de 1 até 2 anos	Criança acima de 2 até 3 anos
Horário que a criança vai dormir	21%	23%	18%	20%
Horário que a criança acorda	16%	17%	17%	15%
Convivência dela com outras crianças	16%	17%	16%	13%
Tempo que a criança passa com você	12%	10%	16%	9%
Alimentação dela durante o dia	11%	10%	12%	14%
Atividades/passatempo que a criança faz quando está em casa	10%	12%	8%	7%
Local onde a criança fica durante o dia	8%	8%	8%	11%
Tempo que a criança passa com a família	8%	6%	14%	6%
Pessoa que fica responsável pela criança durante o dia	5%	4%	7%	6%
Tempo de deslocamento para creche/casa de alguém	5%	2%	7%	10%
Atividades/passatempo que faz na creche/casa de alguém	2%	2%	3%	3%
Nenhum	23%	24%	21%	23%
Índice de multiplicidade	1,4	1,3	1,5	1,4

Base domicílio: 9.593.641; Base 0-1 ano: 4.689.864; Base 1-2 anos: 2.833.192; Base 2-3 anos: 2.070.585

P: (MOSTRAR CARTÃO) E ainda com essa rotina em mente, quais pontos te deixam insatisfeita (o) e pensando em como melhorar?



Brincadeira e interação

Garantido pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Nº 8.069, de 1990) e pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei Nº 13.257, de 2016), o brincar deve ser amplamente valorizado na educação infantil. Por meio do brincar, a criança descobre, inventa, toma iniciativas, convive, faz tentativas e se frustra, tenta de novo...

Conforme resume a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que parte dos princípios instaurados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), as brincadeiras possibilitam aprendizagens, desenvolvimento e socialização. “A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças”, ressalta o documento.

A brincadeira e as interações são tão importantes para essa etapa da educação básica que as DCNEI as estabelecem como os dois eixos estruturantes de todas as práticas pedagógicas da educação infantil.

A criança é definida na BNCC e nas DCNEI como sujeito histórico e de direitos que, entre outras atitudes, observa, constrói conhecimentos, questiona e se apropria do conhecimento sistematizado a partir da ação e nas interações com o mundo. Nesse contexto, a brincadeira na educação infantil deve ter intenção educacional, buscando a construção desses novos conhecimentos. É tarefa do educador “selecionar, organizar, refletir, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações”, diz a BNCC.

“Brincar é a atividade prioritária para a criança de 0 a 3 anos aprender”, reforça a gestora pública Claudia Costin. “Mas é preciso brincar com intencionalidade pedagógica. O professor precisa organizar a sala para que o brincar seja interessante e, quando vai ao pátio, ter elementos que o façam pensar a atividade seguinte em função do que está observando no brincar entre as crianças”, acrescenta.

“A intencionalidade pedagógica, bem exemplificada pela Claudia, não significa tornar o brincar uma atividade dirigida didaticamente. O brincar da criança tem que ser livre e espontâneo, criativo e descortinador de horizontes de conhecimento por ação da criança ou das crianças que brincam juntas”, complementa o educador Vital Didonet.



Recomendações para o gestor

- ▲ **Interação e conhecimento mútuo** – É importante desenvolver programas que aproximem as famílias da creche e permitam que haja maior compreensão, por parte dos profissionais da educação, sobre a rotina delas. Da mesma forma, é fundamental que os responsáveis pelas crianças entendam a rotina e o funcionamento das creches. A maior interação e o conhecimento mútuo entre as partes são benéficos para a criança
- ▲ **Falar e escutar, comunicar mais e melhor** – Ninguém sabe mais de uma criança do que as pessoas que cuidam dela cotidianamente. Pais, mães e outros cuidadores são fontes de informação valiosas e precisam também receber informações em bases permanentes sobre a vida na creche. O diálogo constante permite conhecer os interesses da criança e compreender em que momentos eles se inserem na rotina da creche para atendê-la melhor
- ▲ **Em casa e na creche** – As rotinas precisam estar centradas nas necessidades das diversas faixas etárias da primeiríssima infância, considerando a curva de maturidade e os estímulos adequados a cada uma. O ideal é que haja continuidade das práticas nos diferentes ambientes
- ▲ **Em busca de equilíbrio** – O estabelecimento de rotinas na creche, para as crianças e para suas famílias, é fundamental ao desenvolvimento das crianças, mas isso não quer dizer que as práticas não devam ser revistas. Rotina não significa rigidez e sempre é preciso considerar em primeiro lugar o bem-estar dos pequenos
- ▲ **O individual e o coletivo** – É responsabilidade dos gestores públicos pensar em soluções que beneficiem o maior número possível de pessoas, assim como é papel da creche considerar as necessidades do grupo de crianças e as particularidades de cada uma em seu contexto de família. Há bebês e crianças em fase de amamentação? A forma como a rotina está posta não atende bem as crianças? Envolve equipes e famílias e busque a solução. Ao final, todos ficarão mais satisfeitos

UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE

parte da maestria de oferecer um serviço de creche de qualidade é estar preparado para isso: ter proposta pedagógica alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) e às necessidades das crianças, contar com profissionais capacitados e comprometidos e ter infraestrutura física e de materiais adequada. Outra parte é a clientela perceber e reagir positiva ou negativamente aos atributos que estão embutidos no serviço ofertado – o que acaba por retroalimentar a qualidade do próprio serviço.

A pesquisa *Primeiríssima Infância – Creche* não fez indagações diretas aos adultos responsáveis sobre a qualidade da creche, termo que foi adotado no estudo para designar um amplo universo de instituições de educação infantil, gratuitas ou pagas, para crianças de 0 a 3 anos. Mas a pesquisa reuniu elementos, em diferentes momentos, que permitem que se faça uma leitura transversal do assunto a partir da percepção dos participantes: como é que a oferta da creche é vista por esses responsáveis? O que mais agrada em sua proposta? O que desagrada? Que significado ela assume na prática e que expectativas se lançam sobre ela?

Num país onde a expansão do atendimento educacional a crianças de 0 a 3 anos é compromisso assumido no Plano Nacional de Educação (PNE), é importante que seja considerada a visão dos responsáveis sobre o que parece bom nas políticas públicas de creche e o que precisa melhorar. Isso envolve não somente a preocupação com as crianças, mas também com as famílias.

Este capítulo trata das vantagens e desvantagens de uma criança na primeiríssima infância frequentar a creche segundo a perspectiva dos responsáveis, bem como traz uma análise sobre suas preferências. As questões foram respondidas tanto pelas famílias que conhecem o funcionamento das creches, por terem crianças que as frequentam, quanto por aquelas cujas crianças não são frequentadoras desses espaços, e que também têm seus pontos de vista a respeito.

Plano Nacional de Educação (PNE)

Lei Nº 13.005 de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) determina as diretrizes e um conjunto de 20 metas para a política educacional do Brasil até 2024. Algumas metas são consideradas estruturantes para garantir o direito à educação básica de qualidade, entre elas a meta 1, que estabelece que a oferta da educação infantil em creches seja ampliada para atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos, até o final da vigência do plano. Para saber mais sobre o PNE, acesse <http://pne.mec.gov.br>

PANORAMA SOBRE VANTAGENS E DESVANTAGENS



A pesquisa Primeiríssima Infância – Creche mostrou aos respondentes uma relação de itens contendo possíveis vantagens de uma criança de 0 a 3 anos frequentar uma creche e outra com possíveis desvantagens. Os respondentes foram convidados a indicar livremente a quantidade de itens que quisessem.

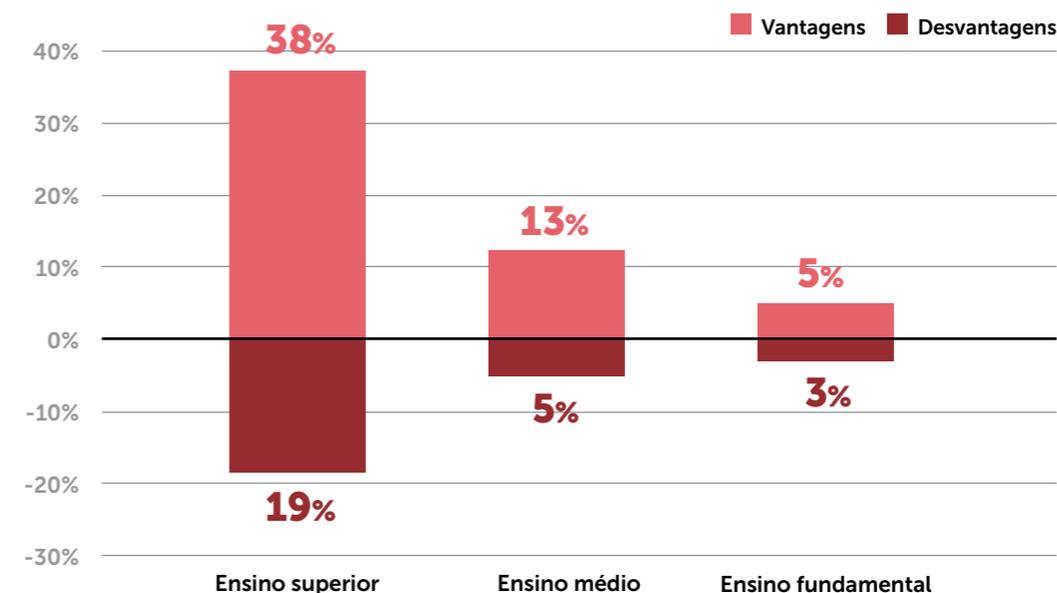
Ainda que o leque das vantagens sugeridas tenha sido maior que o de desvantagens (14 versus 8), dados processados pelo Laboratório de Estudo e Pesquisa em Economia Social (Lepes), a partir da base de informações da pesquisa, revelam que a incidência de vantagens destacadas pelos respondentes é superior à de desvantagens, resultando num “saldo” positivo para a creche.

Outra constatação trazida pela análise foi que quanto maior a escolaridade do respondente, maior a sua percepção sobre vantagens e também sobre desvantagens da creche.

Para os analistas do Lepes, o dado sugere que parte do fenômeno seja por que famílias menos escolarizadas possivelmente têm menos acesso a informações e refletiram menos do que as mais escolarizadas no que concerne a vantagens e desvantagens de a criança frequentar a creche.

O gráfico da figura 27 foi elaborado com base em um indicador construído pelo Lepes para representar a porcentagem de adultos responsáveis que reportam um número significativo de vantagens e desvantagens, conforme a escolaridade. Foi considerado como número significativo a citação de 3 ou 4 vantagens para um total de 4, sendo que o mesmo critério foi aplicado para as desvantagens. Uma visão detalhada sobre a influência da escolaridade na percepção de vantagens e desvantagens pode ser conferida mais adiante, em boxe na página 79.

▲ FIGURA 27 Responsáveis que apontam número significativo de vantagens e desvantagens da creche



Famílias mais escolarizadas, ao mesmo tempo em que apontam mais vantagens, enxergam também mais desvantagens de a criança frequentar a creche

AS VANTAGENS



As respostas da pesquisa sobre as vantagens de a criança frequentar a creche deram origem a um gráfico que pode ser lido como um *ranking* dos aspectos mais apreciados pelas famílias (figura 28). A pedagoga Zilma de Moraes Ramos de Oliveira comenta que os itens listados traduzem os benefícios que toda creche deveria oferecer às crianças.

“Os três primeiros aspectos apontados pelas famílias dão uma definição do que os responsáveis entendem como aquilo que a creche oferece e, do quarto em diante, há um olhar para o efeito daquele ambiente sobre o desenvolvimento da criança”, esquadrinha a pedagoga.

FIGURA 28

Vantagens de a criança frequentar creche



Responsáveis de municípios pequenos do Interior tendem a perceber menos vantagens. No estrato Acima de 5 SM, a percepção das vantagens é maior

Índice de multiplicidade: 4,2

Base domicílio: 9.593.641
 P: (MOSTRAR CARTÃO) Entre os itens que vou lhe mostrar, quais são os que você considera as vantagens de uma criança de 0-3 anos frequentar uma creche/berçário? (ESTIMULADO – RM)

A partir de sua trajetória como gestora pública, Cleuza Rodrigues Repulho endossa o raciocínio de Zilma e lamenta que a falta de recursos na educação influencie os municípios a fazer escolhas que acabam privando as crianças do que lhes é essencial. “Além de ser um direito da criança, é um dever do poder público oferecer um espaço onde as crianças possam aproveitar todas as vantagens da lista.”

Os itens mais lembrados pelos respondentes dizem respeito à sociabilização da criança e ao atendimento de profissionais especializados. Para o educador Vital Didonet, as escolhas refletem o léxico da educação infantil contemporânea e podem ser associadas com as mudanças da pedagogia ao longo do tempo. “Houve uma época em que tudo o que se fazia dizia respeito ao desenvolvimento psicomotor. Em outro momento, era o currículo por afeto. Penso que hoje estamos numa fase do predomínio do cognitivo juntamente com o social”, ressalta.

A enfermeira Anna Maria Chiesa chama a atenção para o primeiro item da lista: “É estranho que na faixa etária de 0 a 3 anos a vantagem mais percebida seja a da convivência com outras crianças. Como regra, sabe-se que essa não é uma necessidade da criança até os 2 anos”, salienta. Em sua interpretação, os resultados são mais um indicativo de falta de clareza dos responsáveis em relação à potência da creche.

O segundo aspecto mais citado – “A criança tem acompanhamento de profissionais especializados” – também emite um sinal de alerta para os debatedores. Por um lado, é bastante positivo porque denota a valorização do profissional qualificado para o atendimento da criança, mas pode ser preocupante se revelar o entendimento de que só o profissional da creche detém o conhecimento adequado.

“Pensando no maior interesse das crianças, o trabalho da creche precisa acontecer em parceria com as famílias, que devem se sentir empoderadas para isso”, nota a gestora pública Claudia Costin. “Comportamentos de professores que afastam e deslegitimam os pais, às vezes usando até linguagem técnica inacessível a eles nos momentos de contato, precisam ser evitados.”

Na mesma linha de pensamento, Didonet adiciona que as percepções poderiam ser diferentes, acentuando vantagens mais ligadas a conquistas das crianças, se houvesse uma articulação maior entre os responsáveis, a creche e sua proposta pedagógica.

“Se conseguirmos maior aproximação com a família, todos vão perceber o quão bom esse diálogo pode ser. Mediante a interação com a família, amplia-se a compreensão de desenvolvimento infantil e de aprendizagem, potencializando o trabalho da creche. A creche passa a ser vista, para a criança, como uma continuidade do seu processo de conhecimento do mundo”, diz o educador.



Pausa para falar de formação

Para 47% dos responsáveis consultados na pesquisa, a criança ter acompanhamento de profissionais especializados na creche é uma vantagem. Para o Plano Nacional de Educação (PNE), a presença de profissionais qualificados na educação é bem mais que uma vantagem – ela é uma meta amplamente discutida e acordada pela sociedade.

O PNE determina que, até 2024, todos os professores da educação básica deverão ter curso superior. De acordo com o Censo Escolar 2016, 61% dos docentes de creche possuem essa escolaridade. O PNE estabelece, ainda, que também é preciso garantir a formação continuada dos profissionais da educação infantil. Apenas a passagem pela universidade não garante que o profissional de creche esteja preparado para atuar com a criança pequena.

“A formação tem que ser um pouco diferente daquela que é acadêmica ou só intelectual, tem que ser mergulhada na prática e na reflexão sobre a prática. O professor de educação infantil tem que ter um olhar curioso para as coisas que cada criança revela, e se esforçar para registrar sua experiência, para ser um produtor de saberes”, recomenda o educador Vital Didonet. “Estudar ajuda, conhecimento é importante, mas é fundamental que a atuação do professor seja acompanhada de uma visão humanista das relações”, acrescenta.

A gestora pública Claudia Costin acredita que as equipes de trabalho dentro das creches deveriam se transformar em grupos operativos que aprendem juntos. “Um salto fantástico nessa direção é dedicar um terço do tempo dos professores para o estudo a partir da prática. Na educação infantil, eles têm o mesmo direito”, sinaliza, referindo-se à Lei Nº 11.738, de 2008. A lei regulamenta o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica e limita a dois terços a carga horária máxima do professor para atividades de interação com os educandos.

AS DESVANTAGENS

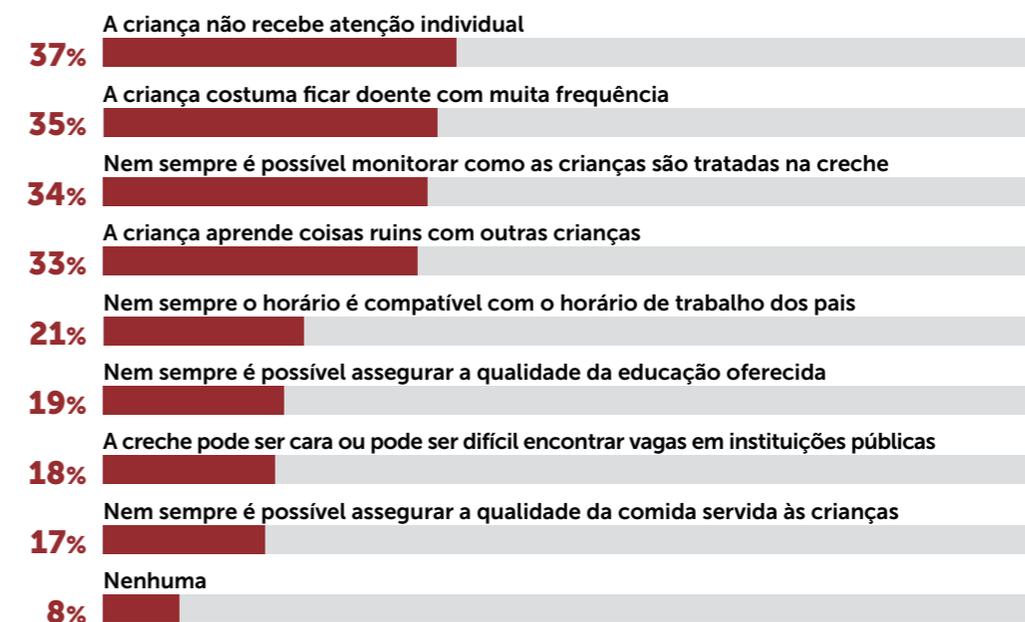
Para começar com boa notícia, há que se repetir que os respondentes apontaram substancialmente menos desvantagens do que vantagens na pesquisa, sendo que, para 8% dos respondentes, a creche não traz nenhuma desvantagem à criança (figura 29).

O rol de desvantagens exhibe a falta de atenção individual na primeira posição (37%), seguida pela queixa de doenças frequentes (35%) e por não ser possível monitorar como as crianças são tratadas na instituição de ensino (34%). Entre os responsáveis por crianças de 0 a 1 ano, a preocupação com a falta de atenção individual chega a 41%.

A questão da socialização, que apareceu como a principal vantagem na figura anterior, mostra seu outro lado na lista das desvantagens: 33% dos respondentes se sentiram movidos a apontar como um problema a criança aprender coisas ruins com outras crianças na creche.

FIGURA 29

Desvantagens de a criança frequentar creche



Índice de multiplicidade: 2,2

Base domicílio: 9.593.641
 P: (MOSTRAR CARTÃO) E quais você diria que são as maiores desvantagens que a creche/berçário/ escolinha/hotelzinho traz para a criança de 0 a 3 anos? (RM)

Em análise sobre o quadro, Didonet vê a insatisfação com a falta de atenção individualizada como reflexo de uma certa incompreensão dos respondentes sobre a dinâmica de funcionamento da creche.

“Acostumados a conviver com uma ou duas crianças, os pais têm uma forma de relacionamento com elas que na creche não é possível. Mas é possível, sim, que a creche dê atenção individualizada. Vejo muita professora sentada em rodinhas carregando no colo as crianças que estão aborrecidas ou chorando”, relata. “Grande parte dessa percepção e de outras preocupações dos pais se alterariam se a escola fosse mais aberta para a família”, repete.

Ele também atribui a demanda por monitoramento das crianças, que aparece no terceiro lugar do *ranking*, à frágil relação da família com a creche. “Os pais ficam muito contentes com câmeras na escola, que permitem que eles saibam o que a criança está fazendo. Mas esse é um conceito de controle, até uma imaturidade dos pais em não confiar na creche”, opina o educador.

A enfermeira Anna Maria Chiesa observa a segunda desvantagem mais indicada pelos respondentes – “A criança costuma ficar doente com mais frequência” – e assinala que, embora ela reflita uma preocupação real, não se trata de uma questão natural e imponderável.

“Se a creche tiver uma relação mais estreita com a área da saúde, esse problema é minimizado. Anteriormente, quando as creches eram ligadas à pasta da assistência social, havia profissionais de saúde trabalhando nas instituições. Essa perspectiva foi tirada e tem de ser recolocada”, recomenda a especialista. Anna acredita que, complementarmente ao papel das Unidades Básicas de Saúde (UBS), faria todo o sentido a presença de um profissional dentro da creche com visão de como manejar a menor contaminação.

Mais ao fim da lista, a escolha de 17% dos respondentes para o item “Nem sempre é possível assegurar a qualidade da comida servida às crianças” foi lamentada por todos os debatedores. “A alimentação na creche é muito melhor do que a de qualquer outro segmento dentro da educação, pois predomina a oferta de comida *in natura* e não industrializada”, atesta Anna.

Didonet traz um exemplo que reforça os argumentos: “Em uma cidade onde havia muita obesidade e má alimentação das professoras da educação infantil, o secretário [de Educação] determinou que elas deveriam comer a mesma comida que as crianças comiam na creche. O problema das professoras diminuiu consideravelmente. A decisão acabou por aproximar ainda mais as professoras das crianças e os pais passaram a confiar mais na merenda, porque também servia às professoras.”

Por fim, ainda com a intenção de falar de qualidade, merece destaque o dado de menos de um quinto da amostra considerar desvantagem para a criança o fato de que “Nem sempre é possível assegurar a qualidade da educação oferecida”. Especulações sobre a resposta incluem a possibilidade de os responsáveis estarem confiantes com a qualidade da educação oferecida pelas creches e, no extremo oposto, de a qualidade da educação sequer ser objeto de preocupação para eles.



Do que uma boa creche precisa?

Muito se falou sobre a qualidade da educação infantil no curso dos debates sobre os resultados da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche. As análises das questões sobre vantagens e desvantagens da frequência à creche, e também de outros pontos do estudo, sugerem que as famílias já localizam sinalizadores do que seria essa qualidade. À luz da sua experiência e do que trouxe a pesquisa, os debatedores resumem o que é necessário em uma boa creche.

- ▲ Uma equipe que pense segundo a lógica da educação infantil e do que mais importa para uma criança de até 3 anos: cuidado, estímulo e afeto. Cuidado, esse, indissociável do processo educativo, considerando o desenvolvimento integral da criança
- ▲ Ter mecanismos de interação profunda com a família, estabelecendo uma parceria pelo melhor interesse da criança. O cuidado e a educação da criança pequena são direitos fundamentais que vão com ela para onde ela for
- ▲ Atentar muito para as relações com as crianças, com os pais, entre as crianças e das crianças com o seu meio. Os adultos precisam ter tempo e disposição para observar e entender as pistas que as crianças dão a todo momento
- ▲ Contar com profissionais capacitados e inseridos numa dinâmica de formação continuada. Não apenas com diploma de professor e ensino superior, como determina a lei, mas conectados com a prática e preparados para dar à criança pequena a atenção que ela necessita
- ▲ Ter profissionais em número suficiente para oferecer atendimento conforme a idade das crianças e considerando também aquelas com alguma deficiência. Como referência, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil indicam a relação de 6 a 8 crianças por professor, para a faixa de 0 a 2 anos, e 15 crianças por professor para a faixa de 3 anos
- ▲ Um projeto político pedagógico que oriente o trabalho dos professores, com destaque para a atividade prioritária das crianças nessa idade, que é brincar. O brincar livre e o brincar com intencionalidade pedagógica
- ▲ Ter boa infraestrutura básica e organização dos espaços. São elementos essenciais: lugar para as crianças brincarem ao ar livre, onde bata sol; livros e brinquedos na altura das mãos da criança; materiais criativos para a expressão de diferentes linguagens (arte, música, teatro etc.); e, preferencialmente, uma biblioteca para a faixa etária de 0 a 3 anos
- ▲ Uma grande articulação intersetorial no território de atuação para intervir nos condicionantes sociais, isto é, nos fatores e circunstâncias que interferem no desenvolvimento integral das crianças pequenas

EM BUSCA DA CRECHE IDEAL



A pesquisa Primeiríssima Infância – Creche carrega em sua gênese a intenção de refletir, diante da escassez de recursos públicos que dificulta a necessária expansão da rede municipal de creches, como a oferta de atendimento educacional à primeiríssima infância poderia ser flexibilizada e, ainda assim, responder a demandas e necessidades das famílias e das crianças.

Assim, a fim de levantar as preferências das famílias entre os diversos atributos de uma creche, a pesquisa empregou uma metodologia estatística chamada *Conjoint*. O propósito da *Conjoint* é determinar qual combinação de atributos se mostra mais interessante para o usuário de um serviço ou produto, considerando a sua escala de valores.

O procedimento consistiu em apresentar telas aos adultos responsáveis sucessivamente, ao longo de 12 rodadas. Cada tela trazia quatro opções de creche, simulando a combinação de atributos por dimensões de interesse, para que o responsável escolhesse apenas uma opção por cartela.

A priorização recorrente de uma mesma dimensão ou atributo, diante de diferentes combinações de tela, permite conferir a cada respondente uma escala de importância relativa entre os fatores que caracterizariam diferentes modelos de atendimento de creche. Isso amplia a compreensão dos pesquisadores sobre as escolhas dos adultos responsáveis pelas crianças.

As dimensões utilizadas como variáveis na *Conjoint*, bem como o conjunto de atributos relacionados a cada uma delas, estão representados na figura 30. Eles foram definidos com base no objetivo da pesquisa e a partir dos resultados da fase qualitativa do estudo.

FIGURA 30
Metodologia estatística *Conjoint*

Dimensões avaliadas	Opções apresentadas em diferentes combinações			
Flexibilidade de dias e horários de entrada e saída	Todo dia, integral, com horários fixos de entrada e saída	Todo dia, meio período, com horários fixos de entrada e saída	Todo dia, horários alternativos predeterminados de entrada e saída	Pode escolher ir apenas alguns dias da semana, em horários fixos
Quantidade de crianças por turma	Sala pequena, com no máximo 15 crianças e um adulto responsável pela sala	Sala maior, com até 30 crianças e dois adultos responsáveis pela sala		
Localização/facilidade de acesso	Dá para ir e voltar a pé de casa	Dá para ir e voltar a pé do trabalho	É distante e o melhor jeito de levar/buscar a criança é carro próprio ou contratar perua	É distante, mas acessível facilmente por transporte público
Profissionais/equipe	Profissional que fica com as crianças é formado em pedagogia	Creche possui equipe com vários profissionais: pedagogo, enfermeiro, psicólogo, nutricionista	Profissional que fica com as crianças recebe formação adequada e constante	Quem fica com as crianças é atento e carinhoso
Comunicação/relacionamento com pais	Comunica-se por bilhetes e agenda	Promove frequentes reuniões presenciais com os pais	Envolve os familiares em atividades da creche/escolinha, em horários específicos	Envolve os familiares nas decisões sobre o funcionamento da creche/escolinha em Conselhos, Associações de Pais e Mestres etc.
Instalações/infraestrutura	Ambiente seguro, livre de acidentes	Ambiente com boa quantidade e qualidade de brinquedos, livros e outros materiais	Local com espaço ao ar livre, que permite contato com a natureza	Ambiente acolhedor, como se fosse uma casa

Os resultados da análise *Conjoint* possibilitam estabelecer um *ranking* de preferências, entre as seis dimensões definidas, para o total da amostra e para seus diversos estratos (figura 31). Permitem, também, que sejam analisados, dentro de cada dimensão, quais são os atributos mais importantes para cada contexto de renda (figura 32).

FIGURA 31 Importância das dimensões de escolha por estrato

Dimensões	Importância relativa (%)				
	Total	Até 5 SM Capital/Entorno	Até 5 SM Interior Urbano	Até 5 SM Rural	Acima de 5 SM
Flexibilidade	27	32	41	31	8
Quantidade de crianças por turma	27	17	19	24	34
Localização/aceso	19	24	9	16	15
Profissionais/equipe	15	16	8	14	20
Comunicação/relacionamento	8	5	12	4	14
Instalações/infraestrutura	4	6	10	11	10

1ª e 2ª dimensões mais importantes Dimensão menos importante

“Os dados são muito interessantes para apontar caminhos para o gestor público, que sempre tem que fazer escolhas. O exercício demonstra o quanto ouvir traz elementos importantes para a tomada de decisão”, afirma Vital Didonet.

Os resultados mostram que a flexibilidade de horários é a dimensão mais importante para o total da amostra, ao lado da quantidade de crianças por turma. As dimensões menos relevantes foram instalações/infraestrutura e comunicação/relacionamento.

“A flexibilidade de horários deve ser vista com atenção pelos formuladores de políticas, pois tem grande peso para as famílias na valorização da creche”, confirma Didonet, com base em sua vivência do setor.

Quando se observam os diferentes estratos, porém, a importância relativa de cada dimensão na escolha da creche muda. Nas famílias com renda mensal acima de 5 salários

FIGURA 32 Preferências dentro de cada dimensão

Atributos (% de preferência)	Total	Até 5 SM	Acima de 5 SM
Flexibilidade	27	38	8
Integral	34	35	30
Meio período	22	23	20
Horários alternativos	26	26	25
Escolher alguns dias	18	17	25
Quantidade de crianças por turma	27	22	34
Sala pequena	61	58	72
Sala maior	39	42	28
Localização/aceso	19	20	15
A pé de casa	32	31	35
A pé do trabalho	26	26	25
Carro ou perua	22	22	21
Transporte público	20	20	19
Profissionais/equipe	15	14	20
Profissional é formado em pedagogia	24	24	23
Creche possui equipe com vários profissionais	28	26	36
Profissional recebe formação adequada e constante	24	25	24
Atento e carinhoso	24	26	18
Comunicação/relacionamento	8	4	14
Comunica-se por meios de bilhetes e agenda	25	25	22
Promove frequentes reuniões presenciais	24	24	28
Envolve familiares em atividades em horários específicos	26	26	25
Envolve familiares nas decisões em Conselhos, Associações de Pais e Mestres etc.	25	25	25
Instalações/infraestrutura	4	2	10
Ambiente seguro, livre de acidentes	27	28	24
Boa quantidade e qualidade de brinquedos, livros etc.	25	24	27
Espaço ao ar livre, que permite contato com a natureza	25	25	28
Ambiente acolhedor, como se fosse uma casa	23	23	21

mínimos, por exemplo, somente 8% consideram a flexibilidade de horários uma dimensão importante, contra 41% no estrato Interior Urbano com renda abaixo de 5 salários mínimos. A diferença talvez se explique pelo fato de a grande maioria das famílias de mais alta renda se utilizar de creches pagas que, supostamente, já operariam com horários flexíveis.

A quantidade de crianças por turma, por sua vez, é um atributo importante para os quatro principais estratos socioeconômicos da amostra. Salas pequenas, com no máximo 15 crianças, foi uma característica valorizada por esses grupos.

Para os debatedores, a dimensão profissionais/equipe, que abrange a qualificação profissional, não foi valorizada pelos respondentes como o esperado. "As famílias parecem não identificar os problemas da falta de formação dos professores", deduz Zilma. Em certa medida, a constatação dialoga com o dado apurado na questão da pesquisa que abordava as desvantagens da creche para a criança. Nela, apenas 19% da amostra consideraram a afirmação "Nem sempre é possível assegurar a qualidade da educação oferecida" como uma desvantagem (figura 29).

A pedagoga aprofunda o assunto, observando na figura 32 a pontuação dos diferentes atributos que compõem a dimensão profissionais/equipe. "Ainda é muito alta a porcentagem de pessoas que valorizam a atenção e o carinho da equipe. Antigamente, bastava ser atento e carinhoso. Agora, é preciso ser atento e carinhoso, além de outras coisas. No nosso ramo, a formação continuada é quase a especialização desse profissional e deveria ser mais valorizada", aponta.

Quando a análise *Conjoint* desce ao nível dos atributos, a observação da base de dados da pesquisa para os quatro estratos particularizados confirma a demarcação de tendências, com algumas variações, conforme a seguir:

- **Flexibilidade de horários:** os responsáveis do estrato Até 5 SM Rural são os que têm maior preferência pelo período integral (39%)
- **Profissionais/equipe:** embora haja bastante equilíbrio na preferência pelos atributos desta dimensão, uma análise mais apurada revela que a creche que possui equipe com vários profissionais tem mais apelo para o estrato Acima de 5 SM (36%) e para o grupo da Capital/Entorno (29%). Noutra vertente, os respondentes do estrato Rural tendem a buscar mais o profissional atento e carinhoso (28%)
- **Localização/acesso:** a preferência por uma creche para a qual se possa ir a pé é maior no grupo Acima de 5 SM (35%)
- **Instalações/infraestrutura:** nessa dimensão, as preferências se mostram bastante divididas entre os respondentes. Contudo, no estrato Rural sobressai a proposta de um ambiente seguro e livre de acidentes (33%)
- **Quantidade de crianças por turma:** a preferência por salas pequenas reverbera em todos os grupos. Ela é maior no estrato com renda familiar mensal acima de 5 salários mínimos (72%) e menor entre os respondentes do estrato Capital/Entorno (56%)



Um mergulho na escolaridade dos responsáveis

A análise do Laboratório de Estudo e Pesquisa em Economia Social (Lepes) sobre as percepções de vantagens e desvantagens de frequentar uma creche (figura 33) mostrou que, quando isolada a escolaridade do responsável, as percepções das vantagens da creche variam consideravelmente. Responsáveis com escolaridade mais alta são mais propensos a apontar os benefícios da creche para a criança do que aqueles com escolaridade mais baixa.

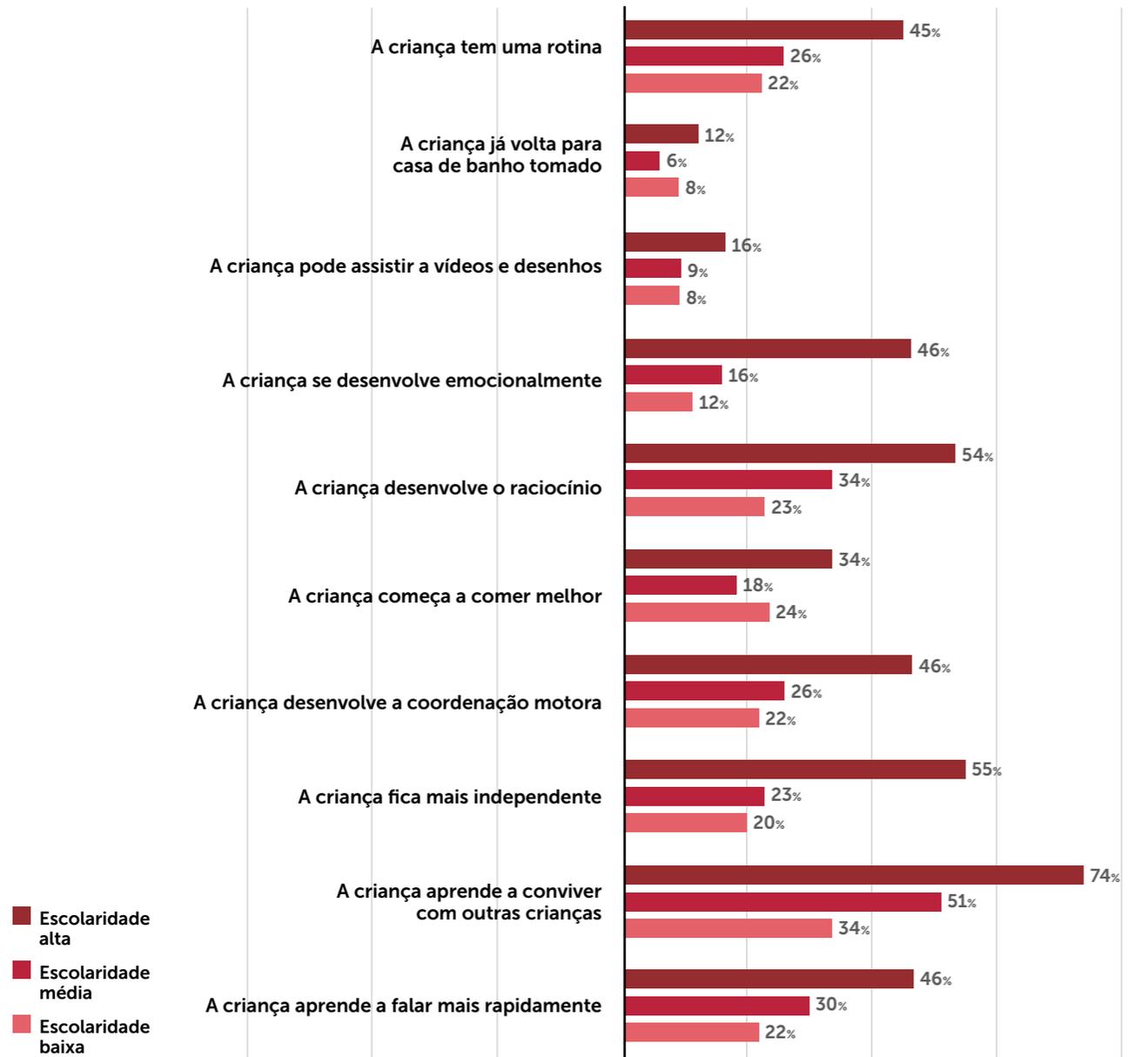
Na definição do Lepes, responsáveis com até o ensino fundamental completo apresentam escolaridade baixa, enquanto os que têm ensino médio completo ou incompleto possuem escolaridade média. A escolaridade alta é reservada a quem tem ensino superior completo ou incompleto.

Entre as vantagens passíveis de escolha, por sua vez, chama atenção a larga diferença de percepção nos itens "A criança fica mais independente" (55% entre os responsáveis com alta escolaridade *versus* 23% entre os de escolaridade média e 20% entre os de escolaridade baixa) e "A criança se desenvolve emocionalmente" (46% entre os responsáveis com alta escolaridade *versus* 16% entre os de escolaridade média e 12% entre os de escolaridade baixa).

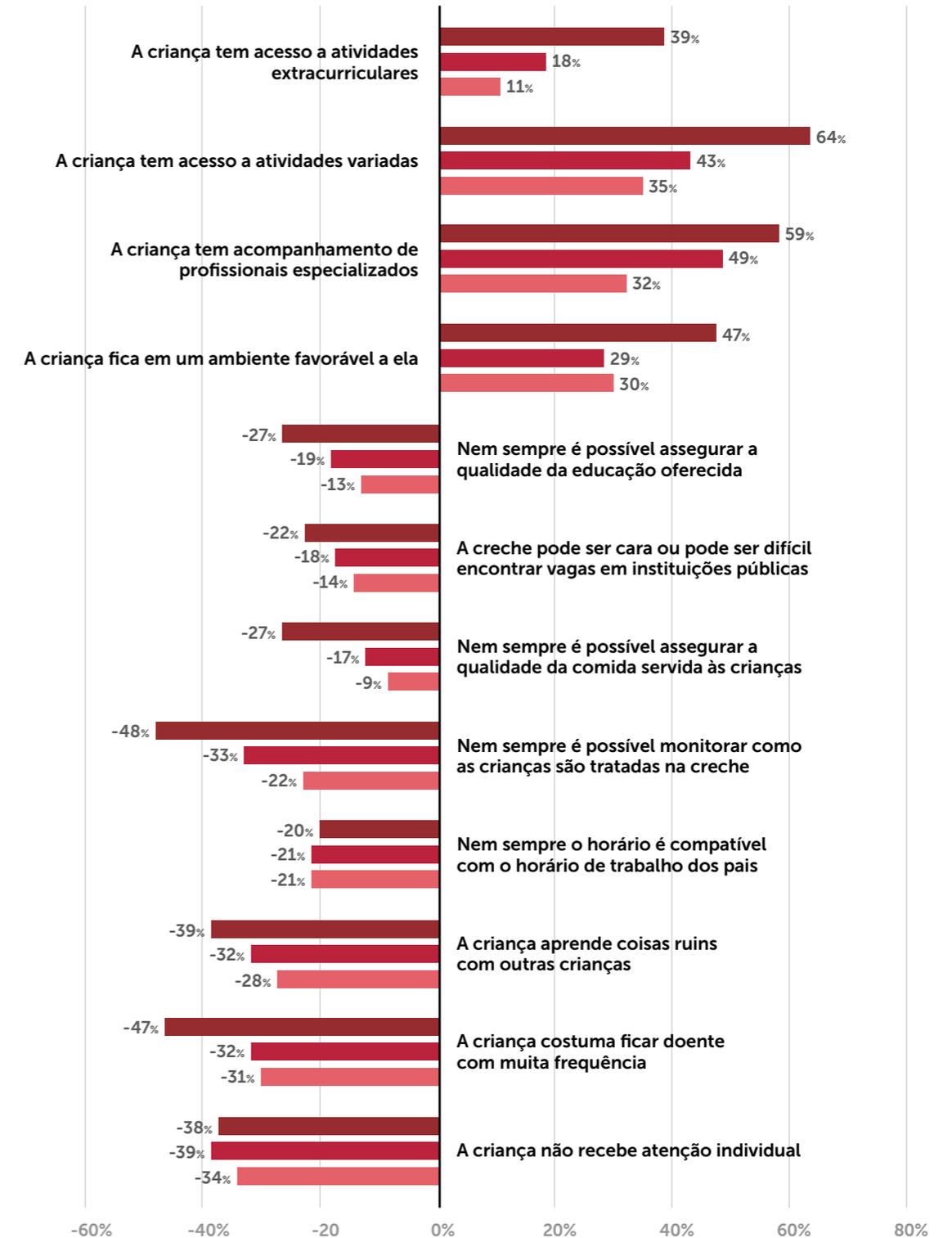
Quando as perguntas se referem às desvantagens da creche, a consistência de respostas entre os grupos avaliados aumenta. "É interessante notar que os padrões de resposta de pais com escolaridade baixa e média são relativamente semelhantes, e que as maiores diferenças são registradas quando comparamos estes dois grupos com o de escolaridade elevada", registra a análise do Lepes.

O relatório do estudo fecha o tópico deixando uma reflexão: "É possível ainda especular se tais diferenças nas percepções dos adultos se devem a diferentes capacidades de captar e processar informação, a diferenças nas escolas de referência que utilizam para formar suas opiniões, ou ainda a diferenças nas próprias necessidades relativas que seus filhos possuem. Seria, por exemplo, o caso de que pais mais escolarizados veem na creche grandes oportunidades de socialização por que suas famílias são em geral menores e seus filhos vivem em ambientes mais fechados?".

FIGURA 33
Percepção dos responsáveis quanto às vantagens e desvantagens da creche de acordo com a escolaridade



Fonte: Elaboração Lapes.





Recomendações para o gestor

- ▲ **A responsabilidade do gestor** - É preciso assegurar a qualidade da creche para atender o direito à educação – ou o direito de aprendizagem e de pleno desenvolvimento – da criança atendida pela creche. Em última instância, quem responde por garantir esse direito é o gestor
- ▲ **Intersetorialidade e otimização de recursos** - A intensidade do adoecimento das crianças de creche precisa ser enfrentada com um trabalho integrado entre saúde e educação. As questões ligadas à vulnerabilidade das famílias exigem a aproximação com a assistência social. Além de uma visão integrada, o serviço de creche pede a otimização dos recursos dessas três áreas
- ▲ **Proximidade frutífera** - Além de reverter em benefícios diretos para a criança, a interação da creche com a família aumenta o nível de conhecimento da família sobre a creche e vice-versa. É um caminho no qual vale a pena investir, pois ele também aprimora a percepção de todos sobre vantagens e desvantagens da creche, com reflexos na qualidade do atendimento
- ▲ **Formação continuada** - À parte a formação inicial, é a formação continuada que mantém o compromisso com o atendimento de qualidade no dia a dia da creche. Investir nisso e numa cadeia de formação para a creche – supervisores da secretaria de Educação fazem a formação dos coordenadores pedagógicos das escolas, que fazem a formação dos professores... – sempre vale a pena
- ▲ **Leitura de contexto** - Há que se conhecer bem as características e necessidades do território onde a creche vai atuar. Esse retrato contribui para a concepção e implementação de políticas mais efetivas

A QUESTÃO DA EQUIDADE



texto da meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2014-2024 não deixa dúvidas sobre a ambição da sociedade brasileira quanto às creches: ampliar a oferta de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos, até o final da vigência do plano.

Para atingir essa meta, o documento estabelece uma série de estratégias, entre elas a de combate à desigualdade de oportunidades educacionais. Tal estratégia prevê garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 anos do quintil de renda familiar *per capita* mais elevado e as do quintil de renda familiar mais baixo.

“É preciso muito cuidado para não fazermos a defesa do direito da criança pequena apostando numa perspectiva de cobertura universal de creche. Isso é impossível e não seria desejável”, comenta a enfermeira Anna Maria Chiesa, em sua reflexão em torno da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche. “O grande desafio na hora de praticar a oferta é o de trabalhar com o princípio da equidade, e não só de igualdade”, acrescenta.

O princípio da equidade observa critérios de igualdade e de justiça e prevê que pessoas e locais diferentes têm necessidades diferentes. Sua aplicação requer conhecer bem cada contexto e pensar em soluções e políticas diversificadas de atendimento.

O estudo Aspectos dos Cuidados das Crianças de Menos de 4 Anos de Idade, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na edição 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), situa em 10,3 milhões a população de crianças de 0 a 3 anos no Brasil.

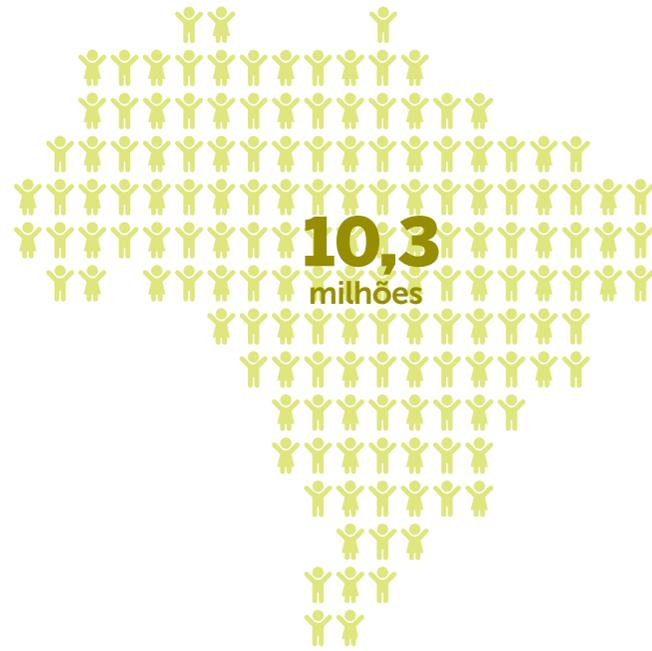
Para se ter melhor noção do que o dado significa – e da sua escala de prioridade nas políticas públicas –, o grupo representa 5,1% da população residente no País. Em números absolutos, equivale à população inteira de Portugal ou a quase duas vezes a população da Noruega.

A Pnad 2015 informa que 25,6% (2,6 milhões) das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas em creche ou escola. A maior parte das crianças – 74,4% ou 7,7 milhões –, porém, não frequenta nenhum desses estabelecimentos. Na região Norte, a estimativa de não frequência chega a 90,2%, enquanto na Sul ocorre a menor proporção, de 65,9%.

Informações tabuladas pelo movimento Todos pela Educação, com base também na Pnad 2015, confirmam que a desigualdade no acesso à creche é grande no País, não só do ponto de vista regional, mas de classe econômica. Segundo a variável renda familiar *per capita*, o acesso para os 20% mais pobres é da ordem de 21%, ante 53% para os 20% mais ricos, totalizando uma diferença de 32 pontos percentuais.

Ainda de acordo com o estudo, diferentemente da disparidade entre crianças ricas e pobres, os percentuais de brancos, pardos e pretos, na faixa de 0 a 3 anos, que frequentam creches no Brasil não são tão distantes entre si: 34% das crianças brancas, 26,4% das pardas e 33% das pretas estão na educação infantil.

População de crianças de 0 a 3 anos no Brasil



Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche ou escola

2,6 milhões ou **25,6%** do total

Acesso à creche ou escola pelos 20% mais pobres

21%

Acesso à creche ou escola pelos 20% mais ricos

53%

Diferença entre as taxas de acesso à educação infantil das crianças de até 3 anos do quintil mais rico e as do quintil mais pobre

32 pontos percentuais

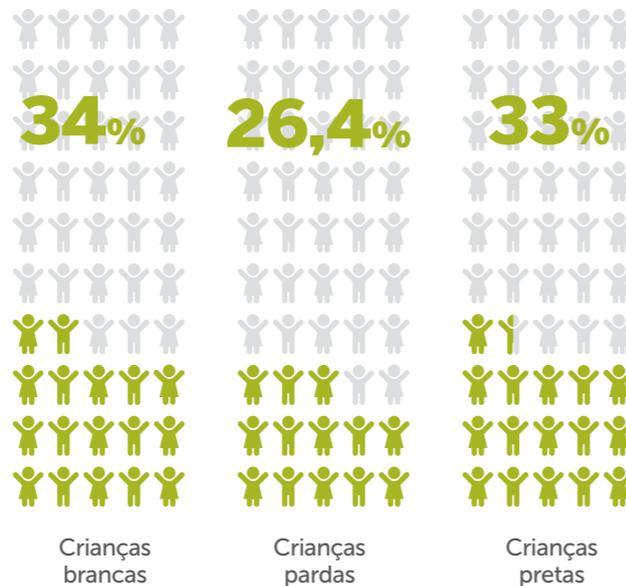
Meta de atendimento do PNE em 2024

50% do total

Diferença entre essas mesmas taxas esperadas pelo PNE em 2024

menos de **10%**

Percentuais de crianças na faixa de 0 a 3 anos por raça/cor que frequentam a educação infantil no Brasil:



Fonte: Pnad 2015 e Todos pela Educação.

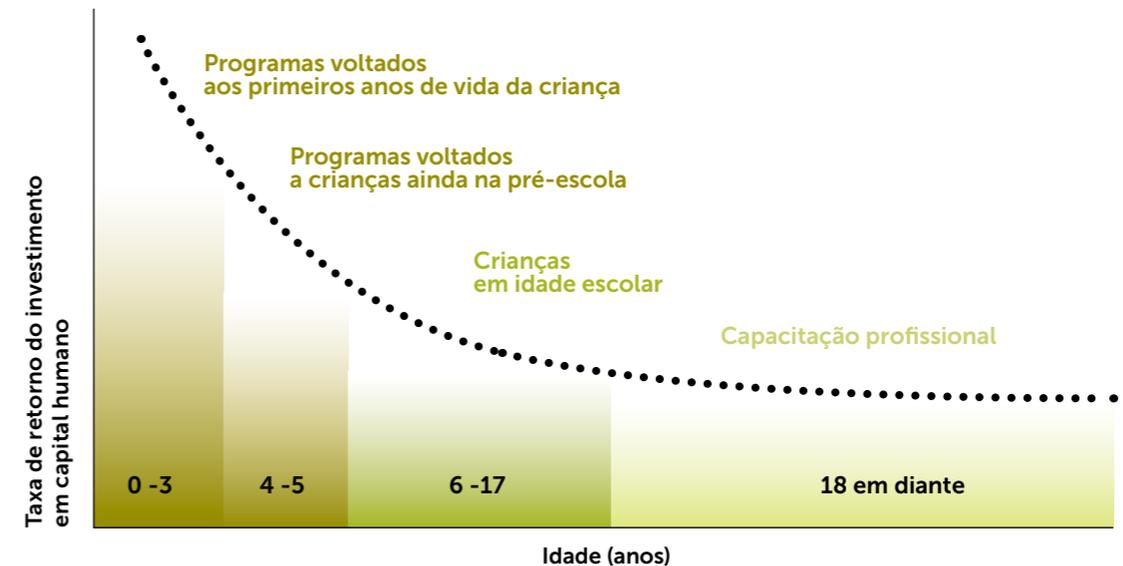
Investimento seguro

É decisivo o investimento no desenvolvimento da criança na primeira infância. Os estudos do economista norte-americano James Heckman, vencedor do Prêmio Nobel em 2000, evidenciam que as boas intervenções educacionais nessa fase da vida geram retorno não só para o indivíduo, mas para toda a sociedade.

Em contrapartida, quanto maior o déficit de aprendizado produzido, mais custoso é remediá-lo posteriormente, de modo que as desigualdades geradas na primeira infância acabam por contribuir significativamente para a desigualdade social percebida na vida adulta.

Heckman elaborou um gráfico que mostra a taxa de retorno do investimento em capital humano, conforme a idade (figura 34). Tal retorno pode assumir a forma de maiores salários, melhores indicadores de saúde, estabilidade familiar, desempenho escolar futuro e menor envolvimento com violência. A curva não deixa dúvidas de que programas educacionais para as crianças da primeiríssima infância é um ótimo investimento.

FIGURA 34 Retorno do investimento em educação conforme a idade

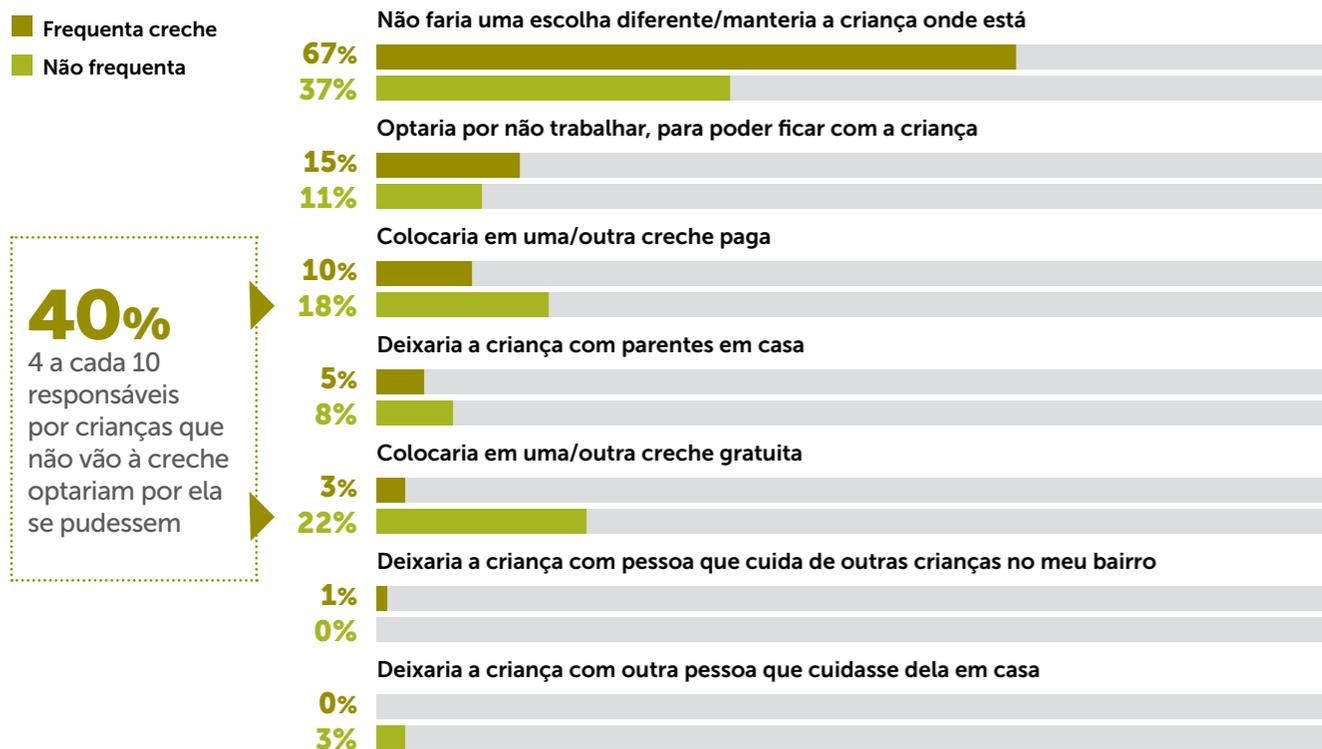


Fonte: Modificado de Heckman, J., Skill Formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children, 2006.

O TAMANHO DO DÉFICIT

Na amostra da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche, as informações sobre quantas crianças por região geográfica frequentam um estabelecimento de educação infantil, dentro de um amplo universo de instituições de atendimento gratuito ou pago para crianças de 0 a 3 anos, são as seguintes: 45% no Sudeste; 24% no Nordeste; 30% no Sul; e 23% no Norte/Centro-Oeste, estrato que foi tratado em conjunto na amostra.

▲ FIGURA 35
Percepções sobre as escolhas tomadas



Base frequenta creche: 3.177.128 Base não frequenta creche: 6.416.513
P: (MOSTRAR CARTÃO) Se você tivesse condições que te permitissem escolher qualquer opção para a criança, você teria feito uma escolha diferente da atual? (RU)

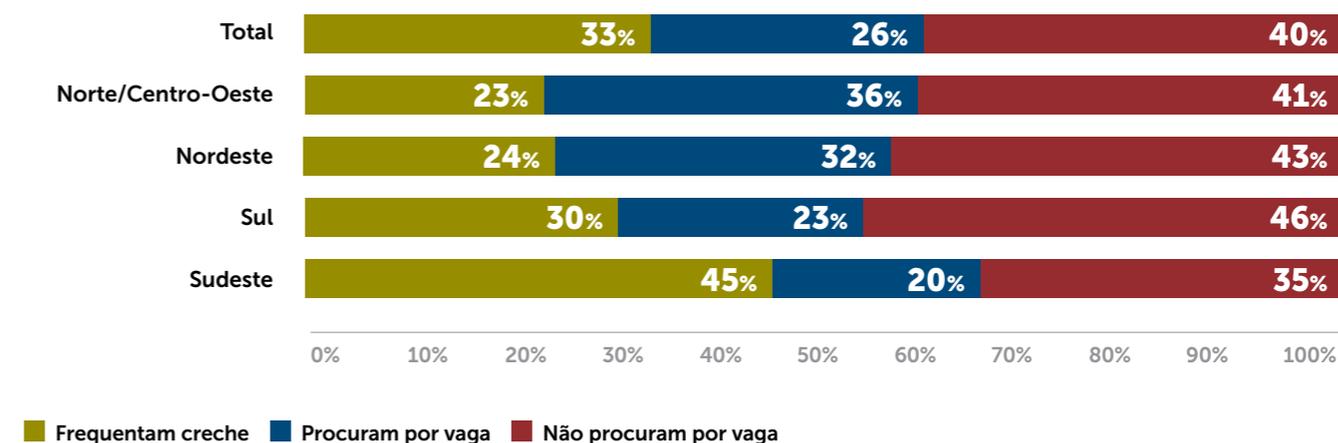
A fim de aprofundar a compreensão sobre as necessidades e os interesses das famílias com crianças em idade de creche, a pesquisa fez aos adultos responsáveis uma pergunta hipotética, que permitiu medir quantas delas queriam, mas não dispõem de vaga em creche: "Se você tivesse condições que te permitissem escolher qualquer opção para a criança, você teria feito uma escolha diferente da atual?".

A questão trouxe a constatação de que 7 a cada 10 responsáveis (67%) que têm a criança na creche não mudariam a escolha atual (figura 35). Para o grupo das crianças que não frequentam creche, 4 a cada 10 responsáveis optariam por ela se pudessem, sejam gratuitas (22%) ou privadas (18%).

Nos estudos complementares realizados pelo Laboratório de Estudo e Pesquisa em Economia Social (Lepes), novos cruzamentos dentro da amostra estudada permitiram calcular que a demanda total por creches no Brasil é de 59% (figura 36).

A análise pressupõe que a demanda total por creches seja a soma dos percentuais daqueles que frequentam a creche (33%) com aqueles que não frequentam, embora seus responsáveis assim o desejassem (26%). Além desses dois grupos, há ainda a parcela de famílias que não colocou suas crianças na creche por opção (40%). A situação dos estratos por região geográfica também foi calculada pelo Lepes e pode ser conferida na figura 36.

▲ FIGURA 36
Demanda por creches – Brasil e estratos por região



Fonte: Elaboração Lepes.



O ideal e o real

Por Laboratório de Estudo e Pesquisa em Economia Social (Lepes)

Os dados da pesquisa *Primeiríssima Infância – Creche* permitem investigar, em certa medida, a presença de possibilidades de realocação de vagas existentes entre os matriculados. O levantamento perguntou aos responsáveis qual seria, na opinião deles, a idade ideal para colocar uma criança na creche, assim como em que idade as crianças sobre as quais estavam falando ingressaram efetivamente no serviço.

É razoável supor que se alguém matricula o filho antes do tempo desejado, não o faz pensando nos benefícios da creche para a criança, mas sim em outros benefícios que a creche poderia trazer para a família (possivelmente permitir que os pais trabalhem). Estas vagas poderiam ser disponibilizadas a famílias que gostariam de matricular os filhos e não puderam se, em troca, houvesse alguma política alternativa que compensasse as famílias que hoje têm a vaga, mas que a demandam por outros motivos que não são relacionados ao desenvolvimento de seus filhos.

Na Figura 37, temos a distribuição conjunta da idade em que a criança foi matriculada e a idade ideal de matrícula na opinião dos pais. A diagonal, na cor mostarda, representa aqueles que foram matriculados precisamente na idade em que os pais desejavam fazê-lo, e totalizam 56% das famílias.

Já para 26% da população (soma dos números em vermelho) as crianças foram matriculadas em idade inferior à que acreditam ser a ideal para as mesmas. Para estas, é possível que uma política alternativa, que permitisse aos pais dar um cuidado alternativo à creche, fosse bem recebida.

Finalmente, vemos que para 18% das famílias a idade de matrícula foi mais elevada do que a que consideram ideais. Estes números sugerem, portanto, que há também espaço para realocação de vagas dentro do sistema, desde que haja formas alternativas de permitir que as famílias que desejam cuidados alternativos à creche o façam.

FIGURA 37

Distribuição da idade em que a criança ingressou na creche, condicional à idade ideal na opinião da família

Idade ideal	Idade matriculada					
	Menos de 6 meses	Entre 6 e 8 meses	Entre 9 e 11 meses	Entre 1 ano e 1 ano e 11 meses	Entre 2 anos e 2 anos e 11 meses	Em torno de 3 anos
Menos de 6 meses	3%	1%	1%	1%	0%	0%
Entre 6 e 8 meses	2%	11%	1%	3%	2%	1%
Entre 9 e 11 meses	0%	2%	4%	1%	0%	0%
Entre 1 ano e 1 ano e 11 meses	2%	4%	2%	14%	4%	1%
Entre 2 anos e 2 anos e 11 meses	0%	1%	1%	4%	16%	2%
Em torno de 3 anos	0%	1%	0%	2%	5%	8%

■ Crianças matriculadas na idade considerada ideal pela família

■ Crianças matriculadas em idade mais elevada à considerada ideal pela família

■ Crianças matriculadas em idade inferior à considerada ideal pela família

Fonte: Elaboração Lepes.

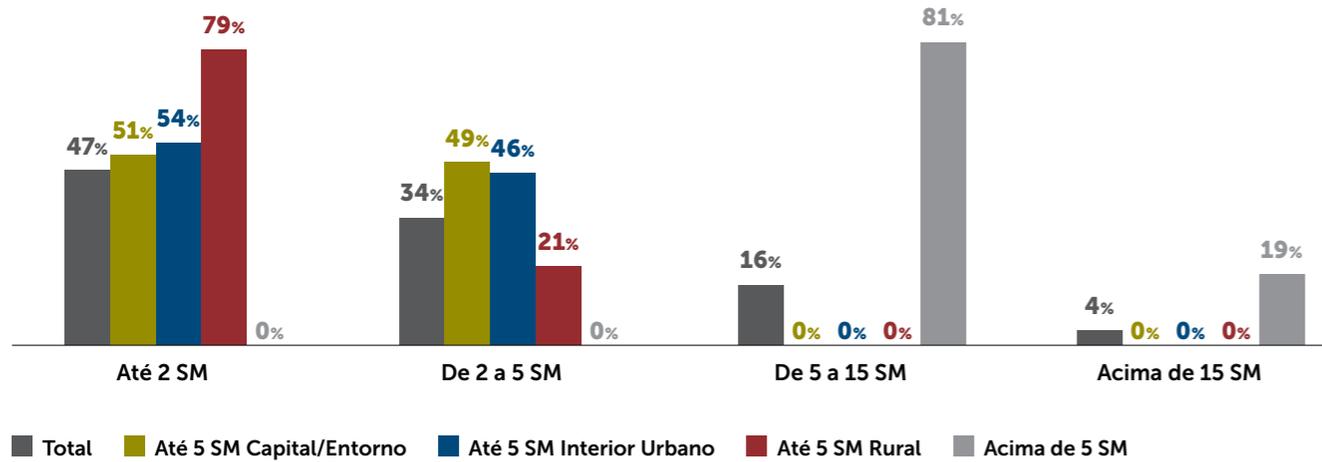
A INFLUÊNCIA DA RENDA



Vários estudos têm mostrado que o nível econômico das famílias – e sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade – guarda relação com as condições e oportunidades de desenvolvimento oferecidas às crianças. Crianças pobres podem estar mais expostas a problemas de nutrição e saúde e também a um ambiente mais desafiador ou mesmo de risco para o seu desenvolvimento.

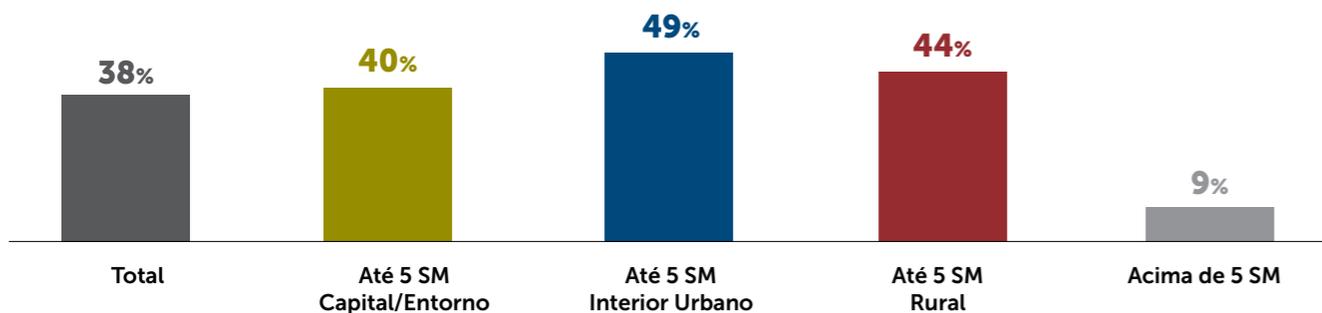
No plano socioeconômico, 47% dos adultos responsáveis que participaram da pesquisa *Primeiríssima Infância – Creche* se enquadram na faixa de renda familiar mensal de até 2 salários mínimos (figura 38). Uma fração de 38% das crianças de 0 a 3 anos, por sua vez, vive em lares que recebem recursos de algum programa de complementação de renda, como o Bolsa Família (figura 39). Essa proporção sobe para 40% no estrato Capital/Entorno e para 49% no Interior Urbano. Na região Nordeste, chega a 60%.

FIGURA 38
Renda familiar nos domicílios com crianças de 0 a 3 anos



Fonte: Base domicílios: 9.593.641; Base Urbano: 6.152.736; Base Rural: 1.552.258; Base Acima de 5 SM: 1.888.647
 P: Eu vou ler algumas faixas de renda mensal familiar e gostaria de saber em qual delas a sua família se encaixa. Por favor, me interrompa quando eu ler a faixa que se encaixa na sua renda familiar.
 P: Você ou algum morador deste domicílio recebe dinheiro de algum programa de complementação de renda, como por exemplo Bolsa Família, Renda Cidadã etc.?

FIGURA 39
Programa de complementação de renda

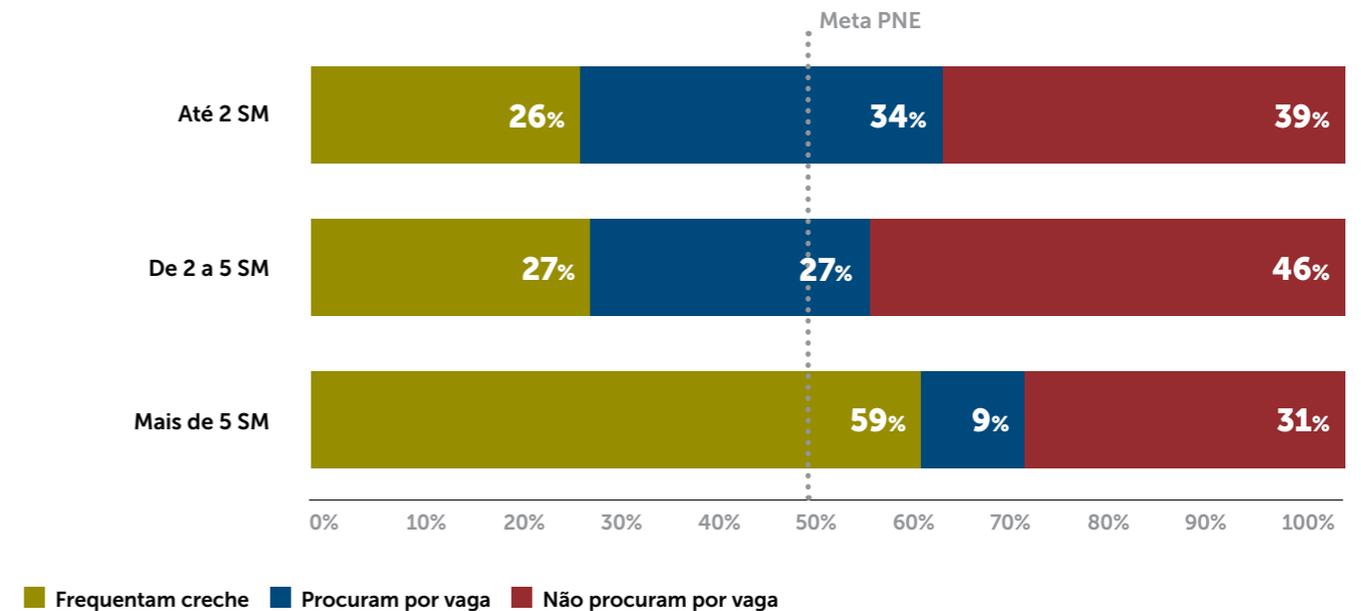


Fonte: Base domicílios: 9.593.641; Base Urbano: 6.152.736; Base Rural: 1.552.258; Base Acima de 5 SM: 1.888.647
 P: E qual das pessoas citadas é o(a) chefe de família?
 P: Você ou algum morador deste domicílio recebe dinheiro de algum programa de complementação de renda, como por exemplo Bolsa Família, Renda Cidadã etc.?

Os especialistas do Lepes reinterpretaram os dados sobre renda familiar da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche e perceberam que eles reforçam o cenário nacional de má distribuição de vagas na creche, conforme a renda (Figura 40).

Para os mais pobres, com rendimentos familiares de até 2 salários mínimos por mês, a procura por vagas é bem superior à porcentagem de famílias já atendidas pelas creches; no nível intermediário, a proporção é quase de 1 para 1. Em contrapartida, no estrato com renda familiar acima de 5 salários mínimos, com a combinação de vagas gratuitas e pagas, a meta de cobertura estipulada pelo PNE já foi, inclusive, ultrapassada.

FIGURA 40
Demanda por creche conforme a renda familiar (em salários mínimos)



Fonte: Elaboração Lepes.

“É importante ressaltar que, principalmente para as famílias mais pobres, a conquista de uma vaga na creche pode significar a saída de uma situação vulnerável para uma com melhores condições de vida, em que a mãe da criança teria mais oportunidades no mercado de trabalho. São justamente as famílias mais vulneráveis que encontram maior dificuldade para matricular seus filhos”, registra a equipe do Lepes.

O DIREITO DE QUEM MAIS PRECISA

A gestora pública Cleuza Rodrigues Repulho rememora que, na discussão da Emenda Constitucional Nº 59, de 2009, que tornou o ensino obrigatório no Brasil a partir da pré-escola, incensou-se a possibilidade de se universalizar também a creche. Mas a ideia sequer prosperou.

“Academia, educação, saúde, todo mundo que lidava com isso disse não. Era importante garantir o direito, mas não a obrigatoriedade”, lembra Cleuza. A opção por deixar ou não a criança na creche deve ser da família, frisa Cleuza, e o desafio que fica é assegurar o direito para quem de fato precisa.

A recém-aprovada Lei Nº 13.257/2016, o Marco Legal da Primeira Infância, prevê que as políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância sejam elaboradas e executadas obedecendo a uma série de premissas, entre elas a de “reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança.”

Em sua reflexão sobre equidade, a gestora pública Claudia Costin entende que crianças de lares mais vulneráveis encontram na creche benefícios em diversos níveis, para além de questões básicas como alimentação e proteção. “Se a criança vive em uma família em que o vocabulário é muito restrito, por exemplo, a creche se torna uma oportunidade única para que ela amplie o vocabulário e seja exposta a experiências mais amplas, que farão grande diferença em termos de repertório para sua vida escolar futura”, exemplifica.

FLEXIBILIDADE NA MEDIDA CERTA

Na visão de Anna, o princípio da equidade deve contribuir para diversificar o cardápio de ofertas de serviços à população. “Não existe uma receita que diga ‘equidade é igual a’. A equidade parte do pressuposto de atender às necessidades de forma diferenciada. É a perspectiva de planejar e organizar uma oferta de ações que não seja única, com acesso igual de segunda a sexta-feira para todas as crianças”, analisa.

Nessa linha, a enfermeira lista algumas sugestões: “Parte das crianças poderia ficar o dia todo na creche, outra só meio período; a creche poderia oferecer atividades para crianças não matriculadas e abrir as portas para as famílias”.

Mas tão complexa quanto a questão da equidade é o conjunto de normas que regulam a educação nos municípios. O repasse dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), por exemplo, baseia-se em um valor aluno-ano que é diferente para a creche de período parcial e a de período integral.

Quando foi secretária de Educação de São Bernardo do Campo, onde as creches funcionam em período integral, Cleuza Rodrigues Repulho constatava que muitas mães queriam deixar os filhos na creche só por meio período. Entretanto, isso não poderia ser permitido, pois fere as regras de uso do Fundeb.

A gestora defende que situações como essa sejam consideradas pelos municípios ao definirem suas políticas e que se trabalhe pela busca de soluções e de modelos de atendimento legítimos e mais flexíveis. “A flexibilidade possibilitaria a garantia do direito para mais crianças, mas sempre acompanhada de organização e sistematização, pois sem elas fica difícil para o gestor trabalhar”, acrescenta.

O CAMINHO DA INTERSETORIALIDADE

Haja vista a relevância da primeira infância na curva de desenvolvimento do ser humano, e sabendo-se que o direito à creche passa rápido, pois se encerra já antes dos 4 anos de idade, o educador Vital Didonet aposta na valorização de uma cesta de serviços que garantam atenção, estímulo e cuidado à criança pequena.

“Seja por via da creche convencional, seja por outro modelo ou arranjo, seja pelo suporte à família, essa ação de apoio precisa acontecer, porque são os anos cruciais da formação das estruturas de relações, dos afetos, das expressões e das linguagens da criança”, salienta. “Se temos famílias com pouca instrução e pouca autoconfiança para ensinar a criança, precisamos fortalecer essa família. As políticas públicas devem caminhar na linha ecológica: a criança não existe sozinha. Ela está numa relação — na família, em comunidade, nas instituições”, avalia.

Didonet destaca que, embora a creche de qualidade seja muito importante para a criança, a família tem o direito de preferir outros espaços, inclusive o doméstico, para o cuidado e educação nos primeiros anos de vida de seus filhos. A Constituição Federal não tornou a creche obrigatória para a criança e é dever do Estado ter políticas sociais de apoio à família para a função básica de criar os filhos.

Para Anna, o trabalho de fortalecimento das famílias deveria contar com o apoio de equipes interdisciplinares. “O desafio é pensar em atendimentos além da creche. As equipes de

profissionais poderiam fazer visitação nas casas com crianças que ainda não vão à creche para ampliar o repertório de competências de cuidado”, exemplifica.

Claudia Costin entende que a saída para combater a desigualdade de oportunidades educacionais que preconiza o PNE — e para melhorar o sistema de atenção à criança pequena — está na organização do serviço. “Precisamos de ações afirmativas capazes de montar, gradativamente, essa rede de proteção a crianças mais vulneráveis”, defende.



Recomendações para o gestor

- ▲ **Conhecimento profundo das políticas** – Faz parte do trabalho do gestor público conhecer em detalhes as políticas das três esferas de poder que vigoram no município. O domínio de suas diretrizes, regras de uso e calendários permite que se tire maior proveito dos recursos e possibilidades que elas oferecem
- ▲ **Divulgação de políticas afirmativas** – Além da equipe da alta gestão das prefeituras, é recomendado que também os profissionais de médio escalão das secretarias e os dirigentes e profissionais dos serviços de atendimento à criança compreendam o significado das políticas afirmativas. Tal estratégia pode ser uma aliada importante no combate à desigualdade na educação infantil no município
- ▲ **Reflexões em torno da melhoria do serviço** – Debater em bases permanentes a situação da primeira infância no município, com formuladores de políticas e representantes da sociedade civil, provoca engajamento em torno da causa e abre caminho para a identificação de soluções interdisciplinares e efetivas

CRECHE E VIDA PRODUTIVA DOS PAIS

Logo que foi fundada, em janeiro de 1879, a revista carioca *A Mãe de Família* (*sic*) veiculava o primeiro texto sobre creche de que se tem notícia no Brasil. “A creche é um estabelecimento de beneficência que tem por fim receber, todos os dias úteis e durante as horas de trabalho, as crianças de dois anos de idade para baixo, cujas mães são pobres, de boa conduta e trabalham fora do seu domicílio”, explicava o periódico. Editada quinzenalmente, a publicação nasceu como iniciativa do médico higienista Carlos Costa para “educar a mulher”, tendo existido por pelo menos dez anos.

Do século 19 para cá, muitas gerações se criaram e a perspectiva da creche relacionada à demanda da mãe trabalhadora e à assistência social mudou. Legitimada pela Constituição brasileira de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Nº 8.069, de 1990) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei Nº 9.394, de 1996), ela se tornou um direito da criança e passou a integrar os sistemas de ensino.

Em que pese a mudança formal de *status*, a creche nunca deixou de ser, porém, um ponto de apoio para o desenrolar da rotina e da vida produtiva das famílias. Ela segue situada entre as questões prioritárias para as mães trabalhadoras e, nos anos mais recentes, com a evolução das discussões sobre gênero e dos papéis dos genitores na parentalidade, para muitos pais trabalhadores também.

Assim, como parte do intento de mapear as necessidades e os interesses das famílias em relação ao atendimento educacional para as crianças de 0 a 3 anos, a pesquisa *Primeiríssima Infância – Creche* investigou também a situação de trabalho dos adultos

O que é parentalidade?

O termo “parentalidade” vem sendo utilizado para descrever o conjunto de atividades desempenhadas pelo adulto de referência da criança no seu papel de assegurar sobrevivência e desenvolvimento pleno a ela, de modo a promover sua integração social, tornando-a mais independente e autônoma. Os adultos de referência de uma criança são aqueles que convivem com ela no dia a dia e estabelecem os vínculos afetivos mais próximos durante os seus primeiros anos de vida. São responsáveis por cuidar, estimular, educar, amar, impor limites, fortalecer a autonomia e preparar a criança para os desafios e oportunidades da vida presente e adulta. Para saber mais sobre o assunto, consulte o livro “Fundamentos da Família como Promotora do Desenvolvimento Infantil – Parentalidade em Foco”, disponível no link <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital>

responsáveis. Complementarmente, os dados foram processados e analisados pelo Laboratório de Estudo e Pesquisa em Economia Social (Lepes), sempre com a proposta de produzir conhecimentos que iluminem a criação de melhores opções para o cuidado regular da criança pequena.

PLURALIDADE DE PERFIS



Alguns achados da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche, já apresentados nesta publicação, precisam ser retomados e outros trazidos como pano de fundo para embasar a discussão sobre creche e trabalho.

Entre os responsáveis por crianças na primeiríssima infância que participaram da pesquisa, 94% são do sexo feminino, 89% são as próprias mães das crianças tomadas como referência para o estudo e 49% estão na faixa etária de 25 a 34 anos. Além disso, 31% são donas de casa e 31% dos domicílios têm uma mulher como chefe de família. Outro dado de contexto significativo é que 10% dos adultos responsáveis estão estudando.

O grupo de respondentes economicamente ativos corresponde a 49% do total da amostra (figura 41). Ele é composto por pessoas que trabalham por conta própria (11%); pessoas que estão trabalhando para terceiros – com carteira assinada (17%) e sem carteira assinada (8%); pessoas licenciadas do trabalho (5%); aqueles que trabalham quando aparece alguma possibilidade (4%); e os empresários/donos do seu próprio negócio (3%). As pessoas que estão desempregadas e procurando emprego (13%) estão alocadas na parcela de 51% de respondentes que não são economicamente ativos.

Do ponto de vista da rotina, os adultos responsáveis foram classificados pela pesquisa em diferentes perfis, segundo a situação, o período e local de trabalho, além da condição de existência ou não de rotina em suas vidas. A configuração detalhada desses perfis, e como eles se expressam nos quatro estratos mais estudados pela pesquisa, está representada na figura 42.

FIGURA 41

Situação de trabalho conforme o estrato

Situação de trabalho	Total	Até 5 SM Capital/Entorno	Até 5 SM Interior Urbano	Até 5 SM Rural	Acima de 5 SM
Não economicamente ativo (a)	51%	58%	62%	57%	14%
Dona de casa	31%	30%	38%	44%	9%
Desempregado (a)	13%	21%	16%	10%	2%
Nem trabalha nem procura emprego	3%	5%	4%	2%	1%
É estudante/só estuda	2%	1%	1%	2%	2%
Aposentado (a)	1%	1%	3%	0%	0%
Economicamente ativo (a)	49%	42%	38%	43%	86%
Está trabalhando para terceiros, com carteira assinada	17%	11%	8%	13%	47%
Trabalha por conta própria	11%	16%	10%	6%	13%
Está trabalhando para terceiros, sem carteira assinada	8%	4%	9%	9%	11%
Está de licença – licenciado (a) do trabalho	5%	5%	5%	8%	4%
Trabalha quando aparece alguma possibilidade, faz "bicos"	4%	5%	5%	4%	0%
É empresário (a), dono (a) de um negócio	3%	1%	1%	3%	11%

FIGURA 42

Dia a dia do responsável

Tipo de rotina	Total amostra	Até 5 SM Capital/Entorno	Até 5 SM Interior Urbano	Até 5 SM Rural	Acima de 5 SM
Tipo 0 (De licença)	5%	5%	5%	8%	4%
Tipo 20 (Dona de casa com rotina)	17%	17%	22%	22%	7%
Tipo 21 (Dona de casa sem rotina)	14%	13%	17%	22%	2%
Tipo 22 (Não trabalha com rotina)	12%	16%	16%	7%	5%
Tipo 23 (Não trabalha sem rotina)	7%	12%	8%	6%	1%
Tipo 24 (Rotina, todos os dias, integral, fora)	14%	6%	9%	6%	42%
Tipo 25 (Rotina, alguns dias, integral, fora)	3%	3%	0%	2%	8%
Tipo 26 (Tem rotina, meio período)	7%	6%	7%	6%	11%
Tipo 27 (Não tem rotina, mas trabalha)	12%	16%	10%	16%	8%
Tipo 28 (Rotina, trabalha, sem horário)	7%	6%	8%	5%	9%

Base Urbano: 6.152.736; Base Capital/Entorno: 2.426.779; Base interior: 3.725.957; Base Rural: 1.552.258; Base Acima 5 SM: 1.888.647.

P: Qual é a sua atual situação de trabalho? (RU) Se mais de uma, considerar a principal.

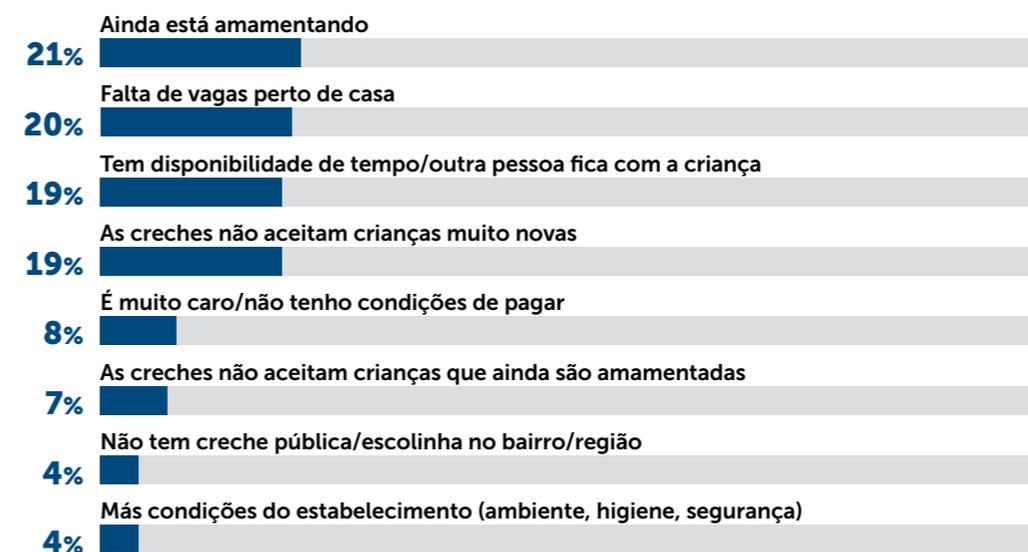
P: Qual dessas situações melhor descreve seu dia a dia no trabalho: (ENTREVISTADOR: LER ALTERNATIVAS – RU POR LINHA)

O levantamento revela disparidades significativas entre os quatro estratos. A porcentagem de donas de casa é muito maior nos grupos com renda familiar mensal até 5 salários mínimos do que naquele com renda acima desse patamar. No estrato Rural, elas chegam a 44% (considerando donas de casa com e sem rotina), enquanto no estrato Acima de 5 SM somam apenas 9%.

Quando se observam os perfis dos respondentes que trabalham fora e em período integral, a situação se inverte, sobretudo em relação àqueles com ocupação todos os dias. No estrato Acima de 5 SM, estes últimos somam 42%. Já nos estratos Até 5 SM Interior Urbano e Rural, não passam de 9%.

FIGURA 43

Motivos para não frequentar a creche



Índice de multiplicidade: 1,2

*Resultados apresentados acima de 4%

Base não frequenta creche: 6.416.513
P: Quais os motivos de a criança não frequentar uma creche/escolinha/hotelzinho/berçário? (ESPONTÂNEO – RM)

A CRECHE COMO TRAMPOLIM

Em sua interpretação dos dados da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche sobre a vida produtiva do adulto responsável, o Laboratório de Estudo e Pesquisa em Economia Social (Lepes) sugere uma leitura para além da lógica da creche como recurso de apoio para a mãe trabalhadora criar seu filho.

Amparada pelo fato de que 94% dos adultos responsáveis que participaram da pesquisa são mulheres, a análise advoga que, ao ter uma vaga na creche, a mãe ascende a uma condição melhor para se colocar no mercado de trabalho. Em outras palavras, ela adquire maior empregabilidade.

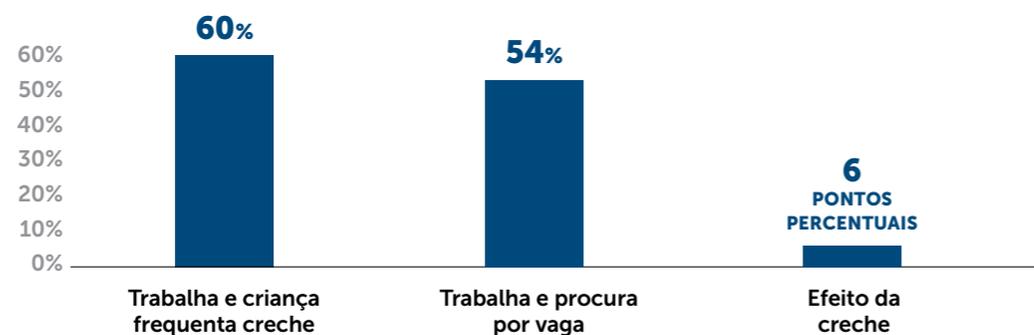
Para comprovar a tese, os pesquisadores estudaram algumas variáveis e encontraram evidências no que se refere à taxa de ocupação, situação de trabalho, local de trabalho e período de trabalho. Como método, foram comparados dois grupos de famílias: aquelas cujas crianças frequentam a creche e aquelas que ainda não frequentam, porém, declaram que estão procurando uma vaga.

O grupo dos respondentes que não dispõe da vaga por falta de opção – faltam vagas perto de casa, as creches não aceitam crianças muito novas ou que ainda estão sendo amamentadas, entre outros motivos apontados na pesquisa (figura 43) – foi considerado pelos analistas do Lepes como o melhor contrafactual, perante o grupo cujos filhos estão na creche. “Eventuais comparações com famílias que voluntariamente abrem mão da vaga poderiam misturar o efeito da creche com o de preferências distintas deste tipo de família quanto ao cuidado de seus filhos – preferências estas que, potencialmente, também se refletiram sobre suas decisões de participação no mercado de trabalho”, registram os pesquisadores.

MAIS CRECHE, MAIS EMPREGO

O estudo sobre taxa de ocupação, entendida como o percentual de pessoas ocupadas em relação à força de trabalho, constata que os responsáveis cujos filhos frequentam a creche possuem taxa de ocupação 6 pontos percentuais maior que aqueles que procuram uma vaga (figura 44). Em outras palavras, há mais famílias usuárias de creche entre o total de empregados do que famílias não usuárias e interessadas na vaga.

FIGURA 44
Taxa de ocupação dos pais segundo vaga na creche



Fonte: Elaboração Lepes.

A VANTAGEM DA CARTEIRA ASSINADA

Segundo o Lepes, a oportunidade de matricular os filhos na creche está associada à inserção em empregos de melhor qualidade, como o emprego formal, que oferece carteira assinada. A figura 45 mostra que a situação de trabalho dos responsáveis cujos filhos frequentam creche é sistematicamente melhor nesse quesito. “A taxa de empregabilidade com carteira assinada é maior, a porcentagem sem carteira assinada é menor, assim como o desemprego”, sustenta o estudo.

FIGURA 45
Relação de vagas em creches e empregabilidade

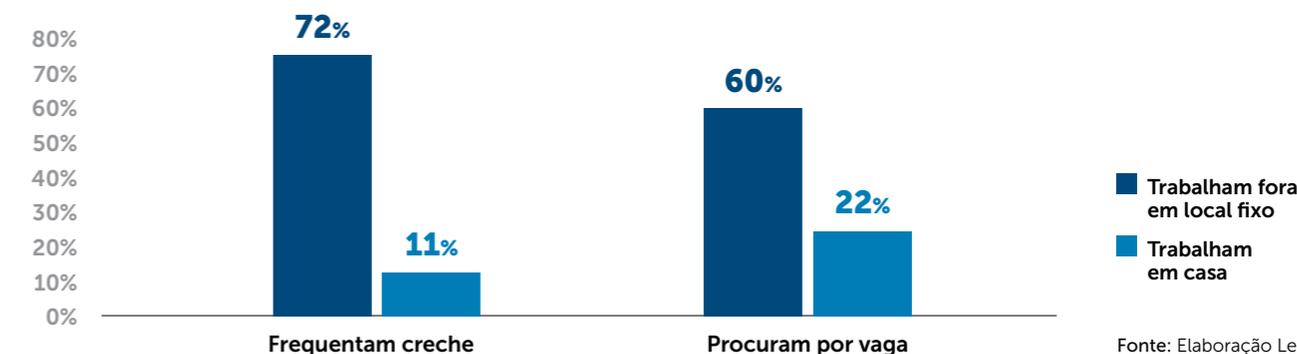
	Com vaga	Sem vaga
Trabalha para terceiros com carteira	63%	56%
Trabalha para terceiros sem carteira	18%	20%
Está desempregado, procurando emprego	11%	14%
Nem trabalha nem procura	7%	8%

Fonte: Elaboração Lepes.

LOCAL FIXO DE TRABALHO

A qualidade do emprego também foi examinada com base no pressuposto de que a existência de um local externo fixo para a realização do trabalho é uma condição melhor do que trabalhar a partir da própria casa. Ao verificar especificamente o universo das mães trabalhadoras, percebeu-se grande disparidade entre aquelas cujos filhos frequentam a creche e as que procuram por vaga dentro da variável local de trabalho. Como representa a figura 46, há mais mães com filhos em creche trabalhando fora em local fixo do que aquelas que procuram a vaga na creche (a diferença é de 12 pontos percentuais). Em contrapartida, o índice de mães que trabalha em casa e procura por vaga é o dobro da porcentagem das que trabalham em casa e têm filhos na creche.

FIGURA 46
Empregabilidade em trabalhos de local fixo ou em casa, de acordo com a obtenção de vagas na creche

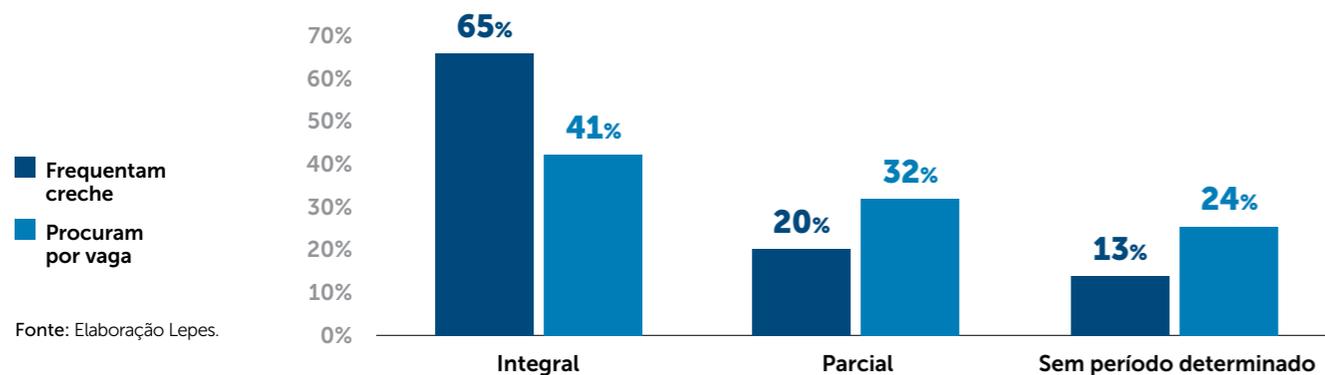


Fonte: Elaboração Lepes.

TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL

A análise evidencia que a maioria das mães cujos filhos têm vagas em creche trabalha em período integral, superando a proporção das que procuram por vaga e também trabalham o dia todo (figura 47). Quando se observa o trabalho em período parcial ou sem período determinado, são as mães que procuram por vaga as que predominam nesse tipo de ocupação. Supõe-se que a maior disponibilidade de vagas em creche favoreceria o trabalho em tempo integral das mães e, conseqüentemente, a possibilidade de ampliação de renda das famílias.

FIGURA 47
Período de trabalho dos responsáveis, de acordo com a obtenção de vaga na creche

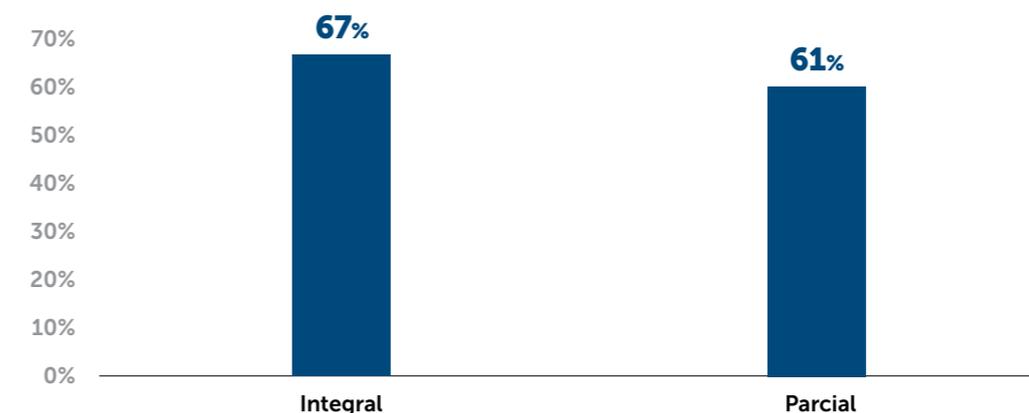


Fonte: Elaboração Lapes.

A CRIANÇA COMO PRIORIDADE

Ainda de acordo com o levantamento do Lapes, o fato de a criança frequentar a creche em período parcial ou em período integral parece não interferir na empregabilidade do adulto responsável. A observação da figura 48, a partir dos resultados da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche, demonstra vantagem sutil para os responsáveis com crianças em creches de período integral. Para os analistas do Lapes, pode-se concluir que o dado determinante para a empregabilidade dos responsáveis é a obtenção da vaga na creche, e não quanto tempo a criança passa nela, sendo a creche de meio período útil para a empregabilidade também.

FIGURA 48
Empregabilidade dos responsáveis, de acordo com o tipo de creche (parcial/integral)



Fonte: Elaboração Lapes.

Para a enfermeira Anna Maria Chiesa, que fez parte do grupo de especialistas a debater os resultados da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche, esta análise é animadora, pois comunica, de alguma forma, que a creche está a serviço da necessidade de a criança se desenvolver e ser estimulada, e não dos horários de trabalho da mãe.

Entretanto, prossegue ela, a ideia de que a creche atende à empregabilidade materna tem que ir se desconstruindo. “Por um lado, a criança não é filha apenas da mãe. Por outro, o propósito da creche é desenvolver a criança – ela é a prioridade”, enfatiza Anna. “Se a mãe trabalha e a criança está na creche em período parcial, tem que existir um lugar onde essa criança fique no restante do dia, e isso inclui outros cuidadores, que também assumem uma função educadora”, sinaliza.

A enfermeira observa ainda, que, apesar de a legislação brasileira há muito tempo prever a creche como direito da criança, o debate sobre o tema ainda não se atualizou. “Precisamos distanciar cada vez mais a discussão sobre a creche da associação direta com o trabalho da mulher. Sabemos que a creche surge pela questão do direito ao trabalho da mãe, mas agora ela está em outro momento”, adverte.

Para a gestora pública Cleuza Rodrigues Repulho, a mudança de perspectiva a que Anna se refere tem poder transformador sobre o serviço oferecido pela instituição creche. “Quando saímos do direito da mãe trabalhadora para o direito de a criança se desenvolver, a visão do educar e do cuidar também muda e as expectativas sobre a creche se elevam”, argumenta.

O educador Vital Didonet compartilha da mesma visão: “Os direitos não são excludentes. Tanto a mãe tem direito a trabalhar e ter seus filhos recebendo atenção do Estado, quanto a criança tem direito à educação e ao cuidado em instituições educacionais. O Estado, então, tem que considerar os dois lados da moeda e planejar a solução de forma intersetorial e interagencial: educação, assistência, trabalho, saúde, segurança... Esse é o grande avanço que se espera das políticas sociais na atenção aos direitos das pessoas”.

A gestora pública Claudia Costin rememora a fase em que foi secretária de Educação do Rio de Janeiro (RJ) e relata que o debate sobre creche e trabalho é polêmico mesmo entre os profissionais da educação. “Existe uma discussão entre os professores de educação infantil de que seria injusto dar vaga em creche para filhos de quem não trabalha e, muitas vezes, a mãe não trabalha nem estuda justamente porque não tem com quem deixar a criança”, nota.

O debate sobre creche e empregabilidade dos pais no Brasil pede aprofundamento. A aprovação do Marco Legal da Primeira Infância (Lei Nº 13.257/2016) demonstra que, mesmo timidamente, os diálogos começam a avançar para o campo prático.

A lei ampliou a licença-paternidade de cinco para 20 dias para os funcionários de empresas participantes do Programa Empresa Cidadã. Também garantiu ao pai e à mãe o abono de um dia de trabalho por ano para acompanhar o filho de até 6 anos em consulta médica, e assegurou ao pai dois dias de abono para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante a gravidez de sua esposa ou companheira.

Programa Empresa Cidadã

O Programa Empresa Cidadã funciona por adesão e permite que a pessoa jurídica tributada com base no lucro real possa deduzir o total da remuneração do funcionário, pago no período de prorrogação da licença-paternidade, do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) devido. Instituído em 2008, o programa já previra a extensão da licença-maternidade de 4 para 6 meses, nas mesmas bases de dedução tributária. O Marco Legal da Primeira Infância convalidou a extensão da licença-maternidade existente no Programa Empresa Cidadã.

Mais informações estão disponíveis no link: <https://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/isencoes/programa-empresa-cidada/orientacoes>



Recomendações para o gestor

- Base de dados atualizada** – Qual é a situação de trabalho dos responsáveis pelas crianças de 0 a 3 anos no município? É importante conhecer como eles conciliam sua atividade produtiva com o cuidado e a educação das crianças e manter uma base de dados atualizada sobre o tema. Isso permite alinhar melhor as políticas públicas a necessidades e expectativas das famílias
- Atuação integrada** – As preocupações da pasta do trabalho são diferentes das da pasta da educação, da saúde e da assistência social, mas quando o assunto é primeira infância, há um campo de interseção importante entre elas. Mais uma vez, a atuação integrada e intersetorial é o melhor caminho para encontrar formas de assegurar esses diferentes direitos sociais às crianças, com absoluta prioridade, conforme preconiza a Constituição brasileira



CONSIDERAÇÕES FINAIS

a pesquisa Primeiríssima Infância – Creche nasceu com o objetivo de mapear as necessidades e os interesses das famílias brasileiras em relação ao atendimento educacional de crianças situadas na faixa etária até 3 anos.

Esta publicação, por sua vez, nasceu com o propósito de difundir os resultados da pesquisa – e buscou fazer isso de modo aprofundado. Para tanto, agregou aos achados do estudo a visão de um time de notáveis conhecedores da educação infantil, do desenvolvimento infantil, dos direitos da criança e de políticas públicas para a educação.

O percurso gerou reflexões preciosas, que foram organizadas por assunto para compor os capítulos do livro. Pela importância que tinham, algumas mensagens e análises apareceram de modo recorrente, mostrando-se como um mesmo destino para diferentes pontos de partida. É sobre elas que este capítulo final trata.

INFÂNCIAS, PARENTALIDADES, FAMÍLIAS

As pesquisas nacionais têm cumprido o papel de retratar a evolução dos índices de inserção das crianças de até 3 anos na creche ou escola, gerando estatísticas confiáveis para o desenho de políticas de Estado para a educação infantil. Mas, para assegurar de fato esse direito social a famílias interessadas, vale a máxima de que é preciso olhar para a árvore para cuidar da floresta.

Na base das grandes estatísticas, existem territórios muito variados que abrigam diferentes infâncias, parentalidades e famílias. A infância das grandes cidades não é a mesma da zona rural ou das cidades pequenas do interior. Nem das áreas ribeirinhas ou de dentro da mata. Nem das famílias brasileiras de alta renda, para ficar em alguns exemplos.

Apoiar as famílias na tarefa de criar crianças, em cada um desses contextos, requer dos gestores públicos conhecer suas realidades e mergulhar em suas rotinas, pois a experiência de serviço proporcionada em uma localidade nem sempre faz sentido em outra. O sucesso na formulação de políticas, na concepção e na implementação de modelos e serviços de atendimento efetivos para as demandas das famílias passa, obrigatoriamente, por isso.

CRECHE PARA QUEM?



O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece o ano de 2024 como limite para que a oferta de educação infantil em creches possa atender a, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos. De acordo com a edição 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 25,6% da população de 10,3 milhões de crianças brasileiras na primeira infância estão matriculadas em uma creche ou escola, incluindo estabelecimentos gratuitos e pagos.

A pesquisa Primeira Infância – Creche levantou para a sua amostra tanto o percentual de crianças que frequentam a creche quanto daquelas que não frequentam, embora seus responsáveis assim o desejassem. A soma desses dois grupos totalizou 59%, que é um índice próximo da meta de 50% estipulada pelo PNE.

No universo de crianças que não vão à creche, são impedimentos frequentes o fato de a criança ainda estar sendo amamentada, a falta de vagas perto de casa, a ausência de condições de pagar um serviço privado e o fato de as creches não aceitarem crianças muito novas. É função dos gestores públicos e dos formuladores de políticas analisarem os obstáculos que se colocam entre as famílias e o seu direito constitucional de matricular os filhos na educação infantil e buscar soluções.

O debate sobre o público-alvo da creche abrange, ainda, a questão da equidade. Dados da Pnad 2015, tabulados pelo movimento Todos pela Educação, revelam que a desigualdade no acesso à creche é grande no Brasil, não só do ponto de vista regional, mas de classe econômica.

Pela variável da renda familiar per capita, o acesso para os 20% mais pobres é da ordem de 21%, enquanto para os 20% mais ricos é de 53%. A diferença entre os dois grupos totaliza 32 pontos percentuais. A análise do histórico do levantamento feito pelo Todos pela Educação indica que a desigualdade aumentou nos últimos cinco anos (a diferença entre as taxas de acesso correspondia a 26 pontos percentuais em 2009) e evidencia a necessidade de políticas afirmativas de educação infantil para as populações mais pobres.

CRECHE PARA QUÊ?



Os estabelecimentos de educação infantil despontam como aliados da família, na função de cuidado e educação dos filhos nos primeiros anos de vida. Seu trabalho é complemen-

tar ao da família e da comunidade na promoção do desenvolvimento da criança.

Os especialistas convidados a debater os resultados da pesquisa Primeira Infância – Creche associam a experiência educativa no espaço coletivo da creche com o cuidado zeloso, o bem-estar físico e emocional e destacam a importância das interações, das relações interpessoais que se estabelecem com as crianças para favorecer a conquista de aprendizagens.

Os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento da criança. Cientistas comprovaram que oferecer condições adequadas ao desenvolvimento nos primeiros anos de vida é mais eficaz e gera menos custos do que tentar reverter ou minimizar os efeitos ou problemas mais tarde. Os estímulos, vivências e aprendizagens da creche têm a capacidade de proporcionar às crianças ganhos cognitivos que permitirão o aprimoramento de habilidades futuras mais complexas.

Porém, para a efetivação do direito à educação infantil – e dos benefícios que ela pode trazer –, os debatedores que refletiram sobre os resultados da pesquisa enfatizaram que é preciso reforçar a articulação entre família e creche, valorizando os diferentes papéis e o fato de a criança partilhar desses dois contextos.

A QUALIDADE COMO PRINCÍPIO



Já citado nesta publicação, o estudo “O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem”, do Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), salienta que a qualidade representa um fator determinante no potencial de impacto das creches: creches de boa qualidade podem representar benefícios para o desenvolvimento infantil, mas creches de baixa qualidade podem gerar prejuízos.

Assim, é imperativo que os gestores públicos instituam políticas para a melhoria da qualidade do atendimento em educação infantil, concomitantemente aos necessários esforços de expansão da rede de creches e pré-escolas.

As ações devem incluir programas de formação e valorização/retenção do profissional de educação infantil, investimento em materiais de uso pedagógico e em infraestrutura. Além disso, devem ser implementados sistemas de monitoramento e avaliação, focados em aferir a qualidade do serviço ofertado – e não os padrões de aprendizagem das crianças, pois estes variam naturalmente de indivíduo para indivíduo e são reflexo da qualidade dos serviços –, de modo a gerar informação e conhecimento para aprimorar o atendimento, sempre.

O PODER DA ATUAÇÃO INTERSETORIAL/INTERDISCIPLINAR



Os especialistas que analisaram os resultados da pesquisa Primeiríssima Infância – Creche percorreram distintos territórios e campos do saber. Todavia, suas conclusões e recomendações, invariavelmente, apontavam a intersectorialidade/interdisciplinaridade como a bússola a ser seguida nas políticas públicas para o desenvolvimento da primeiríssima infância.

A criança é um ser íntegro, não fragmentado, que precisa ser cuidado em sua totalidade. Nesse sentido, as áreas da assistência social, saúde e educação devem trabalhar juntas para assegurar as melhores condições possíveis para o seu desenvolvimento.

Constituir uma rede de atenção a crianças, que funcione com eficiência, implica o atendimento em rede também a famílias, que precisam ser apoiadas na nobre função de criar filhos. Isso pede o envolvimento de outras áreas da gestão pública, como trabalho, segurança pública e urbanização. Assegurar ambiência para promover o desenvolvimento infantil pede compromisso e esforço sincronizados de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, S. C. e VEIGA, C. G. **A condição de ser mulher civilizada na revista A Mãe de Família**. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/296.pdf> >. Acesso em: ago. 2017.

AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS. **American Academy of Pediatrics Announces New Recommendations for Children's Media Use**. Disponível em: < <https://www.aap.org/en-us/about-the-aap/aap-press-room/pages/american-academy-of-pediatrics-announces-new-recommendations-for-childrens-media-use.aspx> >. Acesso em: jul. 2017.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (2014). **Estudo nº I: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem**. Disponível em: < <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/Paginas/default.aspx?PalavraChave=NCPI> >. Acesso em: set. 2017.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (2016). **Estudo nº II: Importância dos Vínculos Familiares na Primeira Infância**. Disponível em: < <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/Paginas/default.aspx?PalavraChave=NCPI> >. Acesso em: set. 2017.

_____. **Estudo nº III: Funções Executivas e Desenvolvimento na Primeira Infância: Habilidades Necessárias para a Autonomia**. Disponível em: < <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/Paginas/default.aspx?PalavraChave=NCPI> >. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009**. Brasília, DF. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf >. Acesso em: jul. 2017.

_____. Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm >. Acesso em: ago. 2017.

_____. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm >. Acesso em: set. 2017.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: set. 2017.

_____. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm >. Acesso em: set. 2017.

_____. Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm >. Acesso em: jul. 2017.

_____. Lei Nº 11.770, de 9 de setembro de 2008. Cria o Programa Empresa Cidadã. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11770.htm >. Acesso em: set. 2017.

_____. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm >. Acesso em: set. 2017.

_____. Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm >. Acesso em: set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/3_BNCC-Final_Infantil.pdf >. Acesso em: jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (vol. 1)**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf> >. Acesso em: ago. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (vol. 2)**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf> >. Acesso em: ago. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Caderneta de Saúde da Criança**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: < http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_crianca_menino.pdf >. Acesso em: ago. 2017.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: jun. 2017.

CIVILETTI, M. V. P. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 76, São Paulo, fev. 1991, p. 31-40. Disponível em: < <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1052> >. Acesso em: set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade**: 2015/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100137.pdf> >. Acesso em: jun. 2017.

_____. **Censo Demográfico**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> >. Acesso em: jun. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**. Brasília. 2015. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm> >. Acesso em: jun. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**. Brasília. 2016. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos> >. Acesso em: jun. 2017.

MARINO, E. e PLUCIENNIK, G. (org.). **Primeiríssima Infância – Da Gestação aos Três Anos**: percepções e práticas da sociedade brasileira sobre a fase inicial da vida. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2013. Disponível em: < <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/Paginas/Primeir%C3%ADssima-Inf%C3%A2ncia---uma-pesquisa-da-FMCSV-e-Ibope.aspx> >. Acesso em: set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: 17 Objetivos para Transformar Nosso Mundo. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/pos2015/> >. Acesso em: set. 2017.

PLUCIENNIK, G., LAZZARI M. C. e CHICARO M. F. (org.). **Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil**: parentalidade em foco. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto

Vidigal, 2015. Disponível em < <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/Paginas/fundamentos-da-familia-como-promotora-do-desenvolvimento-infantil-parentalidade-em-foco.aspx> >. Acesso em: set. 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2017**. São Paulo. Disponível em: < <https://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1567/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2017> >. Acesso em: jun. 2017.

_____. **Observatório do PNE**. Disponível em: < <http://www.observatoriodopne.org.br> >. Acesso em: jun. 2017.

WIKIPEDIA. **Lista de países por população**. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_popula%C3%A7%C3%A3o >. Acesso em jul. 2017.



IBOPE
inteligência

